

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Ricardo Alexandre de Carvalho

ENSINO RELIGIOSO NO
CURRÍCULO ESCOLAR: entre a legislação e a
perspectiva de professores de escola pública

Taubaté – SP

2020

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Ricardo Alexandre de Carvalho

**ENSINO RELIGIOSO NO
CURRÍCULO ESCOLAR: entre a legislação e a
perspectiva de professores de escola pública**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Identidade e Formação.

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala.

Coorientador: Prof. Dr. André Luiz da Silva.

Taubaté – SP

2020

RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO

ENSINO RELIGIOSO NO CURRÍCULO ESCOLAR: entre a legislação e a perspectiva de professores de escola pública

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Identidade e Formação.

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala.

Coorientador: Prof. Dr. André Luiz da Silva.

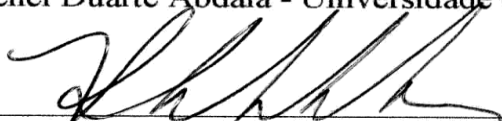
Data: 17/3/2020

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

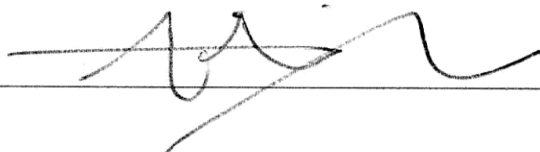
Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala - Universidade de Taubaté

Assinatura



Prof. Dr. André Luiz da Silva - Universidade Taubaté

Assinatura



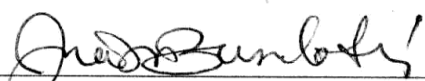
Prof. Dr. Adimilson Renato da Silva – Instituto Federal do Tocantins

Assinatura



Profa. Dra. Juliana Marcondes Bussolotti - Universidade Taubaté

Assinatura



AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, de muito estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer algumas pessoas que fizeram com este sonho se tornasse em fim uma realidade. Por isso expresso aqui as minhas mais sinceras palavras de gratidão e apreço.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a Deus na pessoa do Senhor Jesus por me oportunizar a realização de mais um sonho.

Não posso deixar de agradecer ao minha orientadora, Professora Doutora Rachel Duarte Abdala, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho e em todos aqueles que realizei durante os seminários do mestrado. Muito obrigado por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar. Desejo igualmente agradecer ao meu coorientador, Professor Doutor André Luiz da Silva pela disposição sempre em me auxiliar e a todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica, principalmente aos membros da Banca de qualificação e defesa, Professora Dra. Juliana Marcondes Bussolotti e Professor Dr. Adimilson Renato da Silva. Agradeço aos meus colegas do Mestrado em Desenvolvimento Humano, especialmente aos amigos Paul Anderson e Wagner Sasaki, abraços, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos. Agradeço aos funcionários da PRPPG da Universidade de Taubaté, que foram sempre prestáveis. Quero deixar também os meus mais sinceros agradecimentos a Professora Doutora Edna Chamon, pelo incentivo, amizade, orientações teóricas e práticas que levarei por toda a minha vida acadêmica, gratidão. Quero agradecer à minha família, meu pai Fernando Magalhães Carvalho, meu irmão Felipe Brandão Carvalho e aos amigos André Luiz Pires de Faria e Manuel Girão, pelo apoio irrestrito que me deram.

Por fim, agradeço em especial a minha querida esposa Patrícia Alves Barbosa Carvalho, pelo apoio incondicional que tem sido sua marca ao longo desses 22 anos de parceria.

Se soubesse que o mundo se desintegraria amanhã, ainda assim plantaria a minha macieira. O que me assusta não é a violência de poucos, mas a omissão de muitos. Temos aprendido a voar como os pássaros, a nadar como os peixes, mas não aprendemos a sensível arte de viver como irmãos.

Martin Luther King (1929-1968).

RESUMO

Nesta pesquisa no âmbito do Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Humano, investiga-se a disciplina Ensino Religioso no currículo de escolas públicas sob a perspectiva dos professores que a lecionam. O recorte desta pesquisa é o Ensino Fundamental II de escolas públicas de uma cidade de médio porte da região metropolitana do vale do Paraíba. A pesquisa engloba o estudo do processo de construção do Ensino Religioso no currículo das escolas públicas no Brasil, principalmente no período de 1988 a 2018, que compreende um momento rico em discussão, implantação de políticas públicas para a área e de luta pela consolidação no campo educacional, a partir de dispositivos legais relevantes, tais como a própria Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. O estudo insere-se no campo das pesquisas sobre história das disciplinas escolares e adota a perspectiva sócio histórica de currículo. Além disso, a pesquisa mobiliza também a área de História Social da Educação. Estabeleceu-se como objetivo geral, investigar o papel da disciplina de Ensino Religioso na formação integral do aluno na compreensão dos professores que ministram a disciplina. Pretendeu-se analisar por meio dos documentos oficiais e das narrativas dos professores, se a laicidade é respeitada, e se está em consonância com a diversidade religiosa/cultural do nosso país. Procurou-se discutir a visão dos professores responsáveis pela disciplina sobre o Ensino Religioso enquanto subsídio para promoção da tolerância religiosa e cultural. Verificou se o Ensino Religioso no currículo escolar contempla a formação integral do aluno na perspectiva do professor. Metodologicamente, trabalhou-se com uma abordagem qualitativa, com a realização de um questionário sociodemográfico, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Dentre as fontes selecionadas, estão documentos oficiais, como legislação e programas curriculares referentes à disciplina Ensino Religiosos em âmbito nacional. Participaram da pesquisa sete professores estatutários, os participantes responderam o questionário sociodemográfico composto de nove questões fechadas e entrevista semiestruturada composta de nove questões abertas. Como resultado, constatou-se, que o Ensino Religioso como componente dos currículos escolares deve refletir uma demanda social por uma educação que se preocupe com a formação integral e humanista do aluno. Além disso, a laicidade deve fazer parte do Ensino Religioso nas escolas públicas em respeito à diversidade religiosa do nosso país. Por fim, O Ensino Religioso nos currículos escolares promove a tolerância religiosa e cultural entre os alunos (as).

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Humano. Ensino Religioso. Laicidade. Tolerância Religiosa.

ABSTRACT

This research within the Academic Master in Human Development investigates the subject Religious Education in the curriculum of public schools from the perspective of teachers who teach it. The focus of this research is the Elementary School II of public schools of a medium-sized city of the metropolitan region of the Paraíba Valley. The research encompasses the study of the process of building Religious Education in the curriculum of public schools in Brazil, especially from 1988 to 2018, which comprises a rich moment in discussion, implementation of public policies for the area and the struggle for consolidation in the field. relevant legal provisions, such as the Federal Constitution of 1988 itself and the Law of Guidelines and Bases of National Education of 1996. The study is inserted in the field of research on the history of school subjects and adopts the socio-historical perspective. of curriculum. In addition, the research also mobilizes the area of Social History of Education. The general objective was to investigate the role of the subject of Religious Education in the integral formation of the student in the understanding of the teachers who teach the subject. It was intended to analyze through official documents and teachers' narratives, if the secularity is respected, and if it is in line with the religious / cultural diversity of our country. We sought to discuss the view of the teachers responsible for the subject on Religious Education as a subsidy to promote religious and cultural tolerance. It verified if the Religious Education in the school curriculum contemplates the integral formation of the student in the perspective of the teacher. Methodologically, we worked with a qualitative approach, with the completion of a sociodemographic questionnaire, semi-structured interviews and document analysis. Among the selected sources are official documents, such as legislation and curriculum programs concerning the Religious Teaching discipline nationwide. Seven statutory teachers participated in the research, participants answered the sociodemographic questionnaire composed of nine closed questions and semi-structured interview composed of nine open questions. As a result, it was found that religious teaching as a component of school curricula should reflect a social demand for an education that is concerned with the integral and humanistic formation of the student. In addition, secularism should be part of religious teaching in public schools with respect for the religious diversity of our country. Finally, Religious Education in school curricula promotes religious and cultural tolerance among students.

KEYWORDS: Human development. Religious education. Secularity. Religious Tolerance.

LISTA DE SIGLAS

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CEP/UNITAU - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

CONERE - Congresso Nacional de Ensino Religioso

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DUDH – Declaração Universal de Direitos Humanos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENER - Encontro Nacional de Ensino Religioso

ER - Ensino Religioso

FONAPER - Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso

IESR - Instituto Europeu de Ciência da Religião

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCNER - A Promoção de Cursos de Capacitação e a criação de cursos de pós-graduação em Ensino Religioso.

STF – Supremo Tribunal Federal.

EF – Ensino Fundamental.

ER – Ensino Religioso.

OMS – Organização Mundial da Saúde.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil Sociodemográfico dos Professores Pesquisados.....	47
Quadro 2 – Análise dos Eixos Norteadores da Pesquisa.....	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Análise por Triangulação de Métodos.....	45
Figura 2 - Etapas Processuais Interpretativas.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparativo da proporção de professores da educação básica por sexo, 2007.....	48
Gráfico 2 – Faixa Etária.....	49
Gráfico 3 – Censo do IBGE 2010, a religiosidade no Brasil.....	51
Gráfico 4 – Estado Civil.....	52
Gráfico 5 – Formação Acadêmica.....	53
Gráfico 6 – Distribuição dos docentes que atuam na educação básica por nível de escolaridade - Brasil 2017.....	54

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1. Problema.....	19
1.2. Objetivos.....	20
1.2.1. Objetivo Geral.....	20
1.2.2. Objetivos Específicos.....	20
1.3. Delimitação do Estudo.....	20
1.4. Relevância do Estudo / Justificativa.....	21
1.5. Organização do Projeto.....	24
2. REVISÃO DA LITERATURA: ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA.....	25
2.1. História do Ensino Religioso no Brasil.....	25
2.2 Ensino Religioso nos currículos escolares.....	30
2.3 O Ensino Religioso e a legislação vigente.....	33
2.4 O Ensino Religioso na perspectiva do professor.....	35
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	38
3.1. Tipo de Pesquisa.....	39
3.2. População.....	40
3.3. Instrumentos.....	40
3.3.1. Roteiro do questionário sociodemográfico.....	41
3.3.2. Roteiro da entrevista Semiestruturada.....	41
3.3.3. Análise documental.....	42
3.4. Procedimentos para Coleta de Dados.....	43
3.5. Procedimentos para Análise de Dados.....	43
4. RESULTADO E DISCUSSÃO.....	47
4.1. Perfil sociodemográfico dos professores entrevistados.....	47
4.1.1. Gênero.....	48
4.1.2. Faixa Etária.....	49

4.1.3. Religião.....	50
4.1.4. Estado Civil.....	52
4.1.5. Formação Acadêmica.....	52
4.2. Análise dos eixos norteadores da pesquisa.....	55
4.2.1.Eixo 1- Laicidade e a confissão de fé dos docentes.....	56
4.2.2.Eixo 2- Promoção da tolerância religiosa e cultural.....	66
4.2.3.Eixo 3- Papel do ensino religioso na formação integral do aluno (a).....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
6. REFERÊNCIAS.....	85
ANEXO I – Ofício.....	97
ANEXO II – Termo de autorização da escola.....	98
ANEXO III – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	99
ANEXO IV - Termo de compromisso do pesquisador responsável.....	102
ANEXO V – Aprovação no Comitê de Ética (CEP –UNITAU)	103
APÊNDICE I – Instrumento de coleta de dados qualitativos – Roteiro do Questionário Sociodemográfico.....	106
APÊNDICE II – Instrumento de coleta de dados qualitativos - Roteiro da Entrevista semiestruturada.....	107
APÊNDICE III – Transcrição do questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada.....	108

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu de minha experiência com Ensino Religioso de mais de 15 anos em virtude da minha formação em Bacharel em Teologia e em Licenciatura Plena em História, reflete, sobretudo, o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre esse objeto de estudo, identificando as origens e o desenvolvimento das discussões sobre a sua inclusão no conjunto curricular do sistema educacional brasileiro como área do conhecimento.

Nos últimos anos temos constatado que algumas instituições de ensino, tem se preocupado com a formação integral do aluno. Entende-se que essa preocupação é fruto de observações realizadas a partir da prática docente nas escolas, entendendo que seja necessário conscientizar nos alunos uma educação abrangente. Baseado no modelo bio-psico-espiritual de formação humana proposta pelo psicólogo Viktor Frankl (1997), para termos um indivíduo na sua formação integralizada, pois entende-se que o ser humano para ter uma formação plena, precisa ser visto na sua integralidade, que abrange não apenas o cognitivo mas também sua espiritualidade identificada na sua religiosidade.

Qualquer disciplina curricular de uma escola deve ser vista como ferramenta de formação intrínseca do aluno, e certamente o professor como mola-mestra desse processo bio-diverso da aprendizagem deve de antemão oportunizar aos seus alunos que determinada disciplina é extremamente importante em seu desenvolvimento cognitivo e empírico.

Com relação ao Ensino Religioso não é diferente, por se tratar de uma disciplina voltada à perspectiva religiosa, não é, no entanto, restrita a essa dimensão. Existem diversos caminhos pelos quais o Ensino Religioso como proposta de análise e formação passa, e é por isso que deve ser abordado à luz da lei e dos princípios do campo pedagógico (BNCC, 2018).

Há alguns anos, (meados do século XX) a importância que se dava ao Ensino Religioso como parte da matriz curricular da escola era irrelevante (com exceção das escolas confessionais¹), havia um grande hiato entre a necessidade de se conhecer religião ou de formar profissionais gabaritados para atuarem na área. Sendo assim, abriu-se um precedente na própria questão do conhecimento humano, pois certamente todo indivíduo tem o direito de acessar qualquer área do saber, e nesse caso como objeto de nossa pesquisa, Ensino Religioso como disciplina a ser oferecida aos alunos de acordo com a Constituição Federal de 1988.

¹ Confessional - relativo ao confessionalismo, à doutrina que defende uma religião, com designação muito clara de seus princípios. Quem segue determinada religião ou professa sua fé. (Champlin, 2002)

Quando nos reportamos para o período histórico da Idade Média, observamos que a teologia ocupou lugar de destaque principalmente nos mosteiros. Embora houvesse uma forte influência da Igreja católica no sentido de se direcionar o estudo teológico a rigidez dogmática e conseqüentemente usa-lo a fim das ambições de líderes religiosos. Porém, foi dentro desse contexto histórico gerado pelas diversas crises religiosas e políticas de então, que a teologia obteve sua mais áurea fase, e sagrou-se como "rainha de todas as matérias" (CAIRNS, 2008). O reconhecimento muito se deve ao Renascimento², que proporcionou abertura para que as artes, a cultura e disciplinas como a filosofia e a teologia fossem privilegiadas nas escolas, isso muito em virtude da valorização do ser humano, que constitui um dos fatores da passagem da Idade Média para a Moderna (BURNS, 1967).

Embora houvesse uma rigidez por parte da Igreja em dogmatizar a teologia, houve conseqüentemente uma valorização do ensino sagrado nas escolas, o que culminou com o Escolasticismo³. A importância que se dava ao Ensino Religioso, foi fundamental na formação sistemática do método e do discurso teológico, as Escrituras eram aprofundadas do ponto de vista hermenêutico e catequético, e o Ensino Religioso se fortalecia à medida que se avançava nas intermináveis discussões doutrinárias presentes nos diversos concílios da Igreja. Enquanto a teologia se desenvolvia como ciência especulativa e argumentadora, as escolas passavam por tremendas mudanças e diante disso muitas delas posteriormente se tornaram universidades. Manacorda (2006), define esse período no seu livro intitulado "História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias" como "produtivo para o ensino cristão, sobretudo a escola cristã". Segundo ele, a Igreja atuava em todas as áreas da sociedade e em todos os lugares, na cidade, no meio do povo havia a aplicação do Ensino Religioso por intermédio das "paróquias" (chamado de clero secular), e fora da cidade havia a aplicação do Ensino Religioso nos "mosteiros" (chamado de clero regular). Dessa forma a educação religiosa exerceu papel preponderante sobre a teologia abrindo-lhe o

² A Renascença, que teve lugar em importantes países da Europa entre 1350 e 1650, marca a transição da era medieval para o mundo moderno. A palavra, usada pela primeira vez para descrever esse movimento foi em meados do século XVI e que é formada das palavras latinas para nascimento e volta, expressa a ideia de um renascimento da cultura. Em sentido estrito, a Renascença se vincula com a Itália do século XIV, ocasião em que as mentes dos homens foram estimuladas para produção literária e artística pela redescoberta dos tesouros do passado clássico (Cairns, 2008).

³ Escolástica ou Escolasticismo (do latim *scholasticus*, e este por sua vez do grego *σχολαστικός* que pertence à escola, instruído) foi o método de pensamento crítico dominante no ensino nas universidades medievais europeias de cerca de 1100 a 1500. Não tanto uma filosofia ou uma teologia, como um método de aprendizagem, a escolástica nasceu nas escolas monásticas cristãs, de modo a conciliar a fé cristã com um sistema de pensamento racional, especialmente o da Filosofia grega (Cairns, 2008).

caminho que faltava para que ela se tornasse disciplina obrigatória nos currículos escolares (MANACORDA, 2006).

É preciso que se diga que no período da Idade Média, nasceu o *trivium*⁴ e posteriormente o *quadrivium*⁵. Sendo assim, o *trivium*, era um conjunto de disciplinas curriculares consideradas essenciais para a formação escolar. Por outro lado, o *quadrivium*, constituía-se de um conjunto de disciplinas chamadas de científicas, tais como: a aritmética, a geometria, a astronomia e, findando-se, com a música.

Aliás, o problema da classificação do saber e as disciplinas inerentes a ele sempre representaram uma discussão para a pedagogia medieval, e isso vem desde Platão (428 a.C -348 a.C.) a Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), de Beda (673-735) a Tomás de Aquino (1225-1274), de Bacon (1561-1626) a Comenius (1592-1670), de Hegel (1770-1831) a Cournot (1801-1877) incluindo até Engels (1820-1895). É de consenso quase geral que a Reforma Protestante ocorrida em 1517, período da Idade Moderna, foi a convulsão cultural e religiosa que faltava para desencadear a "onda teológica", e tornar a teologia uma disciplina ainda mais fortalecida perante as outras. As Escrituras (Bíblia) tornaram-se livro texto das escolas e universidades em todos os lugares, e formar especialistas em teologia foi o que ocorreu de maior relevância nesse período.

Sendo assim, a pesquisa quer destacar nesta observância didática e histórica/social, o valor da disciplina de Ensino Religioso na perspectiva do professor, o seu valor ético, social, moral e parte inerente ao aluno/indivíduo da educação básica.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Brasil não pode promover ou defender doutrinas de qualquer religião, por ser um Estado Laico, porém deve ser ofertada a todos os alunos, por ser uma disciplina amparada pela Constituição. Apesar disso, a Igreja Católica e outras denominações cristãs demonstram interesse no Ensino Religioso nas escolas públicas. Admitindo-se que o Brasil, pelo seu laicismo, não pode ensinar dogmas ou doutrinas religiosas, não podendo prejudicá-las ou privilegiá-las, a Constituição Federal determina que dogmas não devam ser ensinados.

⁴ Trívio (latim: *Trivium*, de *três*: três e *via*: caminho) era o nome dado na Idade Média ao conjunto de três matérias ensinadas nas universidades no início do percurso educativo: gramática, dialética e retórica (Champlin, 2002).

⁵ Quadrívio (latim: *quadrivium*; de *quatro* e *via*: caminho, ou seja, os "quatro caminhos"), era o nome dado ao conjunto de quatro matérias (aritmética, geometria, astronomia e música) ensinadas nas universidades helênicas na fase inicial do percurso educativo, cujo ápice era as disciplinas teológicas. A educação era iniciada com o trívio (gramática, lógica e retórica), as primeiras três das sete artes liberais, seguindo-se as restantes quatro, que formavam o quadrívio. O contraste entre os estudos elementares do trívio face aos mais avançados no quadrívio originou a palavra "trivial", adjetivo para caracterizar algo que é básico, simples ou banal (Champlin, 2002).

Por outro lado, a disciplina de Ensino Religioso no Brasil foi implementada por alguns decretos lei e dentre esses decretos, destaca-se o n. 244/1942 referente ao ensino secundário, que, mediante forte intervenção do Padre Leonel Franca e de Alceu de Amoroso Lima, os quais argumentaram sobre a importância da disciplina Ensino Religiosos para formação integral do aluno.

Porém, a permanência do Ensino Religioso no currículo, conforme assegurou a Constituição Federal/1988 e a LDB/96 (Lei n. 9.475/97), trouxe mais uma vez à cena a construção social dessa disciplina, os atores sociais e políticos, e as negociações e estratégias que a envolve, com vistas a sua consolidação educacional. Com relação à Constituição de 1988 e a LDB/96, leis citadas acima, no que diz respeito ao Ensino Religioso, Muraro (2012) afirma que:

De acordo com as orientações do Ministério da Educação, pretende-se que as questões ligadas à justiça social, ao trabalho e à diversidade estejam presentes nas diversas instituições educativas e em todos os níveis e modalidades de educação. Todavia, em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, a garantia de uma educação pautada na justiça social, que considere o mundo do trabalho para além da teoria do capital humano e que reconheça e dialogue com a diversidade ampliando a noção de inclusão e igualdade social, constitui um desafio MURARO, 2012, s/p.).

Atualmente, as questões de reconhecimento, justiça social, igualdade, diversidade e inclusão são colocadas na agenda social e política, na mídia, na esfera jurídica e, também, na política educacional. Tais questões sempre fizeram parte do desenvolvimento da própria educação brasileira, entretanto, nem sempre elas foram reconhecidas pelo poder público como merecedoras de políticas, compreendidas como direito, ao qual se devem respostas públicas e democráticas. Ao contrário das demais disciplinas que são previstas em lei específica (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/96), o Ensino Religioso é matéria Constitucional (art. 210 § 1º da Constituição Federal). A existência da disciplina “Ensino Religioso” no currículo da escola fundamental brasileira, à primeira vista, pode parecer contraditória, quando se considera que o Brasil⁶ é um Estado laico. O princípio da laicidade é, ao mesmo tempo, o de afastamento da religião do domínio do Estado, e do respeito ao direito de cada cidadão de ter ou não ter uma convicção religiosa e de professá-la dentro dos limites da Lei. O princípio baseia-se na igualdade na diversidade, no respeito às particularidades e na exclusão dos antagonismos. Pretende-se o igual respeito e tolerância ao outro, suas crenças e

⁶ O Brasil tornou-se um Estado laico com o Decreto nº 119-A, de 07/01/1890, de autoria de Ruy Barbosa. Antes desse decreto havia liberdade de crença, mas não a liberdade culto, ou seja, os cultos de religiões que não eram as liturgias próprias da Igreja Católica Romana, só podiam ser realizados no âmbito restrito, geralmente em casas particulares. Com este decreto, houve no Brasil a separação Estado-Igreja, permitindo a ampliação da liberdade religiosa e o Brasil deixou de ser considerado Estado confessional e de ter uma religião oficial.

práticas e, ainda, o respeito àqueles que não professam nenhuma religião. Muito mais do que a recusa do controle religioso sobre a vida pública, o que a laicidade implica, é o reconhecimento do pluralismo religioso, a possibilidade do indivíduo viver sem religião e a neutralidade do Estado.

A laicidade garante aos cidadãos que nenhuma religião poderá cercear os direitos do Estado ou apropriar-se dele para seus interesses. Assim, a laicidade não exclui as religiões e suas manifestações públicas, nem o Ensino Religioso, muito menos interfere nas convicções pessoais daqueles que optam por não professar nenhuma religião. Podemos apontar três princípios contidos no princípio da laicidade: a neutralidade do estado, a liberdade religiosa e o respeito ao pluralismo. A neutralidade em face de todas as crenças ou opiniões diz respeito à igualdade de tratamento que deve ser dada aos cidadãos: todos devem ser iguais perante a lei, no que concerne aos direitos e deveres. É o princípio também que deverá garantir que o Ensino Religioso ministrado nas escolas públicas não se detenha na formação religiosa específica para uma ou outra religião; que a história/dogma de cada religião seja apresentada, de forma objetiva e com igual destaque, por professores realmente habilitados nesta área do conhecimento. A laicidade garante o caráter não obrigatório da religião. Pressupõe a neutralidade confessional do Estado e das instituições. As diferenças não são negadas, mas respeitadas (DOMINGOS, 2009).

Sendo assim, na escola laica, os alunos de todas as confissões religiosas, assim como os ateus, devem ser admitidos indistintamente e igualmente respeitados na sua condição de indivíduos em formação. As aulas de Ensino Religioso não podem ser aulas de catequese ou de classe de catecúmenos. As instituições religiosas têm seus programas de Educação religiosa que visam suas doutrinas aos seus fiéis, portanto a prática do Ensino Religioso nas escolas precisa de uma definição bem clara de seus objetivos, antes mesmo da elaboração de seu currículo. A elaboração de um currículo depende em muito da realidade vivencial (contexto) em que está sendo elaborado, como já afirmava Koltermann (2015).

Quando se pensa em Ensino Religioso pode-se seguir a linha da história das religiões, das doutrinas religiosas, da teologia cristã, da ética e cidadania, etc. Nenhum representante de comunhão religiosa deve ter acesso à escola e nem exercer sobre ela nenhuma autoridade. Isso não significa uma interdição ao exercício dos cultos ou o não reconhecimento à autoridade neles investida, mas apenas que não cabe aos representantes religiosos utilizarem a escola como local de pregação religiosa. A eventual concessão do espaço escolar a um representante de confissão religiosa obrigaria a escola a concedê-lo a todas as outras que assim solicitarem. A laicidade inclui, portanto, o reconhecimento e o respeito aos espaços próprios de cada

domínio, escolar e religioso, sendo assim em consonância com o artigo 19º da Constituição Federal de 1988 consagra a laicidade do Brasil, afirma que o Ensino Religioso será facultativo. Ser facultativo é não ser obrigatório, não ser um dever. O caráter facultativo é salvaguarda para não ofender o princípio da laicidade

Muito se fala e se escreve no meio acadêmico sobre as práticas reflexivas, sobre o respeito à “bagagem”, ou referências que o aluno traz de fora da escola e sobre a construção de novos aportes a partir desse conhecimento prévio. A escola, ao respeitar a liberdade de crença, com base no princípio da neutralidade, respeita a individualidade do seu aluno e as convicções de suas famílias. A escola, ao conceder seu espaço para o Ensino Religioso, ao dar o mesmo espaço no ambiente escolar ao conhecimento de cada religião, ensina o princípio da tolerância para a diferença e o exercita.

Por outro lado, é sabido que a “Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI / 2017) 4439 na qual a Procuradoria-Geral da República (PGR) questionava o modelo de Ensino Religioso nas escolas da rede pública de ensino do país. Entendeu que não estava sendo respeitado o princípio da laicidade proposto pela Constituição Federal de 1988. Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos (6 X 5), os ministros entenderam que o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional, ou seja, vinculado às diversas “religiões”. Constatamos que há uma discussão com relação a laicidade do Ensino Religioso confessional, porém, o que não se pode deixar de lado é que a disciplina em análise deve ser vista como qualquer outra, no que diz respeito ao desenvolvimento humano, isso porque, essa pesquisa propõe ver o ser humano na sua integralidade.

O Ensino Religioso deve ser pensado como área do conhecimento, a partir da escola, como disciplina curricular, e não a partir das crenças ou religiões individuais; tendo como objeto de estudo o fenômeno religioso na sua diversidade, nas suas diferentes manifestações. Sendo assim, a disciplina de Ensino Religioso, deve ser pensada como campo científico, deve pautar-se pela análise, pelo estudo crítico, objetivo, criterioso e consciente dos fatos religiosos.

1.1. Problema

Considerando que: (1) a disciplina de Ensino Religioso é definida por dispositivos legais no currículo escolar das escolas públicas; (2) de acordo com a Constituição Federal de 1988 o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas; (3) de acordo com a LDB/96, o Ensino Religioso de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos

horários normais das escolas públicas; (4) em 2017 a Procuradoria da República entendeu que o princípio da laicidade no que diz respeito ao Ensino Religioso não estava sendo cumpridos; (5) no mês de setembro de 2017 os ministros do STF, mediante o voto, entenderam que o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional; pergunta-se: Na perspectiva do professor, a disciplina escolar Ensino Religioso possui relevância para a formação integral do aluno e para a promoção da tolerância enquanto valor cultural?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Investigar o papel da disciplina de Ensino Religioso na formação integral do aluno na compreensão dos professores que ministram a disciplina.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Sistematizar por meio dos documentos oficiais e das narrativas dos professores, se a laicidade no Ensino Religioso é respeitada, e se está em consonância com a diversidade religioso-cultural do nosso país.
- Discutir a visão dos professores responsáveis pela disciplina sobre o Ensino Religioso enquanto subsídio para promoção da tolerância religiosa e cultural.
- Verificar se o Ensino Religioso no currículo escolar da rede municipal de ensino de um município da Região do Vale do Paraíba contempla a formação integral do aluno na perspectiva do professor.

1.3. Delimitação do Estudo

A pesquisa tem como objeto o Ensino Religioso, uma disciplina “facultativa” dentro das bases curriculares da educação, ressalta que em virtude da variante interpretativa da lei, nem todos os municípios tem Ensino Religioso em sua rede escolar. O Ensino Religioso engloba o estudo do processo de construção dessa disciplina no currículo das escolas públicas no Brasil, principalmente no período de 1988 a 2018. Além disso, a pesquisa mobiliza também a área de História Social da Educação. Dentre as fontes selecionadas, em sua maioria documentos oficiais, como legislação e programas curriculares referentes à disciplina Ensino Religiosos em âmbito nacional.

O recorte delimitado para a realização desta pesquisa foi o Ensino Fundamental II de escolas públicas de uma cidade da região Metropolitana do Vale do Paraíba de médio porte⁷, que hoje possui 305.174 habitantes (IBGE, 2018). A Rede Municipal de Ensino da cidade na qual foi realizada a pesquisa, atualmente conta com 39 (trinta e nove) escolas de Ensino Fundamental II. Essa Rede Municipal de ensino possui 16 professores de Ensino Religioso lecionando em todas essas escolas. Sendo que sete são professores temporários e nove são professores estatutários.

1.4. Relevância do Estudo / Justificativa

Pensar a disciplina escolar Ensino Religioso faz-nos refletir sobre o sentido mesmo da escola pública em nosso país, bem como das políticas curriculares implantadas. Logo, trata-se de uma problemática própria do campo educacional. No entanto, o que se observa, é que a maioria das pesquisas insere-se nos programas de Ciências da Religião e Teologia, e não apresenta preocupação em situar a disciplina no campo do currículo, tampouco em pensar sua gênese histórica.

A disciplina de Ensino Religioso sob a perspectiva dos professores se justifica pela discussão ética, política e filosófica que se traduz em dispositivos legais e pela recente discussão acerca da sua obrigatoriedade.

Sendo assim, a presente pesquisa entende que o desenvolvimento humano é complexo⁸, pois somos seres animobiopsicocultural e ou bio-psico-socio-espiritual⁹. Considerando essa afirmação, se faz necessário o Ensino Religioso nos currículos escolares para que haja uma formação integral do ser humano e não parcial. O espiritual aqui mencionado é compreendido como aquilo que não é somente epifenômeno psicofísico. É a natureza espiritual do ser humano que permite que ele dê sentido a tudo com o qual tenha contato e estabeleça símbolos para as coisas. Corrobora com a afirmação Vasconcelos (2006), que afirma que a espiritualidade se manifesta como religiosa, quando essa transcendência repercute de tal forma na transformação da vida da pessoa que o

⁷ Para classificar a cidade quanto ao porte, é considerado o número populacional. No Brasil, utiliza-se a definição do IBGE (2018), que classifica como: Porte das Cidades • Pequena: até 100 mil habitantes. Em geral, depende do comércio local e da movimentação da economia rural. • Média: de 100 mil até 500 mil habitantes. Geralmente, atua como centro regional das cidades próximas que dependem de seus serviços especializados. Grande: mais de 500 mil habitantes. Possuem os maiores recursos estruturais (saneamento, hospitais, energia elétrica e outros).

⁸ A palavra lembra problema, não solução. O termo vem do latim, complexus, que significa “o que abrange muitos elementos ou partes”. Trata-se da congregação de elementos que são partes do todo. O todo é uma unidade complexa, não se reduz à mera soma das partes (Morin, 2005).

⁹ Psicólogo humanista Viktor E. Frankl, em seu livro “Em Busca de Sentido” (1967).

experimentado não se explica apenas por forças contidas na interioridade da pessoa, mas é sentido como a presença de um absoluto, identificado como Deus.

A religião aparece como um fenômeno marcante no contexto histórico, especialmente nas relações com o Estado e, conseqüentemente, com a educação. Em decorrência disso, o Ensino Religioso como componente curricular da Educação Básica (BRASIL, 2013: p. 67-8), envolve questões relacionadas às dimensões da formação humana, exigindo revisitar o conceito de religião e associando-o aos de religiosidade e espiritualidade.

Alguns autores distinguem esses termos buscando aproximá-los das dimensões humanas. Pinto (2009) distingue religiosidade e espiritualidade com aporte das Psicologia da Personalidade, do Desenvolvimento e da Religião, associando ao conceito de religião. Na Psicologia da Personalidade, o ser humano é tratado enquanto pessoa como um todo e com diferenças individuais, cujo comportamento é compreendido por meio do modo como cada um funciona na interação dos vários aspectos que o compõem. O ser humano é tratado como um ser “animobiopsicocultural”, constituído pela articulação de três níveis: o corporal, o psíquico e o espiritual. Embora este “ser” conviva em uma cultura que é configurada social, geográfica e historicamente, constituindo um campo que “configura o ser humano”. Com essa afirmação, o autor salienta que há alguns dados que são estruturais na personalidade de cada pessoa, dados esses que são entrelaçados por uma certa intencionalidade na composição do sujeito humano. Dessa forma, para o autor a religião, ajuda os seres humanos a se entenderem, tecer um sentido para a vida e ter um bom motivo para continuar vivendo.

Sendo assim, Pinto (2009) entende que a personalidade humana, de um lado, envolve estabilidade, persistência, constância e, de outro, plasticidade, alterações na trajetória de vida com base nas experiências, constituindo um sistema complexo e dinâmico que pode ser percebido e estudado a partir do comportamento. Tanto a estrutura quanto o processo são importantes no sistema/personalidade, e quanto mais interação entre ambos, maior a possibilidade de uma pessoa saudável na óptica psicológica. A espiritualidade é inerente ao ser humano, enquanto a religiosidade não é, pois, para ele, uma vez que se há pessoas “arreligiosas”, não é possível uma pessoa não espiritual. Se a espiritualidade é parte integrante da personalidade, a religiosidade é parte acessória, embora importante para a maioria das pessoas, especialmente, mas não unicamente, por ser precioso meio de inserção comunitária e cultural.

Araújo (2009), considera a religiosidade como um aspecto cultural não isolado da espiritualidade na medida em que experiências de profundo sentido espiritual podem conter respaldo religioso. Assim, a espiritualidade pode ser definida como um conjunto de vivências que possibilita mudanças interiores no sentido da melhor integração da pessoa consigo mesmo e com os outros, implicando a inter-relação com valores e significados resultantes da capacidade imanente do espírito de concretizar a experiência da profundidade, da apreensão do símbolo, de se conduzir na vida encontrando um sentido. Por outro lado, Já o termo religiosidade envolve a relação do ser humano com um transcendente e pode ser entendido como uma experiência pessoal e única da religião. Pode revelar uma manifestação da espiritualidade, embora não a única, pois: “do mesmo modo que há pessoas de intensa religiosidade e pouca espiritualidade, há pessoas de nenhuma religiosidade, como um ateu ou um agnóstico, por exemplo, que podem manifestar uma intensa espiritualidade” (PINTO, 2009, p. 74).

Araújo (2009) ainda afirma que, enquanto a religiosidade envolve uma relação com o transcendente, a espiritualidade indica uma referência ao sentido; o encontro das duas coloca o ser humano diante do questionamento sobre o sentido último da existência. Nesse encontro, enquanto a religiosidade busca com maior intensidade o sentido além-vida, na espiritualidade a busca de sentido para a existência se dá na própria existência. Porém, o autor ora citado acima, adverte que esse encontro pode não significar um crescimento, pois a primeira tanto pode representar uma fonte de força como de alienação, de fuga do espiritual, de superficialidade existencial. Quanto ao termo religião, sua institucionalização é posterior à espiritualidade e pode representar (ou não) uma manifestação dela.

Portanto, a pesquisa pode ser relevante ao ponto que entendamos que o homem não pode ser visto somente como concreto, fruto da hereditariedade genética, manipulado e manipulando o contexto social e movido por impulsos e desejos que cristalizou a falsa ideia de um ser humano como uma máquina pensante desprovida de uma alma. Sendo assim, o que é religioso, que pode ser interpretado por aquilo que é estritamente espiritual, passou a ser negligenciado ou não importante. A presente pesquisa quer elencar a discussão da relevância do Ensino Religioso para que tenhamos um contato com o nosso todo. Pois, enfatizar somente o corpo ou somente a mente fragmentará a unidade humana e a visão do ser humano como um ser psicofísico não espelha a sua real e essencial natureza.

1.5. Organização da Dissertação

Essa pesquisa está estruturada em cinco seções, conforme explicitado a seguir. A primeira seção é a Introdução e constitui-se das definições do problema de pesquisa, os objetivos, delimitação, justificativa, bem como a apresentação sobre a organização do trabalho.

A segunda seção trata da fundamentação teórica que prestará suporte para o desenvolvimento da pesquisa. Esta seção apresentará como tópicos de estudo a inserção do Ensino Religioso no currículo das escolas públicas brasileiras e a luta pela institucionalização e também será discutida a religião e a educação integral do aluno e a constituição da disciplina de Ensino Religioso.

Na terceira seção foram descritos a metodologia utilizada na pesquisa, apresentando o tipo de pesquisa, o campo de estudo, a população e a amostra, os instrumentos, além dos procedimentos de coleta e análise de dados.

A quarta seção foi constituída pela apresentação dos resultados obtidos. Finalizando desta forma a pesquisa com a quinta seção, apresentado as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA: ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA

A revisão da literatura pode ser realizada com diferentes metodologias dependendo da questão de investigação, das metas que se pretende atingir, do campo de pesquisa, do tempo disponibilizado e do grau de profundidade – o nível de discussão teórica - que se pretende alcançar com a análise do material recolhido. Revisão da literatura é o processo de análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos (CERVO, BERVIAN, 1978).

Nesta pesquisa, escolheu-se o tipo de revisão narrativa da literatura, em virtude da Lei com relação ao Ensino Religioso ser recente. Essa lei foi aprovada em 27 de setembro de 2017 em votação histórica no Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria mínima de seis votos a cinco, assentou que, ao determinar o Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental II, o artigo 210, parágrafo primeiro da Constituição Federal, referiu-se ao Ensino Religioso confessional, garantindo o ensino vinculado diretamente à determinada religião, em seu sentido transcendental, com seus dogmas de fé, não apenas enquanto disciplina de ciências das religiões.

De acordo com Rother (2007, p. ix), a revisão narrativa utiliza-se “da aquisição e atualização de conhecimento sobre um determinado tema em curto período de tempo” [...] “para descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual”. Sendo assim, podemos entender que se constitui basicamente da análise da literatura, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador.

Portanto, uma revisão da literatura dita “tradicional” baseia-se essencialmente na utilização do método manual refere-se ao tipo de revisão que se realiza depois de uma busca de materiais bibliográficos realizada pelo investigador e a análise é realizada por meio de leituras e sínteses manuais. É dito manual porque a seleção inicial e análise de conteúdo da produção sobre a temática estudada não é feita por meios informáticos (ROTHER, 2007).

2.1. História do Ensino Religioso no Brasil

No Brasil, quando pensamos ou refletimos sobre Ensino Religioso, é impossível não pensarmos em nossa história como Nação. Essa discussão acompanha o percurso histórico desde o proclamado “descobrimento”, perfazendo um período de mais de 500 anos.

O entrelaçamento da religião com a educação no Brasil teve início com a chegada dos colonizadores e perdura até os dias atuais. Desde aquela época a religião representa um tema polêmico, pois no processo histórico de colonização do Brasil estabeleceu-se estreita relação entre a religião e as dimensões de poder. Isso pode ser percebido, a *priori*, pois os colonizadores desconsideravam as práticas religiosas do povo indígenas (nativos) que já habitavam estas terras e a imposição da religião dos colonizadores, o cristianismo, especialmente, a religião Católica preponderante nos países da União Ibérica (Espanha e Portugal). Isso pode ser constatado a partir da introdução da “Cruz” nas terras brasileiras conforme os relatos históricos, bem como celebração da primeira missa. O símbolo do cristianismo, a cruz, chegou a influenciar a denominação do país, inicialmente, “Ilha de Santa Cruz”, posteriormente, “Terra de Vera Cruz” e, por último, é que o país foi oficialmente denominado Brasil (KOSHIBA, PEREIRA, 1993).

Portanto, o “Ensino Religioso” surgiu nesse contexto, articulado entre catequese e alfabetização, ministrada pelos jesuítas¹⁰, sob o controle da corte portuguesa. Por esta razão, emergiram polêmicas e controvérsias em torno da oferta deste componente curricular, que persiste até os dias atuais na educação escolar. Vários autores têm abordado em seus estudos estas questões relacionadas ao Ensino Religioso na Educação Básica da escola pública, tais como, Holmes (2010), Junqueira e Wagner (2011), Cândido (2004), Nóvoa (1995), Debray (2015) entre outros.

Holmes (2010) apresenta um resgate histórico desse componente curricular afirmando que o seu surgimento ocorreu paralelamente com a história do Brasil. Para a pesquisadora Holmes, o currículo gerou muitas polêmicas porque caminhava em “caminhos obscuros, com muitas discriminações, ora compreendidos como catequese, ou aula de religião” (Holmes, 2010). Na trajetória histórica, ela destaca o Plano Educacional elaborado por Padre Manoel da Nóbrega, que intencionava instruir e catequisar o povo indígena. Os planos seguintes também realçavam o enlace educação, catequese e acrescentavam o ensino profissionalizante e agrícola.

Tudo isso abrangendo acordos entre Igreja e Estado sem a participação popular e sem a mediação de uma lei maior. O principal interesse era econômico, pois o papel da educação era assegurar “o domínio dos portugueses sobre os índios e os negros escravos, com a

¹⁰ A Companhia de Jesus (em latim: Societas Iesu, S. J.), cujos membros são conhecidos como jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola, conhecido posteriormente como Inácio de Loyola. A Congregação foi reconhecida por bula papal em 1540. É hoje conhecida principalmente por seu trabalho missionário e educacional (Cairns, 2008).

intenção de submetê-los ao trabalho, como um modo de produção escravista a serviço da classe dominante” (HOLMES, 2010). Ressaltando a relação de dominação, a pesquisadora afirma que, embora os jesuítas em suas práticas pedagógicas buscassem abranger estudos da língua indígena, esta não era aceita, bem como tudo aquilo que parecia favorecer aquele povo, tendo em vista um pacto colonial que defendia somente os interesses da corte portuguesa (HOLMES, 2010).

Na sequência dos fatos históricos, ela enfatiza a extinção do Sistema de Capitânicas Hereditárias pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo que marcou uma ruptura com o domínio da igreja católica, especialmente, com a expulsão dos jesuítas. O movimento gerado por esta medida ficou conhecido como Reforma Pombalina. Foi instalada outra forma de controle abrangendo o que as pessoas deveriam ler e como deveriam aprender, de modo a garantir a dominação da corte. Nessa perspectiva, com a separação Brasil e Portugal e a outorga da primeira constituição do Brasil por D. Pedro I, em 25 de março de 1824, foi acrescido aos poderes legislativo, executivo e judiciário “um poder moderador que mantinha superioridade diante dos outros poderes, era considerado um instrumento de opressão, ou seja, a salvação do Estado (HOLMES, 2010)”.

Segundo Holmes (2010), no decorrer do processo histórico, registram-se, sucessivamente, as idas e vindas do domínio do Estado intermediado pela Igreja e, da mesma forma, influenciando o Ensino Religioso. A autora registra períodos em que, nas aulas, era utilizado o manual do catecismo, tendo como fio condutor o texto da Constituição determinando a Religião Católica Apostólica Romana como religião oficial do império.

Desse modo, a religião passou a representar um dos principais aparelhos ideológicos do Estado (HOLMES, 2010). Isso gerou a formação de grupos opositores ao autoritarismo do império e do poder moderador. No cenário das lutas e das mudanças ocasionadas no Brasil acompanhando os sistemas de governo, a história da educação abrange questões relacionadas ao Ensino Religioso.

Abordando a sequência das Constituições que abarcaram o sistema educacional no Brasil, Holmes destaca que a expressão “[...] será laico o ensino ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino”, é o que tem gerado mais polêmicas no decorrer da história do Ensino Religioso (HOLMES, 2010, p. 73). Diante disso, grupos se revelam contrários a esse ensino nas escolas como os escolanovistas, para os quais “[...] o respeito do Estado laico que se estende a escola pública, é uma forma efetiva de igualar o direito do cidadão de ter ou não ter a sua religião, bem como ter o poder de escolha” (HOLMES, 2010, p. 74).

Junqueira e Wagner (2011) também abordam as polêmicas geradas em torno do Ensino Religioso, não só no Brasil, mas também no contexto mundial, especialmente, no europeu. Eles apresentam uma retrospectiva histórica desse componente curricular revelando a importância desse procedimento como forma de esclarecer as influências pedagógicas, que também são influenciadas pela política “[...] na concepção e divulgação de propostas relacionadas ao ensino-aprendizagem” (JUNQUEIRA, WAGNER, 2011, p.32). Recordam a parceria da catequese com a alfabetização do povo, pois esta utilizava os catecismos e a história Bíblica na operacionalização das práticas educativas.

Esses pesquisadores reportam-se à Declaração Universal dos Direitos Humanos, homologada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, que sinalizou um novo marco no desenvolvimento das ideias contemporâneas quando no seu item XVIII, afirmava o direito à liberdade religiosa e, no item XXVI, a obrigatoriedade da instrução.

Para Junqueira e Wagner (2011, p. 36) esses “aspectos favorecem a discussão sobre o Ensino Religioso como um componente curricular em vista da formação de uma geração aberta ao diálogo e as novas relações socioculturais”. Em que pese o contexto mundial ressaltam as alterações profundas e rápidas ocorridas desde o século XX, incluindo nelas a Igreja Católica, a escola e de certa forma o Ensino Religioso. Afirmam que diante desse contexto, certamente, este componente curricular deverá sofrer significativas alterações decorrentes das influências do campo político e pedagógico nos vários países.

Quanto à realidade brasileira, declaram que, na história da formação do país, “o Ensino Religioso sofreu lento processo de alteração em consequência do desenvolvimento do Estado, de sua auto compreensão e, portanto, das opções políticas” (JUNQUEIRA, WAGNER, 2011, p.37). Os autores realizam uma retrospectiva das Constituições Brasileiras, destacando como estas têm definido o Ensino Religioso e os acontecimentos que deram impulso ao processo de busca de sua identidade, diante da obscuridade do seu papel específico na educação escolar. Além disso, apresentam avanços e recuos quanto à sua concepção, decorrentes da dinâmica da sociedade.

Junqueira e Wagner (2011, p. 40, op. cit) consideram que, por volta de 1965, o Ensino Religioso superou a sua função catequética, na medida em que a escola foi considerada autônoma gerenciada por seus próprios princípios e objetivos na área da cultura, do saber e da educação. Para eles, “a manifestação do pluralismo religioso é explicitada de forma significativa; não é mais compatível compreender um corpo no currículo que doutrine que não conduza a uma visão ampla do ser humano”.

Ainda quanto a estas polêmicas e controvérsias em torno do Ensino Religioso, Cândido (2004) aborda a existência de grupos contrários à oferta do Ensino Religioso na escola pública brasileira. Para ela, isso tem formado duas correntes no debate sobre esse ensino: o das pessoas do “sim” e o das pessoas do “não”. O primeiro representado pelos discursos da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER). Já o segundo grupo é constituído por aqueles que se manifestaram contrários à implantação do Ensino Religioso no Estado de São Paulo, por ocasião da elaboração e aprovação da Deliberação 16/2001.

Como consequência dessas questões em torno do Ensino Religioso, tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), de autoria de Déborah Macedo Duprat de Brito Pereira, Procuradora Geral da República que, na época, exercia o cargo de Chefe do Ministério Público da União. Por meio dessa ADI, a autora solicita medida cautelar, para que o STF:

(i) realize interpretação conforme a Constituição do art. 33, caput e §§ 1º e 2º da Lei nº 9394/96, para assentar que o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não-confessional, com proibição de admissão de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas; (ii) profira decisão de interpretação conforme a Constituição do art. 11, § 1º, do “Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil”, aprovado pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº 698/2009 e promulgada pelo Presidente da República através do Decreto nº 7.107/2010, para assentar que o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não-confessional; ou (iii) caso se tenha por incabível o pedido formulado no item imediatamente acima, seja declarada a inconstitucionalidade do trecho “católico e de outras confissões religiosas”, constante no art. 11, § 1º, do Acordo Brasil-Santa Sé acima referido (p.1-2).

Como se pode perceber nas entrelinhas da redação desta ADI, a questão relacionada ao Ensino Religioso na escola pública ainda permanece em discussão e, ao que parece, deve permanecer por longo tempo. As controvérsias têm como fundamento o fato do Estado brasileiro ter sido decretado laico a partir da Reforma Pombalina. Entretanto, mesmo com a laicidade determinada, persiste a presença desse componente curricular nas determinações legais e diretrizes educacionais oficiais sem, contudo, um direcionamento que garanta uma prática voltada para a formação da pessoa humana e, não para o fortalecimento de algumas religiões em particular.

Portanto, constatamos que na nossa origem histórica educacional sempre tivemos uma formação religiosa juntamente com a secular, pois havia por parte dos colonizadores uma preocupação não apenas com o cognitivo, mas com a alma dos nativos, a igreja Católica

entendia que o Ensino Religioso confessional era relevante para formação integralizada dos nativos e conseqüentemente para todos os brasileiros.

2.2. Ensino Religioso nos currículos escolares

O campo educacional, o espaço-tempo da escola, está envolto em uma dimensão cultural e deve ser visto como tal. Assim, ao pensar a constituição da disciplina Ensino Religioso e sua inserção e permanência no currículo escolar, faz-se importante pensar sua dimensão cultural, principalmente porque o elemento religioso que forjou essa disciplina é, sobretudo, um elemento cultural. De acordo com Chervel (1990) existe uma relação de poder e interesse decorrente do modo de transmissão cultural da disciplina Ensino Religioso. Corrobora com essa abordagem a compreensão de Forquin (1993) de que o que a escola transmite é sempre algo da cultura, elementos da cultura que têm uma legitimidade social. Corrobora com assertiva de Forquim, Koltermann (2015), que afirma:

Desse modo, cada região do país caracteriza-se pelas suas tradições culturais, sociais, religiosas, com significações e sentidos próprios, sem, contudo, perder-se a tradição religiosa que, em diferentes matizes, compõe o fundamento primordial da formação humana. Dessa forma, a religião é um artefato cultural presente no cotidiano das pessoas nas diferentes comunidades e acompanha o ser humano desde a sua formação inicial, seja na família, escola ou sociedade.

Afinal, somente sob essa acepção, a disciplina Ensino Religioso pode ser situada, pois, apesar de fazer parte da “tradição escolar” no campo do currículo não possui uma ciência de referência, sendo sua construção independente desta, mesmo que no momento atual exista a busca pela instituição das Ciências da Religião como disciplina-base.

O Ensino Religioso possui uma natureza distinta das demais disciplinas escolares, pois sua referência se assenta na cultura religiosa, nas instituições religiosas, e, em particular, no catolicismo. Sendo assim, a configuração dessa disciplina vem sendo pensada por pressão das instituições religiosas e de grupos específicos, que embora possuam uma ligação com o campo educacional, são oriundos do campo religioso, portanto, de natureza externa ao campo educacional, sendo seus interesses primeiros, religiosos, externos a esse campo.

É importante ressaltar, que ao conjecturarmos sobre educação no Brasil, é imprescindível que nos remetemos à processo de colonização/exploração, isso muito em virtude porque após ao acontecimento histórico da Reforma Protestante ocorrida na Alemanha em 1517 que causou muitas perdas territoriais (fieis) para a Igreja Católica, houve um plano de retomada dos territórios perdidos e ao mesmo tempo alcançar novos

fiéis. A Igreja Católica, em resposta a Reforma Protestante fez o que conhecemos na história como Contra-Reforma (1545), que visava defender e propagar a fé católica frente aos avanços do protestantismo.

Essa reforma católica foi apresentada no Concílio de Trento¹¹ (1545-1563) e, como um de seus resultados práticos, tem-se um forte investimento em Educação, o que se dá por meio da criação de escolas religiosas e ações catequistas para o ensino e formação na fé católica. Entre as associações criadas, estava a Companhia de Jesus como já foi mencionado nessa pesquisa, ordem missionária que viria a se destacar no campo educacional e influenciar fortemente a Educação no Brasil (INCONTRI; BIGHETO, 2004).

Portugal, de confissão católica, foi o “primeiro reino da cristandade a solicitar os serviços da Companhia de Jesus, através de D. João III, que procurava religiosos para realizar missões em seus territórios ultramarinos”.(FLECHA, 2009, p. 29). Assim, com o apoio da Coroa portuguesa, os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, imbuídos da missão religiosa de converter os gentios à fé católica e, também, com a incumbência colonizadora de provocar a aculturação (SAVIANI, 2008).

Os jesuítas, por sua vez, para atingir os objetivos, se utilizaram, primeiro, do contato com os índios, da aproximação, do convencimento; e, num segundo momento, priorizaram as práticas pedagógicas institucionais, criando, para tanto, várias escolas e seminários. Nesse sentido, considera-se que a história da educação brasileira tem início com o trabalho dos jesuítas, que iniciaram, também, a associação entre religião e educação no Brasil, por meio da catequese. Como salienta Saviani (2008, p. 31), “há uma estreita simbiose entre educação e catequese na colonização do Brasil”. Assim, assevera o autor:

O plano iniciava-se com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa. (SAVIANI, 2008, p.43).

Esse plano de estudos foi posteriormente substituído pelo *Ratio Studiorum*, um plano geral de estudos constituído por um conjunto de regras, códigos, métodos e práticas que buscavam regulamentar o ensino em todos os colégios da Companhia de Jesus (FLECHA, 2009). Saviani (2008, p. 56) destaca que era um plano de “caráter universalista

¹¹ Convocado pelo papa Paulo III, em 1542, e durou entre 1545 e 1563. Teve este nome, pois foi realizado na cidade de Trento, região norte da Itália. O Concílio de Trento foi uma reação da Igreja Católica à Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero na primeira metade do século XVI (Cairns, 2008).

e elitista”, que comportava o curso de humanidades, denominado “estudos menores”, e os cursos de Filosofia e Teologia, denominados “estudos superiores”, os quais, no Brasil, limitaram-se à formação dos padres catequistas.

De acordo com Flecha (2009), aspectos da educação religiosa faziam-se presentes em muitas das regras do *Ratio*, mas principalmente nas regras referentes aos professores das classes inferiores, que deveriam:

rezar sempre uma oração antes do início das aulas; exortar os alunos a assistirem à missa diariamente e à pregação nos dias de festa; a recitarem de cor (principalmente nas classes de Gramática) a doutrina cristã; a fazerem orações diárias a Deus, bem como a rezarem o terço ou ofício de Nossa Senhora; a realizarem o exame de consciência diário; a receberem, de forma frequente, os sacramentos da Penitência, bem como da Eucaristia; a fugirem dos maus hábitos e a praticarem sempre as virtudes dignas de um cristão. O ensino da doutrina cristã deveria se acomodar à idade do aluno, associando a fixação pela memória com uma sólida explicação, como estabelecia a “Ratio”. (FLECHA, 2009, p. 90).

Podemos ainda destacar, que segundo Saviani (2008), as ideias pedagógicas expressas no *Ratio* fundamentavam-se no pensamento de Tomás de Aquino, baseado em uma visão essencialista de homem. Corrobora essa assertiva os estudos de Zotti (2004, p. 24), que define, em linhas gerais, que “a organização da educação jesuítica, mais especificamente o currículo humanista, tinha objetivo acima de tudo religioso”.

Sendo assim, de acordo com esses apontamentos, percebe-se que o saber religioso, configurado como ensino da doutrina cristã católica, não estava restrito ao espaço-tempo de uma disciplina, matéria de ensino¹². Ao contrário, estava entrelaçado aos outros saberes, permeava todo o espaço-tempo do currículo, da escola, bem como as atividades extraescolares. Demarcava, pois, a finalidade religiosa que envolvia a Educação e a configurava como um *habitus*¹³ a ser inculcado nos alunos, o qual deveria ser apreendido como um traço da cultura, e que, por isso, extrapolava a perspectiva disciplinar.

Portanto, podemos constatar que o Ensino Religioso, sempre fez parte da educação do Brasil, a priori desde de seu descobrimento. Bem sabemos, que o Ensino Religioso era restrito a igreja Católica, mas isso porque os nossos colonizadores eram cristãos/católicos. Mas, essa pesquisa quer ressaltar a importância de retomarmos a discussão sobre o Ensino

¹² Cabe destacar que Chervel compreende disciplina como um modo de disciplinar o espírito e utiliza o termo disciplina escolar para se referir à disciplina da educação básica. Goodson por sua vez, entende disciplina “como uma forma de conhecimento oriunda da tradição acadêmica e, para o caso das escolas primárias e secundárias, utiliza o termo matéria escolar” (BITTENCOURT, 2003, p. 23)

¹³ O *habitus* pode ser compreendido como um conjunto de disposições de ações estabelecidas e aprendidas, as quais não existem a partir da racionalização do ser que as executa. Trata-se de "um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações [...]" (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Religioso nos currículos das escolas públicas, pois mesmo sendo hoje um país laico, por outro lado o seu povo não o é, e nossa história corrobora para isso.

2.3. O Ensino Religioso e a legislação vigente

Nesta pesquisa objetivamos colocar em discussão a obrigatoriedade da disciplina de Ensino Religioso nos currículos escolares em termos legais, questão essa que já foi discutida em nosso país em tempos atrás por meio de decretos. E dentre esses decretos¹⁴, destaca-se o Decreto n. 244/1942 referente ao ensino secundário, que, mediante forte intervenção do Pe. Leonel Franca e de Alceu de Amoroso Lima, os quais argumentaram sobre a importância da disciplina Ensino Religiosos para formação integral do aluno, resolveu que:

Art. 21. O Ensino Religioso constitui parte integrante da educação da adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo. Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica .(BRASIL, 1942).

Recentemente, o Decreto n. 7.107/2010 promulgou um acordo entre o governo brasileiro e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. Esse Decreto definiu, em seu artigo 11, que:

A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do Ensino Religioso em vista da formação integral da pessoa. §1º. O Ensino Religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação .(BRASIL, 2010a).

Conforme atesta Cunha (2012; 2013), esse acordo Brasil-Vaticano é outra face da anomia jurídica e da folia pedagógica que abarca a disciplina Ensino Religioso. Isso porque, esse acordo: foi fruto da ação particular do clero católico; é inconstitucional; contradiz a Constituição no que tange à laicidade do Estado e à proibição a todas as instâncias do Estado de “estabelecer ou subvencionar cultos religiosos ou manter com eles relações de dependência ou aliança”; e ainda, fere a LDB, e também a Lei n. 9475/97, que vedou qualquer forma de proselitismo na oferta do Ensino Religioso escolar. Por essas razões, a Procuradoria-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade

¹⁴ A este respeito consultar: Decreto-Lei n. 4073/43 - Lei Orgânica do Industrial. Art. 53; Decreto-Lei n. 6141/43 - Lei Orgânica do Ensino Comercial: Art. 13; Decreto-Lei n. 8529/46 - Lei Orgânica do Ensino Primário: Art. 13; Decreto - Lei n. 8530/46 (Lei Orgânica de Ensino Normal: Art. 15) e Decreto-Lei n. 9613/46 - Lei Orgânica do Ensino Agrícola: Art. 48.

(ADI) para esse acordo e ainda para a LDB, sob a justificativa de que os mesmos não podem contrariar a Carta Magna, “de modo a vedar o Ensino Religioso nas escolas públicas em caráter confessional ou interconfessional, bem como proibir o ingresso no quadro do magistério público de professores representantes de confissões religiosas”. (Cunha, 2013, p. 934) A ADI¹⁵, por sua vez, segue em julgamento, mas, conforme Cunha (2013, p. 935), tenha ou não sucesso, ela mostra, a partir da mobilização social, “que a demanda de laicidade se espalha da sociedade para o Estado” e reforçam os questionamentos, os problemas que envolvem a oferta do Ensino Religioso.

Ainda em 2010, a Resolução n. 7, de 14 de dezembro, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos, e discriminou a composição do currículo, assegurando a presença do Ensino Religioso como componente da base nacional comum, conforme resolve nos seguintes artigos:

Art. 14 O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, conforme o art. 26 da Lei nº 9.394/96, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso (BRASIL, 2010b). Art. 15 Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento: I – Linguagens: a) Língua Portuguesa; b) Língua Materna, para populações indígenas; c) Língua Estrangeira moderna; d) Arte; e) Educação Física; II – Matemática; III – Ciências da Natureza; IV – Ciências Humanas: a) História; b) Geografia; V – Ensino Religioso (BRASIL, 2010).

Segundo essa Resolução, o Ensino Religioso deve ser ministrado de acordo com o artigo 33 da Lei n. 9.394/96, desconhecendo, assim, a Lei n. 9.475/97, que deu nova redação a esse artigo. Apesar dessa omissão e de não apresentar maiores direcionamentos acerca da forma como a disciplina Ensino Religioso deve ser tratada, essa Resolução é importante na medida em que reconhece o Ensino Religioso junto às outras disciplinas e legaliza sua presença no currículo, assegurando sua permanência, e, por conseguinte, garantindo uma tradição curricular.

Enfim, a permanência do Ensino Religioso no currículo, conforme assegurou a Constituição Federal/1988 e a LDB/96 (Lei n. 9.475/97¹⁶), trouxe mais uma vez à tona a

¹⁵ ADI – julgada pelo STF em 2017 e ficou estabelecido que Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras pode ter natureza confessional, ou seja, vinculado às diversas religiões”.

¹⁶ Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 1º O caput do art. 33 da Lei n.º 9.394, de 1996, passa a vigorar com a seguinte: “Art. 33. O ensino religioso, disciplina de oferta obrigatória nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão, e deve assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, sendo vedadas quaisquer formas de proselitismo.

construção social dessa disciplina, os atores sociais e políticos, e as negociações e estratégias que a envolve, com vistas a sua consolidação educacional. No curso dessa construção, do trabalho empreendido para a consolidação do Ensino Religioso, destacam-se as mudanças no cenário religioso e social, com o afrouxamento dos laços institucionais; a crescente pluralidade religiosa; a criação do FONAPER e dos PCNER; a promoção de cursos de capacitação; e a criação de cursos de pós-graduação em Ensino Religioso. Esses fatores produziram mudanças de um paradigma confessional para um paradigma interconfessional/fenomenológico, ao passo que aproximaram mais essa disciplina do campo educacional. Todo esse esforço corrobora a tese de Chervel (1990), de que a estabilidade de uma disciplina no currículo envolve um trabalho cuidadoso e contínuo de negociação, de ajustes e articulações, evidenciando a construção permanente que envolve as disciplinas escolares.

2.4. O Ensino Religioso na perspectiva do professor

Como já mencionado, nesta pesquisa investiga-se o escopo da disciplina de Ensino Religioso nos currículos escolares pela perspectiva dos professores, isto é: como o professor entende a disciplina de Ensino Religioso na formação integral do aluno. Cunha (2006, s/p) sublinha que:

[...] a disposição favorável para com o ER aumenta entre os professores dos centros urbanos, com base no que eles diagnosticam como sendo a perda, entre a população jovem, dos valores morais e das referências básicas da vida em sociedade, e na presunção de que essas aulas poderão contrarrestar essa tendência. Todo esse ambiente favorece a que a religião passe a ser vista, pelos professores, como a última chance para se dar conta daquilo que a política e a própria educação escolar não foram capazes de resolver: a rejeição da violência e o respeito aos direitos humanos.

Nessas bases, Cunha (2013, p. 937) ressalta que “há um vazio curricular e extracurricular na escola, que é preenchido pela religião” e revela a crise de identidade do sistema escolar, seu fracasso a uma “ação mais efetiva no processo de socialização e de incorporação social das grandes massas da população”. Sendo assim, a finalidade educativa atribuída à disciplina Ensino Religioso de promover a formação moral do educando, expressa, entre outros fatores, a dificuldade ou mesmo o fracasso da escola em proporcionar essa formação, uma formação, aliás, integral, que zele não apenas pelo conhecimento intelectual/científico, mas também pela formação ética, que desperte no aluno princípios importantes como, solidariedade, mansidão, igualdade, justiça, respeito, responsabilidade e honestidade.

Corroborando com a ideia de Cunha (2013) o pensamento de Forquin (1993, p. 16), que entende que a escola transmite sempre aspectos da cultura. É “um espectro estreito de saberes, de competências, de formas de expressão, de mitos e de símbolos socialmente mobilizadores”, que tem uma legitimidade social.

Um dos elementos da cultura é a religião, que sempre se fez presente no cenário social, acompanhando o ser humano em sua trajetória histórica, e subsistindo ao tempo, às críticas e às próprias reformulações. A religião faz parte da construção da existência humana, inspira condutas e valores, faz reconhecer uma forma de ser e estar no mundo, é um sistema de representação, de símbolos, estando, portanto, intimamente ligada à cultura.

Por ser um elemento da cultura, possuir um forte aparato institucional e grande poder mobilizador, a religião é apropriada pela educação em sentido lato e estrito, juntas estabelecendo uma relação intrínseca que remonta aos tempos antigos e se expressa, principalmente, através da atuação da Igreja Católica, que alimentou essa relação de forma a participar da formação dos indivíduos, inculcar seus valores e exercer um controle sobre os mesmos. Desta feita, desde os primórdios do cristianismo, passando por toda a Idade Média, até o Iluminismo, “não se concebia a educação como dissociada da evangelização e da catequese cristã”, fato que atravessou a própria modernidade e, ainda hoje, apresenta certos resquícios. (CASSIMIRO; AGUIAR, 2012, s/p).

De acordo com Chervel (1990, p. 187), a finalidade religiosa foi uma das primeiras preocupações do ensino escolar, a partir do qual o professor deveria inculcar nas crianças “o sentimento de seus deveres para com Deus, para com seus pais, para com os outros homens e para com eles mesmos”. O autor entende que a finalidade religiosa ainda corresponde às finalidades da escola contemporânea. Isso ocorre, certamente, porque “a religião insere as pessoas em atividades que envolvem relações de autoridade, respeito a regras, valores, dentre outros”, que serve aos interesses da sociedade, e, principalmente, porque “a religião ainda se constitui um importante elemento de legitimação e integração social, do qual não abrem mão os detentores do poder político”. (TOLEDO; IGLESIAS; BARBOZA, 2012, p.29; 40)

Essa relação entre religião e educação se fez sentir no contexto brasileiro. Os quesitos evangelização e catequese constituíram a gênese da educação escolar no país, permeando grande parte de sua história, principalmente durante a Colonização e o Império. Em todo tempo, o saber religioso esteve presente de maneira muito significativa no ensino escolar e por muito tempo esteve sob a proteção da Igreja Católica, vindo por iniciativa desta, mediante a aceitação social, a se converter em disciplina escolar.

Corroborando com os teóricos já mencionados nessa pesquisa, podemos constatar que quando mencionamos a história da educação brasileira é quase impossível desassociar da religião, pois faz parte intrinsecamente de nossa formação como nação, independentemente como essa foi usada, principalmente no período Colonial, isto é, como forma de dominação. Por outro lado, vale aqui informar que a religião conforme já vimos em parágrafos acima tem um papel preponderante na formação cultural do Brasil como nação. Com isso, entende-se que o Ensino Religioso faz parte não somente na vida dos alunos, mas também na formação cultural dos professores, e parafraseando Cunha (2009), sem a religião, teremos um vazio curricular e extracurricular na escola, que é preenchido indubitavelmente pela religião.

Além disso, é importante frisar, como já foi mencionado, que a disciplina de Ensino Religioso é a única garantida pela Constituição, e sendo assim, todos têm o direito de expressar sua religiosidade, isso mediante dispositivo legal, ora citado no artigo 5º da Constituição Brasileira: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias”. Contribui com essa assertiva Constitucional o artigo 18 da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH¹⁷):

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Portanto, entende-se que nenhuma instituição educacional e nem mesmo professores tem o direito de tolher dos alunos a oportunidade em estudar a disciplina de Ensino Religioso como parte do conhecimento e conseqüentemente promover o respeito mútuo, respeito esse que é parte da construção da cidadania.

¹⁷ <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos>, acesso 02/07/2018.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando que a realidade social é complexa e os acontecimentos nos são dados primeiramente como qualidade em dois níveis, sendo: a) em primeiro lugar, como um vivido absoluto e único incapaz de ser captado pela ciência; e b) em segundo lugar, enquanto experiência vivida em nível de forma, sobretudo da linguagem que a prática científica visa transformar em conceitos. (GRANNER apud MINAYO, 1993).

Ainda como forma de caracterizar a presente pesquisa, vale apontar a seguinte questão, referente à abordagem:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. [...] O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 26).

A partir dos aspectos mencionados acima, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, por ser uma abordagem de estudo que busca o significado, as representações, as simbolizações, as percepções e o ponto de vista do sujeito estudado, o que a torna uma abordagem com pressupostos conceituais muito diferentes dos assumidos pelos métodos pautados pelo paradigma quantitativo (MORSE, 1995). Além disso, de acordo com Minayo (2004, pp.21-22), quem busca pelo foco qualitativo dentro da pesquisa é de grande valia, pois é aquela que: “[...] trabalha com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização”.

Segundo Turato (2005), método qualitativo ou compreensivo, diz respeito à Ciências do Homem e da Cultura. Para ele, abordagem qualitativa também não é o caso de dizer, como se costuma concluir de modo intuitivo, que o qualitativo é usado para estudar a "qualidade" de um objeto [...] mas sim a concepção trazida das Ciências Humanas, segundo as quais não se buscam estudar o fenômeno em si, mas entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas. Sendo, assim, o pesquisador é o próprio instrumento de pesquisa, usando diretamente seus órgãos do sentido para apreender os objetos em estudo, espelhando-os então em sua consciência e se tornam assim fenomenologicamente representados para serem interpretados. Essa abordagem qualitativa tem maior força no rigor da validade dos dados coletados, já que a observação dos sujeitos,

por ser acurada, e sua escuta em entrevista, por ser em profundidade, tendem a levar o pesquisador bem próximo da essência da questão em estudo.

Portanto, para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa, pois entendemos, segundo os autores ora citados contribuirá para uma melhor avaliação do objeto aqui tratado.

3.1. Tipo de Pesquisa

A pesquisa pode ser definida como um procedimento reflexivo, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, soluções ou leis em qualquer área do conhecimento, por meio dos processos do método científico (RAMPAZZO, 2013). Tuzzo (2016) corrobora afirmando que:

Pesquisar é como um raio de luz que ao iluminar um objeto nos oferece uma perspectiva, mas se a luz for aumentando poderemos ver outros ângulos, outros lados... e assim nossa percepção também vai sendo ampliada podendo mudar a nossa ideia quanto à forma, o tamanho, à cor. Pesquisar é escrever um soneto de luz. A luz que parte do objeto, mas que se concretiza na clareza de novas ideias de um universo multifacetado de pesquisas, de arte e de vida. (TUZZO, 2016, p. 130).

A escolha do tipo de pesquisa a ser utilizado depende da natureza e da complexidade dos objetos de estudo. A complexidade aqui considerada baseia-se nos estudos de Morin (2005a, p. 334), para quem

[...] a complexidade não produz nem gera a inteligibilidade, ela pode incitar a estratégia/inteligência do sujeito pesquisador a considerar a complexidade da questão estudada. A complexidade não está no objeto, mas no olhar do pesquisador, na forma que ele estuda seu objeto e na maneira como ele aborda os fenômenos.

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa do problema. De acordo com Kauark (2010), a caracterização como exploratória se dá por conta de buscar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito, envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. E descritiva, uma vez que visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Ainda sobre a pesquisa descritiva, vale salientar que busca investigar com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, abordando-o em situações na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos com maior complexidade. (RAMPAZZO, 2013).

Quanto à sua natureza, ela se classifica como uma pesquisa aplicada, pois essa objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas

específicos, envolve verdades e interesses locais. (GERHARDT, SILVEIRA, 2009). De acordo com Barros e Lehfeld (2000), a pesquisa aplicada tem como motivação a necessidade de produzir conhecimento para aplicação de seus resultados, com o objetivo de contribuir para fins práticos, visando à solução de problemas em longo ou em curto prazo.

3.2. População e amostra

A pesquisa tem como recorte o Ensino Fundamental II das séries finais de escolas públicas de uma cidade de médio porte da região Metropolitana do vale do Paraíba. A cidade, na qual foi realizada a pesquisa, de acordo com a Secretária Municipal de Educação, conta com 39 (trinta e nove) unidades escolares de Ensino Fundamental II. No que se refere ao corpo docente da disciplina de Ensino Religioso, essa rede possui 16 professores atuando em sala de aula em diferentes escolas, sendo que 7 são professores temporários e 9 são professores estatutários (Secretária Municipal Educação, 2018).

Os critérios de seleção dos participantes foram: professores estatutários e que lecionam a disciplina de Ensino Religioso na rede Municipal estudada. Sendo assim, dos 16 professores, apenas 9 são estatutários da rede municipal de ensino, e esses foram convidados a participar da pesquisa.

Num universo de 9 professores estatutários, apenas 7 aceitaram fazer parte dessa pesquisa. Para manter o sigilo dos pesquisados, esses foram denominados nesta pesquisa pelas letras iniciais do alfabeto grego, isto é, Alfa, Beta, Gama, Épsilon, Zeta, Ómicron, Éta.

3.3. Instrumentos

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados três instrumentos distintos e complementares para a análise, o questionário sociodemográfico (APENDICE I), entrevista semiestruturada e análise documental. Primeira parte denominada de questionário sociodemográfico. Para a realização da entrevista foi elaborado um roteiro (APENDICE II).

Importante frisar que cada participante antes de responder qualquer pergunta leu o termo de consentimento livre esclarecido (ANEXO III), que foi fornecido pelo pesquisador, e após a leitura e o entendimento do mesmo, e não tendo nenhuma dúvida, cada entrevistado (a) assinou o consentimento (ANEXO III) e recebeu uma cópia assinada pelo pesquisador e mediante aos esclarecimentos foram realizadas as coletas.

A análise documental de documentos legais que estão disponíveis nessa pesquisa em anexo e referenciais teóricos que trabalham com o objeto de pesquisa Ensino Religioso, foi

realizada com o intuito de investigar a importância do Ensino Religioso para formação integral do aluno/indivíduo.

3.3.1. Roteiro do Questionário Sociodemográfico

Esse questionário teve como objetivo conhecer/identificar os professores que aceitaram fazer parte dessa pesquisa. O questionário teve 9 questões fechadas que foram respondidas pelos sete professores que aceitaram participar da pesquisa e que lecionam exclusivamente a disciplina de Ensino Religioso (Apêndice I). O resultado obtido nesse questionário foi tabulado por meio do Excel e representados por meio de um quadro e gráficos que estão apresentados na seção quinta, denominada resultados e discussão.

3.3.2. Roteiro de entrevista Semiestruturada

Na segunda parte, os sete professores entrevistados responderam nove perguntas abertas (Apêndice II), que foram gravadas em áudio e transcritas nessa pesquisa (Apêndice III). Considerando que o trabalho foi desenvolvido pela abordagem qualitativa dos dados, e que a análise qualitativa por sua vez é voltada para a compreensão do fenômeno em seu contexto das ciências sociais, identifica-se a entrevista semiestruturada um rico instrumento de coleta de dados.

De acordo com Gil (2008) a entrevista é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação, sendo ainda uma forma de interação social.

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação. (GIL, 2008, p. 109).

Em se tratando de entrevista semiestruturada, considera-se o tipo de entrevista em que há um roteiro previamente estabelecido, porém há um espaço para elucidação de elementos que surgem de forma imprevista ou informações espontâneas concedidas pelo entrevistado. (APOLINÁRIO, 2011).

Neste caso foi elaborado um roteiro para orientar a entrevista, roteiro este que não exigiu resposta padrão, possibilitando maior espontaneidade para o entrevistado, de forma que os assuntos não precisam obrigatoriamente seguir uma ordem.

Ainda sobre a entrevista semiestruturada destaca-se que, segundo Lakatos e Marconi (1991) possui as seguintes vantagens: pode ser aplicada em qualquer segmento da população;

fornece uma amostragem melhor da população geral; tem maior flexibilidade, garantindo a compreensão do entrevistado; oferece maior oportunidade para avaliar condutas, atitudes, reações e gestos; permite obter dado que não se encontram em fontes documentais e que será realizada individualmente com cada profissional entrevistado.

3.3.3. Análise documental

Nesta pesquisa, além de utilizar-se questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada, também se utilizou da análise documental de autores que trabalham com o tema Ensino Religiosos em suas diversas perspectivas.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Por exemplo, na reconstrução de uma história vivida,

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008: 295).

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Foi pesquisado de início um histórico sobre o Ensino Religioso no Brasil (séculos XVI a XX), com destaque para o período pós LDB de 1996, BNCC (2018), situando-os, sobretudo, a partir da conjuntura política e educacional nas esferas federal e estadual; e da relação entre Estado e igrejas cristãs, principalmente a católica. Além disso, foi realizado o levantamento da legislação atual nos âmbitos federal e estadual, tendo como base a Constituição de 1988 e de marcos teóricos sobre o Ensino Religioso, com a contribuição de educadores e especialistas, e de órgãos religiosos ou com interesses afins, que procuram demarcar o lugar e justificar a importância da disciplina no currículo da escola pública, e que apresentam considerações e orientações sobre a sua formação docente.

A análise documental é um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do

conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida, e essa será realizada pela análise de triangulação. (CELLARD, 2008).

3.4. Procedimentos para Coleta de Dados

A pesquisa foi autorizada pela Secretaria de Educação do município onde foi realizada em seus contextos escolares (Anexo II).

Por envolver pessoas para a coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU), que tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Após a submissão, essa pesquisa teve sua aprovação, sob o Número do Parecer: 2.975.217 (Anexo XIV).

Após a aprovação no Comitê de Ética, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice I) aos indivíduos que aceitaram participar do estudo, sendo-lhes garantido o sigilo de sua identidade, bem como assegurada sua saída do presente estudo, se assim desejarem, a qualquer tempo.

Os professores identificados pelos critérios de inserção foram convidados a participar da pesquisa após a apresentação pelo pesquisador dos objetivos e do problema de investigação. Após a composição da amostra pelos professores que aderiram e aceitaram participar, as coletas foram realizadas nas respectivas escolas de cada professor e duraram em média 30 minutos. Como já mencionado a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário sociodemográfico (Apêndice I) e entrevista semiestruturada, com roteiro prévio de perguntas (Apêndice II), composto de perguntas abertas, nas quais foram categorizados os principais eixos dessa pesquisa sob a perspectiva do professor da escola pública do seu olhar sobre o Ensino Religioso. As entrevistas foram gravadas em mídia digital e transcritas (Apêndice III), e foram analisadas por meio da análise de triangulação, sistematizada por Minayo (2010). As informações foram armazenadas no formato digital e serão mantidas sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, quando então serão inutilizadas.

3.5. Procedimentos para Análise de Dados

Os dados obtidos por meio do questionário sociodemográfico foram tabulados a partir de formulas do Excel. Os dados obtidos por meio das entrevistas e da análise documental

foram analisados pela triangulação de dados¹⁸, do que foram encontradas algumas obras de autores como Deslandes (2004), Gomes (2004), Minayo (2010), Denzin (2005). Um dos procedimentos analíticos para interpretação de dados qualitativos se pauta na triangulação.

Segundo Minayo (2010), em uma primeira dimensão triangulação, é utilizada para avaliação aplicada a programas, projetos, disciplinas, enfim. No processo avaliativo, sua conceituação torna-se abrangente e complexa, abarcando diferentes variáveis, dentre elas, a necessidade de se ter presente avaliadores externos, além dos internos, e que, preferencialmente, sejam de formações distintas, possibilitando “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2010, p. 29); a realização de pesquisas quantitativas e qualitativas; a análise do “contexto, da história, das relações, das representações [...], visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação” (MINAYO, 2010, pp. 28- 29).

Esta articulação entre dados empíricos, autores que tratam da temática estudada e análise de conjuntura, configura-se como uma possibilidade, dentre várias outras, para os que se propõem minimizar o “distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa” (GOMES, 2004, p. 69).

No que tange à coleta de dados, a triangulação permite que o pesquisador possa lançar mão de três técnicas ou mais com vistas a ampliar o universo informacional em torno de seu objeto de pesquisa, utilizando-se, para isso, por exemplo, do grupo focal, entrevista, aplicação de questionário, dentre outros.

Numa terceira dimensão, tem-se o emprego da triangulação para análise das informações coletadas. Nesse sentido, a técnica prevê dois momentos distintos que se articulam dialeticamente, favorecendo uma percepção de totalidade acerca do objeto de estudo e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos, sendo essa articulação a responsável por imprimir o caráter de cientificidade ao estudo (BRISOLA, MARCONDES, 2014).

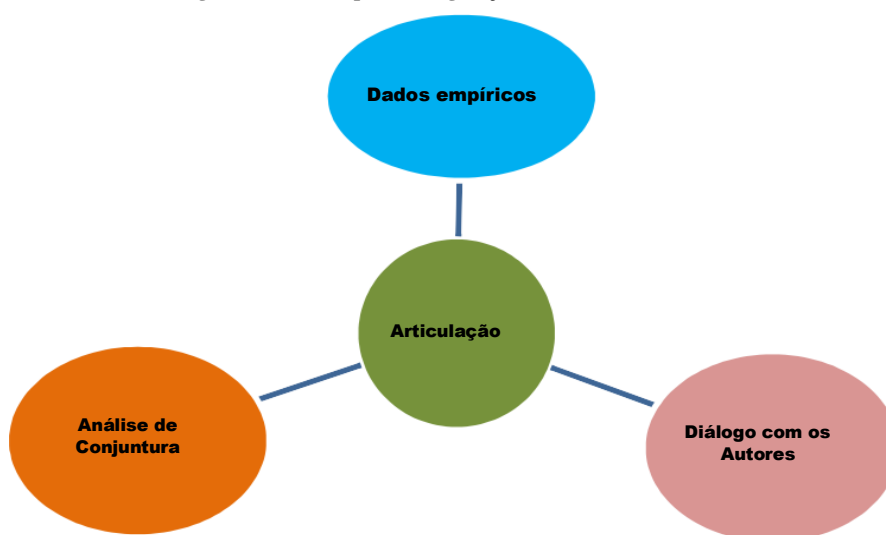
O primeiro momento diz respeito à preparação dos dados empíricos coletados, mediante diversos procedimentos a serem adotados. Esses procedimentos são representados por etapas sumárias que visam à organização e o tratamento das narrativas. O segundo momento se refere à análise propriamente dita que implica na necessidade de se refletir sobre: primeiro, a percepção que os sujeitos constroem sobre determinada realidade; segundo, sobre os processos que atravessam as relações estabelecidas no interior dessa estrutura e, para isso,

¹⁸ A triangulação de dados consiste em usar diferentes fontes de dados, sem usar métodos distintos. Neste caso, os dados são coletados em momentos, locais ou com pessoas diferentes (DENZIN, (2005).

a recorrências aos autores que se debruçam sobre tais processos e sobre a temática trabalhada na pesquisa é imprescindível; e terceiro, sobre as estruturas que permeiam a vida em sociedade (MINAYO, 2010).

Dito isso, conclui-se, portanto, que, na análise por triangulação de métodos, está presente um modus operandi pautado na preparação do material coletado e na articulação de três aspectos para proceder à análise de fato, sendo que o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto compreende o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade. A articulação desses três aspectos, para proceder à análise, é elucidada na figura 1.

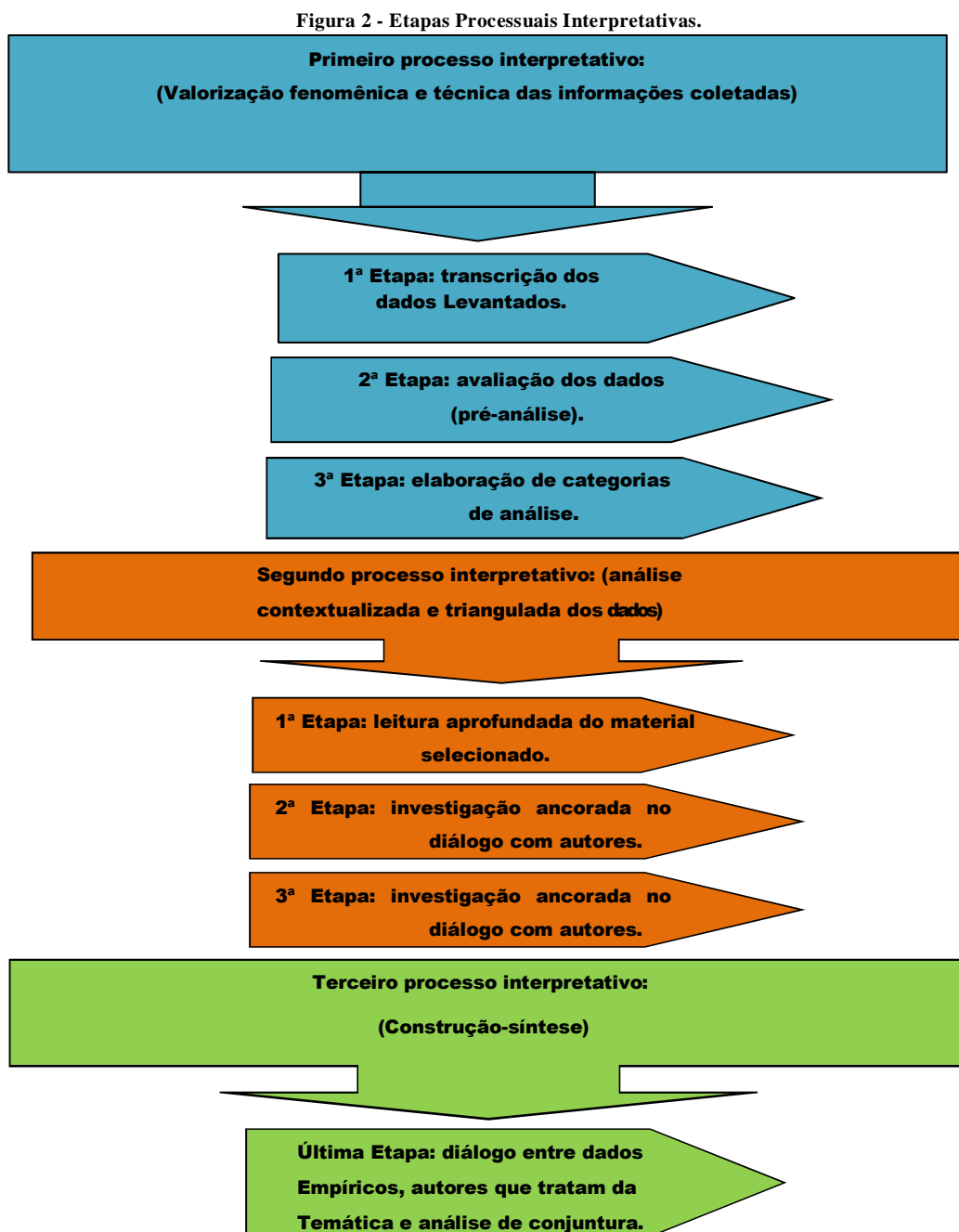
Figura 1 - Análise por Triangulação de Métodos.



Fonte: (BRISOLA e MARCONDES, 2014).

Sendo assim, a análise de triangulação de métodos é realizada em três momentos. Nesta pesquisa utilizou-se dessa proposta metodológica para analisar os dados obtidos ao longo da pesquisa. A partir do entendimento dessas três dimensões, salienta-se que, no estudo em que a Triangulação é utilizada para análise qualitativa das informações coletadas, o processo interpretativo deve ser realizado, primeiramente, mediante “uma valorização fenomênica e técnica dos dados primários, em si mesmos e à exaustão”. E, posteriormente, num segundo movimento analítico, as informações devem ser “contextualizadas, criticadas, comparadas e trianguladas” (GOMES, 2010, p. 185). Desta forma, os dados obtidos

(empíricos, autores e análise de conjunturas), serão analisados, e seguirão os seguintes procedimentos de acordo com a figura 2:



Fonte: (BRISOLA; MARCONDES, 2014).

Portanto, entendemos que a análise de triangulação proporciona mais protagonismo ao pesquisador no ato da análise das conjunturas com as articulações com os autores que são fundamentais no processo e assim podemos dar uma relevância maior a disciplina de Ensino Religioso nos currículos escolares.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos resultados da pesquisa encontraram-se dados a partir dos dispositivos legais, referenciais teóricos e das narrativas dos professores entrevistados no que diz respeito ao papel da disciplina de Ensino Religioso no currículo escolar na educação básica para formação integral desse aluno. Para tanto, foram realizados questionário sociodemográfico para conhecer melhor os professores entrevistados e entrevista semiestruturada. Por meio dos resultados obtidos nas entrevistas foram definidos os eixos da pesquisa que serão analisadas e discutidas nos tópicos seguintes dessa pesquisa.

4.1. Perfil sociodemográfico dos professores entrevistados

O questionário sociodemográfico (APÊNDICE I) foi composto de nove questões acerca da vida pessoal, familiar e social dos professores, suas trajetórias profissionais e religiosas. Os pesquisados responderam ao questionário e os dados como já informado, foram tabulados a partir do Excel. Segue abaixo os dados dos professores entrevistados em forma de quadro 1, no qual podemos identificar o perfil sociodemográfico dos sete professores que participaram da pesquisa.

Quadro 1 – Perfil Sociodemográfico

QUADRO DE PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS PROFESSORES PESQUISADOS							
Código	ALFA	BETA	ÉPSILON	ÉTA	DELTA	GAMA	ÓMICRON
Gênero	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	43 anos	42 anos	60 anos	50 anos	45 anos	38 anos	38 anos
Estado civil	União Estável	Casada	Solteiro	Casado	Casado	Casado	Casado
Religião	Católica	Espirita	Católica	Católica	Católica	Católica	Católica
Área formação	Filosofia/ Teologia	Filosofia/ Direito	Filosofia	Filosofia	Filosofia/ Teologia	Filosofia/ História	Filosofia/ Teologia
Pós-Graduação	Ensino Religioso	Gestão Educacional	Gestão Escolar	Docência no E.S.	Ensino Religioso	Filosofia	Educação
Tempo de trabalho na escola	9 anos	2 anos	6 anos	6 anos	7 anos	11 anos	4 anos
Tempo que trabalha E.R	15 anos	12 anos	14 anos	6 anos	18 anos	15 anos	5 anos

(Fonte: Elaborado pelo pesquisador)

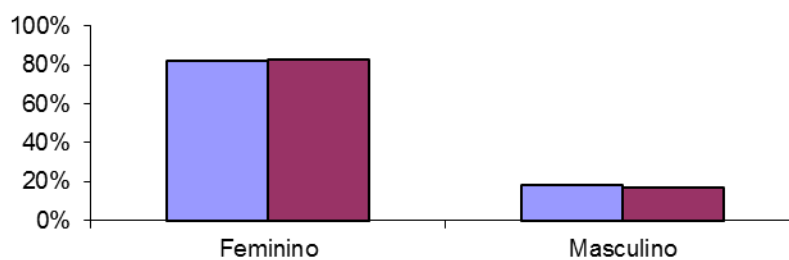
O quadro 1 é o resultado do questionário sociodemográfico realizado com os professores que participaram da pesquisa, demonstrando com isso o perfil dos professores

entrevistados. Para uma melhor análise e discussão dos resultados, alguns itens encontrados foram analisados separadamente para uma melhor compreensão desses professores que lecionam a disciplina de Ensino Religioso.

4.1.1. Gênero

Entre os professores pesquisados que lecionam a disciplina de Ensino Religioso, encontra-se uma maioria de homens, sendo cinco homens e duas mulheres. É preciso levar em consideração que essa quantidade maior de homens é em virtude que a maioria desses professores saíram do seminário confessional Católico, onde estudaram teologia e filosofia e ingressaram na licenciatura. Ressalta-se que essa composição é específica da cidade na qual foi realizada a pesquisa aqui apresentada, entretanto, segundo fonte MEC/Inep/Deed (2007) a proporção de professores do gênero feminino no Estado de São é superior ao do gênero masculino, essa estatística também vale para todo território nacional, conforme demonstra o gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1 - Comparativo da Proporção de Professores da Educação Básica por Sexo, 2007



Fonte: MEC/Inep/Deed

■ Brasil ■ São Paulo

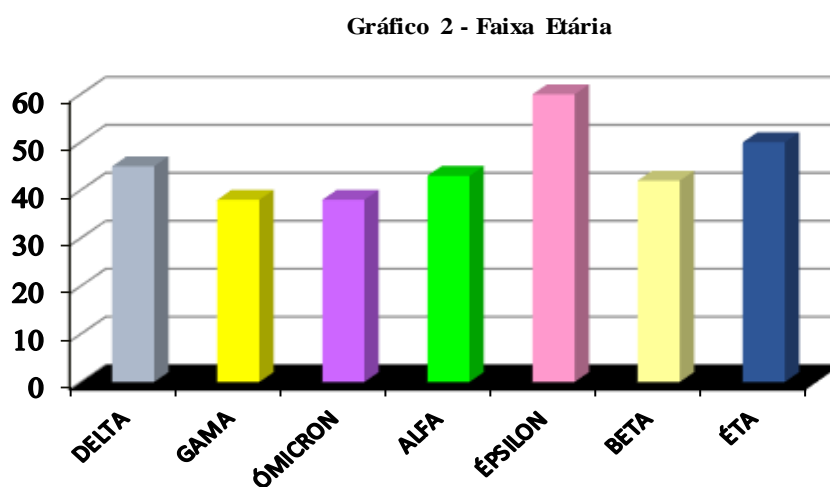
Brasil/UF	Professores por Sexo	
	Feminino	Masculino
Brasil	81,94%	18,06%
São Paulo	82,85%	17,15%
Fonte: Mec/Inep/Deed.		

Em análise ao gráfico 1, podemos constatar que no Estado de São Paulo e no território nacional temos um número superior do gênero feminino como docentes. Entretanto, na cidade na qual foi realizada a pesquisa, há uma característica peculiar, isto é, observa-se um número maior de professores do gênero masculino que lecionam a disciplina de Ensino Religioso. Isso ocorre, em virtude de que os professores entrevistados em sua grande parte são ex seminaristas, e por não darem sequência à vida religiosa

acabaram optando pela docência, isso pode explicar o motivo de termos um número superior de homens lecionando a disciplina de Ensino Religioso na cidade na qual foi desenvolvida a pesquisa, diferentemente da estatística estadual e nacional.

4.1.2. Faixa Etária

A pesquisa também averiguou por meio do questionário sociodemográfico que a faixa etária dos professores que lecionam a disciplina de Ensino Religioso. Foi constatado que dos sete professores estatutários que responderam ao questionário, chegamos a uma média de idade desses professores, esse resultado foi encontrado por meio de fórmula elaborada no Excel, e exemplificada no gráfico 2.



(Fonte: Elaborado pelo pesquisador)

Por meio do gráfico 2, podemos constatar que os professores que lecionam a disciplina de Ensino Religioso da rede municipal na qual foram realizados a pesquisa, tem, em média, 45.1 anos. Em virtude disso vale a pena ressaltar, que de acordo com o senso do (MEC, 2017) cujos dados obtidos permitiram averiguar que no Brasil a maior parte dos professores do Ensino Fundamental II (52,2%) possuem mais de 40 anos de idade. Portanto, os professores que participaram dessa pesquisa estão na média de idade dos professores do território nacional de acordo com o MEC (2017). Sobre esse aspecto há ainda uma pesquisa realizada em 2017, que verificou que no Brasil há 2.516 professores acima dos 70 anos de idade que ainda atuam em sala de aula no Ensino Fundamental II, revelando que os professores que participaram dessa pesquisa estão abaixo dessa estatística e não fazem parte desse quadro. Com base nesses dados pode-se constatar que os

professores do Ensino Fundamental no Brasil estão envelhecendo. Esse aspecto deveria ser melhor avaliado em outras pesquisas, pois, ainda que não seja o foco central da aqui realizada, entendemos que é uma informação relevante porque a disciplina de Ensino Religioso exige uma maturidade e uma experiência por parte dos docentes que a longevidade tanto profissional quanto pessoal permite alcançar.

4.1.3. Religião

Entre os professores pesquisados, a maioria (86%) professa a religião Católica, isso em virtude que esses professores em sua boa parte vieram para a Região do Vale do Paraíba para ingressarem na Faculdade de Teologia/Filosofia para dar continuidade em seus estudos e à trajetória na vida religiosa. Porém, os professores do gênero masculino que responderam ao questionário, não deram sequência à vida religiosa no que diz respeito aos seus votos para ingressarem como sacerdotes, mas continuam religiosos. Sendo assim, ingressaram na carreira de docente, como menciona o professor ÓMICRON em um momento de sua entrevista:

Porém no final do 3º ano de Teologia, fiquei em dúvida e passei a dar novos ares, outras perspectivas para minha vida, onde consultei minha consciência e fiz essa mudança. Porém, sendo bem realista, é aos 28 anos de idade, existia essa perspectiva, já não estava dentro do mercado de trabalho e existia a possibilidade de entrar no magistério, isso por conta da minha formação seminarística tinha o curso de Filosofia. Além de já ter trabalhado no magistério de uma maneira mais informal, dando aulas de espanhol, isso porque, em uma das etapas da minha formação eu fiz na Argentina, Uruguai, eu lecionei espanhol dentro da congregação. O magistério nunca foi algo difícil e algo que eu descartasse, mas apareceu como consequência pois eu estava em dúvida se iria continuar na congregação, mais que uma saída eu precisava de um tempo, mas, precisava trabalhar para me manter e poder fazer essa experiência.(ÓMICRON, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

Constatou-se entre os professores que responderam ao questionário (APÊNDICE III), seis professam e praticam a religião Católica e um a religião Espirita, mas que também entende que o Catolicismo tem uma boa base religiosa para criar os seus filhos, como cita o próprio professor, que em nossa pesquisa é denominado de BETA:

Fiz os estudos baseados em Alan Kardec, André Luiz e outros autores também que fazem trabalhos na casa onde eu trabalho e a gente procura seguir os preceitos, isso não quer dizer que eu não acredite nas doutrinas da Igreja Católica, porque as pessoas podem dizer, é diferente. Mas elas não são tão distantes quanto as pessoas pensam, por essa razão, eu educo as minhas filhas, primeiramente na Igreja Católica, pois eu entendo que é uma boa base de Cristianismo.(BETA, entrevistado em 15 de janeiro de 2019).

Em análise, constatamos que entre os professores entrevistados temos em sua maioria da religião Católica, mas os mesmos são unânimes em afirmar que isso não os torna proselitistas, conforme podemos observar em alguns trechos das narrativas desses professores ora entrevistados.

Com todo esse tempo de experiência na Prefeitura dando aula de Ensino Religioso eu nunca falei qual era a minha religião, eles perguntavam, eu respondia, que é católica. Eu nunca tentei fazer proselitismo para minha religião eu sempre fui neutro, pois a própria lei exige isso.(DELTA, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

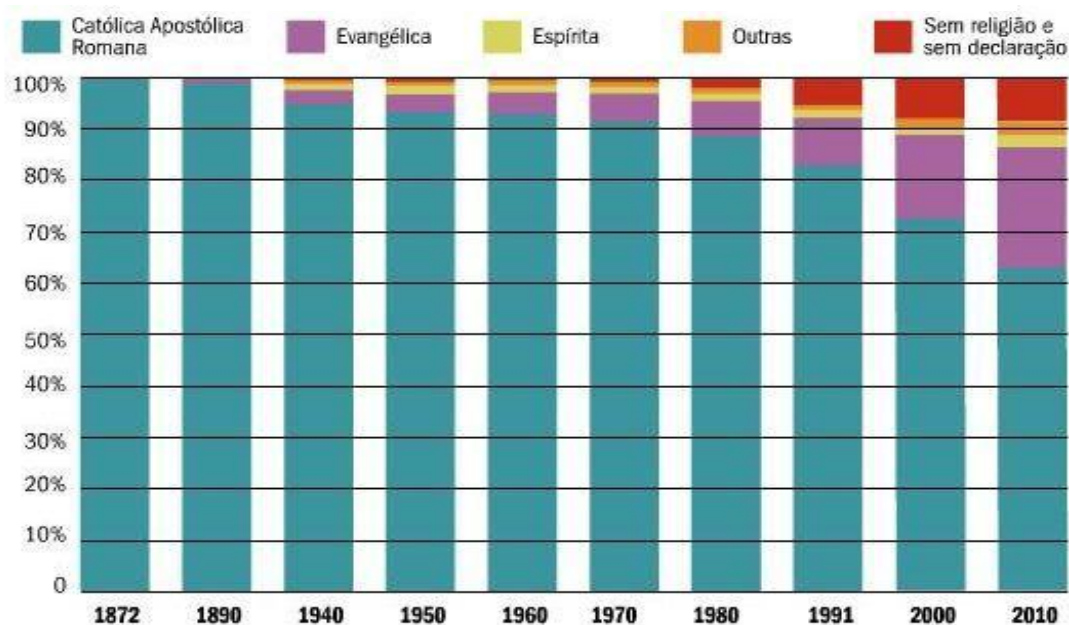
O mais que parece estranho eu tento hierarquizar isso no meu magistério, no meu trabalho. Embora eu tenha essa confissão de fé eu procuro entender que a laicidade, o respeito a consciência dos meus alunos no que diz respeito a confissão de fé de cada um dos meus alunos é importantíssima, eu busco ao máximo, no que diz respeito a metodologia, palavras, termos utilizados, a escuta, seja de crítica, e até mesmo ao próprio Catolicismo e ao próprio Cristianismo em um todo.(ÔMICRON, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

No início eu era mais intolerante, eu era mais tendenciosa ao Catolicismo era muito difícil, até palavrão em sala de aula eu não tolerava. Porém, com a experiência com relação a reverencia religiosa me trouxe mais humildade para acolher o outro em seu processo.(ALFA, entrevistada em 19 dezembro de 2018).

Portanto, mesmo tendo, em sua maioria, professores que lecionam a disciplina de Ensino Religioso da religião católica, podemos observar por meio de suas próprias narrativas, que esses se preocupam em apresentar a disciplina de maneira imparcial, demonstrando respeito e, conseqüentemente, sendo exemplo para os alunos.

O censo do IBGE (2010), corrobora com a pesquisa no sentido de comprovar que o Brasil é um país cristão, sendo 86,8% da população, como demonstra o gráfico 3.

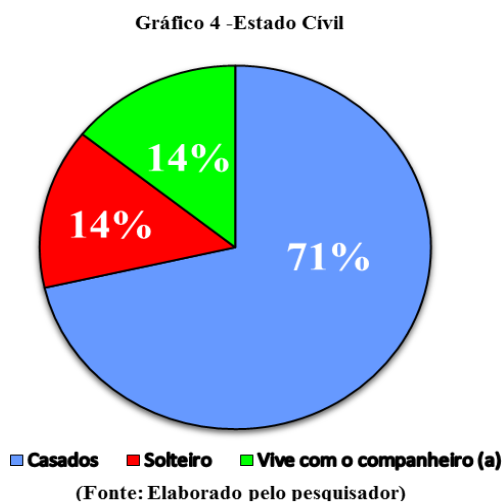
Gráfico 3
Censo do IBGE 2010, a religiosidade no Brasil.



Entretanto, de acordo com o próprio censo (gráfico 3), o número de católicos teve um encolhimento de 12,2%, em virtude do crescimento do número de evangélicos. Porém, em termos estatístico, o brasileiro continua tendo, na maioria, como confissão de fé religiosa o cristianismo e com predominância da Igreja Católica Apostólica Romana, que corrobora com o que foi encontrado em nossa pesquisa.

4.1.4. Estado Civil

No questionário sociodemográfico também havia uma questão sobre o estado civil dos professores que lecionam a disciplina de Ensino Religioso. Foi constatado que dos 7 professores estatutários que responderam ao questionário, 71% são casados, 14% são solteiros e 14% vivem com companheiro(a), esses dados estão ilustrados para uma melhor visualização no gráfico 4.



Por meio dos resultados do gráfico 4, constatamos que a maioria dos docentes que participaram do questionário são professores casados. Esse gráfico serve para conhecermos melhor nossos entrevistados que aceitaram de forma voluntária participar dessa pesquisa.

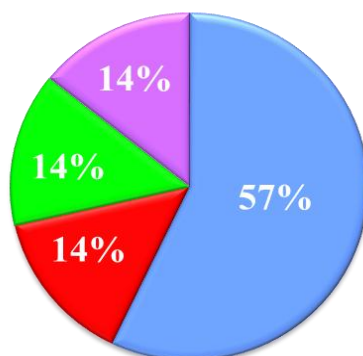
4.1.5. Formação acadêmica

A pesquisa também investigou a formação acadêmica dos professores que participaram do questionário sociodemográfico, isso para conhecer melhor que tipo de formação os professores de Ensino Religioso tiveram ao longo de sua trajetória até chegarem à docência. Com relação a formação de professores, Nóvoa (1995, p.18), refere-se da seguinte maneira:

[...] é mais do que um lugar de aquisição de técnicas de conhecimentos, mas o momento chave da socialização e da configuração profissional. O futuro professor irá trabalhar com seres humanos, que possuem como característica própria a pluralidade, que apresentam realidades diferentes, culturas diversas, problemas distintos. Nessa perspectiva, técnicas educativas pouco contribuem, já que o trabalho em sala de aula é dinâmico, e precisa ser contextualizado por parte do professor.

A citação acima demonstra que a formação do professor implica em um processo de aprendizagem que se constrói a partir de um conhecimento que lhe é próprio e das relações no qual o professor em formação está inserido, principalmente em um mundo tão pluralista que vivemos hoje. Sendo assim, os professores que participaram dessa pesquisa estão inseridos nesse processo de formação e de formador de opinião, como demonstra o questionário sociodemográfico, que nos proporcionou a conhecer que dos sete professores que responderam, 57% são formados em Filosofia / Teologia, 14% em Filosofia / Pedagogia, 14% Filosofia / História e os outros 14% Filosofia / Direito, conforme ilustra o gráfico 5.

Gráfico 5 - Formação Acadêmica



■ Filosofia/Teologia ■ Filosofia/ Pedagogia ■ Filosofia/ História ■ Filosofia/ Direito

(Fonte: Elaborado pelo pesquisador)

Ao analisarmos os resultados obtidos pelo gráfico 5, podemos constatar que mais da metade dos professores possuem a formação em Filosofia / Teologia. Conforme já demonstramos anteriormente, a maioria dos professores que participaram dessa pesquisa são do sexo masculino e tiveram no início de suas trajetórias acadêmica, suas vidas ligadas à ordem religiosa e faz parte da formação sacerdotal os cursos de Filosofia e Teologia. Podemos atestar o gráfico com a própria narrativas de alguns desses professores.

Eu tinha o sonho de ser Sacerdote quando criança e na adolescência e perdurei por todo esse tempo na minha vida, de ser Padre, sacerdote da Igreja Católica. Porém, no final do 3º ano de Teologia, fiquei em dúvida e passei a dar novos ares, outras perspectivas para minha vida, onde consultei minha consciência e fiz essa mudança. Porém, sendo bem realista, é aos 28 anos de idade, existia essa

perspectiva, já não estava dentro do mercado de trabalho e existia a possibilidade de entrar no magistério, isso por conta da minha formação seminarística tinha o curso de Filosofia. O magistério nunca foi algo difícil e algo que eu descartasse, mas apareceu como consequência pois eu estava em dúvida se iria continuar na congregação, mais que uma saída eu precisava de um tempo, mas, precisava trabalhar para me manter e poder fazer essa experiência. No primeiro momento foi com a filosofia e depois Ensino Religioso. Não tinha como ideal para mim ser professor, mas hoje sou bastante feliz em trabalhar com Ensino Religioso.(ÓMICRON, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

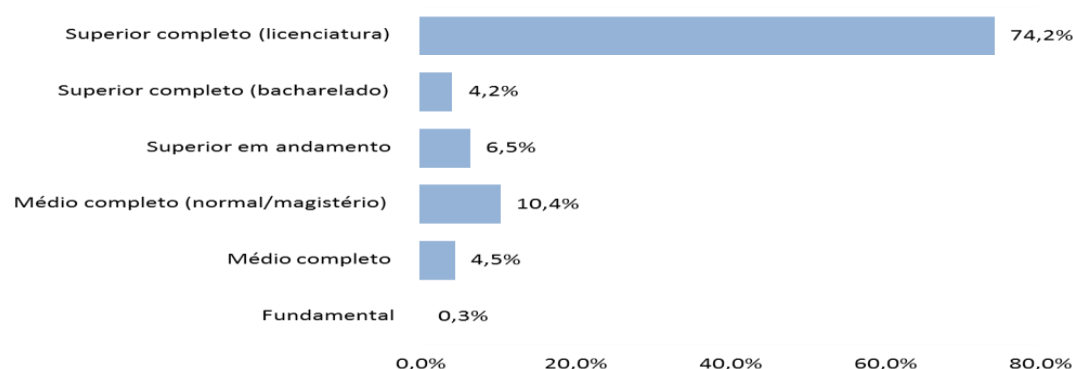
A minha vida começou a mudar quando eu entrei no Seminário, consegui fazer o Ensino Fundamental, Médio e depois ingressei na Filosofia dentro do próprio Seminário. Esses estudos deu uma perspectiva nova de vida e aí vim até a cidade de Taubaté fazer a Teologia, 4 anos, isso tudo dentro do Seminário. Mas quando chegou no 4º ano, eu já estava meio questionando a questão do Seminário, a vocação. E antes de terminar o 4º ano eu decidi sair do Seminário. E assim que sai, fui convidado para lecionar a disciplina de Ensino Religioso, isso no ano 2000.(DELTA, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

A minha primeira formação acadêmica foi em Filosofia, e essa escolha foi em virtude da minha caminhada religiosa, pois eu venho de uma família Católica, cresci participando em pastorais e sempre convive muito ao Seminário Diocesano e lá eu soube que havia para abertura do curso de Filosofia para leigos e como eu sempre gostei muito de pesquisar e os assuntos que lá víamos, os assuntos propostos pela academia me chamaram muito atenção e que também o curso naquele momento era mais acessível financeiramente .(ALFA, entrevistada em 19 dezembro de 2018).

Ao observarmos as narrativas desses professores podemos constatar que eles tiveram de início em sua formação acadêmica em Filosofia/Teologia, em virtude que a religião (catolicismo) proporcionou essa formação. Ressalta-se que a religião católica teve um papel preponderante na formação acadêmica desses professores, que hoje atuam no Município como docentes na área de Ensino Religioso.

Corroborando com o questionário sociodemográfico dessa pesquisa, o censo do (MEC, 2017) que indica que 78,4% dos professores que trabalham com a educação básica possuem formação acadêmica em sua área de atuação, conforme demonstra o gráfico 6.

Gráfico 6
Distribuição dos docentes que atuam na educação básica por nível de escolaridade - Brasil 2017



(Fonte: Censo MEC, 2017)

Com isso, ao observarmos o gráfico 6, e compara-lo com o gráfico 5, averiguamos que os professores que participaram dessa pesquisa estão inseridos no censo do Ministério da Educação e Cultura, sendo assim esses professores estão atuando em sala de aula com sua formação correspondente.

4.2. Análise dos eixos norteadores da pesquisa

Nessa última seção, discutiremos os resultados encontrados na pesquisa realizada com sete professores estatutários que lecionam a disciplina de Ensino Religioso e que aceitaram fazer parte dessa pesquisa, todos da rede Municipal de Ensino de uma Cidade Metropolitana do Vale do Paraíba. Para tanto, utilizou-se de entrevista semiestruturada (Apêndice I), gravada em áudio, cujo roteiro foi composto por nove questões sobre a trajetória profissional e religiosa dos entrevistados. Em análise desenvolvida por meio das entrevistas, os dados foram realizados pela análise por triangulação de métodos e surgiram três eixos norteadores da pesquisa: Laicidade e confissão de fé dos docentes, promoção da tolerância religiosa e cultural e por fim o papel do Ensino Religioso na formação integral do aluno (a). O Quadro 2, ilustra a configuração dos eixos da pesquisa após análise das entrevistas semiestruturada e referenciais teóricos.

Quadro 2 – Eixos Norteadores da Pesquisa

ANÁLISE DOS EIXOS NORTEADORES DA PESQUISA	
Eixo - 1	Laicidade e a confissão de fé dos docentes
Eixo – 2	Promoção da tolerância religiosa e cultural
Eixo – 3	Papel do ensino religioso na formação integral do aluno (a)

(Fonte: Elaborado pelo pesquisador)

Os eixos norteadores mencionados no quadro 2, foram analisados e discutidos na perspectiva dos professores entrevistados e contrastados com os documentos oficiais (leis) e os autores que trabalham com o tema Ensino Religioso.

4.2.1. Eixo 1 – Laicidade e a confissão de fé dos docentes

[...] o professor que trabalha com Ensino Religioso não é só um docente; é educador, mestre de vida, em sua vida e no relacionamento com os outros tem que cultivar suficientemente religiosidade. Tem que crer na vida, na busca, no sempre mais, tem que acreditar no que diz.(GRUEN,1995, p.131).

Ao analisarmos a disciplina de Ensino Religioso, não podemos nos esquecer que o professor que a leciona é um ser humano que tem suas aspirações, valores e crenças. Partindo desse pressuposto, foi apresentada a questão a esses professores sobre, como eles lecionam a disciplina e ao mesmo tempo não anulam suas crenças e convicções religiosas, mesmo porque hoje somos um Estado laico e não confessional de acordo com a Constituição de 1988. De acordo com essa informação, podemos constatar abaixo as narrativas de alguns dos professores com relação a essa questão levantada pelo pesquisador.

Eu procuro ao máximo não influenciar e nem demonstrar a minha confissão de fé, pois se não minhas aulas teriam um teor proselitista. Procuro ao máximo ficar isento de manifestação, de críticas e escutar, enfim, procuro ao máximo ser o professor de Ensino Religioso e não o Católico protagonizando um certo proselitismo. Isso porque também, o Estado é laico e eu sou um funcionário público [...].(ÓMICRON, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

Eu nunca tentei fazer proselitismo para minha religião eu sempre fui neutro, pois a própria lei exige isso. Porém, eu sempre fui uma pessoa de dar testemunho, justiça em sala de aula, saber respeitar o aluno, cobrar o aluno da disciplina, mas saber respeitar muito bem o aluno dentro da sua religião ou mesmo se não confessa nenhuma religião – ateu [...].(DELTA, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

Em análise as narrativas dos professores ÓMICRON e DELTA observa-se um cuidado de ambos em não se tornarem professores proselitistas, pois entende de acordo com suas falas que isso os levaria a contrariar o princípio de laicidade do Estado e amparado pela Constituição brasileira. Da mesma maneira podemos observar nas narrativas dos professores GAMA e ALFA, o cuidado em respeitar a escolha religiosa de seus alunos conforme eles asseveram,

[...] eu já tive alunos com cultura diferente, Mulçumanos, Hindus, Judeus, e aí se torna um pouco mais complexo, pois o Ensino Religioso é baseado mais na cultura da população, uma influência cultural. Com esses casos poderia ter uma certa dificuldade, mas soube lidar com as diferenças e as aulas fluíram bem. Eu trabalho as religiões, porém, focando mais nos conceitos, com isso, não tive dificuldades.(GAMA, entrevistado em 06 de dezembro de 2018).

No início eu era mais intolerante, eu era mais tendenciosa ao Catolicismo era muito difícil, até palavra em sala de aula eu não tolerava. Porém, com a experiência que já relatei com relação a reverência religiosa me trouxe mais humildade para acolher o outro em seu processo. Hoje eu tenho exercitado muito isso, buscar, de exercitar, eu sei que este ano especificamente eu tive muitas escolas de alunos da Umbanda, do Candomblé, eu respeito, tento tratar com naturalidade, antes eu me escandalizava, hoje eu estou buscando equalizar isso, equilibrar, ter mais leveza e acolhimento, mesmo porque a gente está nesse

processo, nós não somos, nós estamos, acho que é isso.(ALFA, entrevistado em 19 de dezembro de 2018).

Ao observarmos as narrativas acima dos professores entrevistados, verificamos que a maioria consegue separar sua confissão de fé e seu trabalho como docente, como afirma o professor Ómicron em um trecho de sua entrevista ao pesquisador:

O mais que parece estranho eu tento hierarquizar isso no meu magistério, no meu trabalho. Embora eu tenha essa confissão de fé eu procuro entender que a laicidade, o respeito a consciência dos meus alunos no que diz respeito a confissão de fé de cada um dos meus alunos é importantíssima, eu busco ao máximo, no que diz respeito a metodologia, palavras, termos utilizados, a escuta, seja de crítica, e até mesmo ao próprio Catolicismo e ao próprio Cristianismo em um todo.(ÓMICRON, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

Ao analisarmos as entrevistas dos professores de Ensino Religioso que participaram dessa pesquisa, constatamos que estes possuem uma confissão de fé, mas entende que se faz necessário respeitar a Constituição de 1988, pois essa garante o direito de todo indivíduo ter ou não uma crença, sendo o Brasil um Estado democrático e de natureza laica. Com isso, os professores entendem que não podem indicar nenhuma religião especificamente durante as aulas de Ensino Religioso. Portanto, entendem que a Disciplina de Ensino Religioso deveria se restringir ao ensino de conceitos, valores, que estão presentes na maioria das religiões e que dão suporte para a compreensão do próprio conceito de religião.

A vigente Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 5º, inciso VI, dispõe que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.(BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988).

Corroborando com essa assertiva Muraro (2018) que trabalha a questão da laicidade do Estado brasileiro e afirma que:

A existência da disciplina “Ensino Religioso” no currículo da escola fundamental brasileira, à primeira vista, pode parecer contradição, quando se considera que o Brasil é um Estado laico. O princípio da laicidade é, ao mesmo tempo, o de afastamento da religião do domínio do Estado, e do respeito ao direito de cada cidadão de ter ou não ter uma convicção religiosa e de professá-la dentro dos limites da Lei. O princípio baseia-se na igualdade na diversidade, no respeito às particularidades e na exclusão dos antagonismos. A laicidade garante aos cidadãos que nenhuma religião poderá cercear os direitos do Estado ou apropriar-se dele para seus interesses. Assim, a laicidade não exclui as religiões e suas manifestações públicas, nem o ensino religioso, muito menos interfere nas convicções pessoais daqueles que optam por não professar nenhuma religião. Podemos apontar três princípios contidos no princípio da laicidade: a neutralidade do estado, a liberdade religiosa e o respeito ao pluralismo.(MURARO, 2018 apud LAGES).

Outra forma de refletir sobre a questão da laicidade do Estado é discutida por Ricoeur, que afirma que: “a escola é laica no sentido de que o Estado também o é, no sentido negativo: o Estado não tem religião. Ele é neutro porque é incompetente nesta questão; a escola também é neutra porque reflete esta neutralidade por empréstimo” (RICOEUR, 1954, p. 8).

O autor continua sua análise afirmando que:

[...] a laicidade de uma escola da Nação deve ser mais rica [...] que a laicidade que vem do Estado. Porque a vida cultural de um povo não é laica por abstenção, mas pela fermentação de correntes culturais diversas e contrárias; não por incompetência, mas por expansão; esta laicidade de vida e não de morte é a realidade mesma da consciência moderna que é uma encruzilhada percorrida de influências e não um lugar deserto. Sendo a laicidade do Estado negativa, por natureza, uma laicidade de exclusão, a laicidade da escola deve ser inclusiva. (RICOEUR, 1954, p. 10).

É a escola da Nação que, na realidade do cotidiano, se impõe, de qualquer forma, a uma escola estatal que se pretende neutra, exclusivista e universalista. Esta laicidade viva que Ricoeur (1954) reivindica para a escola, chamada por ele de laicidade positiva de confrontação, colocaria os alunos e alunas na presença de todas as possibilidades espirituais de seu tempo, sob formas adaptadas às diferentes idades. Segundo ele, é esta laicidade positiva de confrontação que “toma a tarefa de produzir em um determinado momento da história o desejo de “viver juntos”, ou seja, uma certa convergência de convicções” nas situações em que é preciso se chegar a um acordo diante das contradições encontradas” (RICOEUR, 1995, p. 198).

Porque a sociedade é diversa, é rica em tradições diferentes e, portanto, a escola é o espaço de encontro uns dos outros, trata-se da questão fundamental para busca da alteridade. Aprender é socializar a relação com o outro, com os outros, com as outras culturas. Esta é a porta de uma educação para a condição humana, como fala Edgar Morin¹⁹, “uma educação que garanta a formação para a cidadania e para a convivência solidária, que supõe o debate, mas supõe também, ao final, convergência nos pontos essenciais”. (PLURA, Revista de Estudos de Religião, 2018, p. 7-29)

O autor Ricoeur (1995) afirma que a escola é o espaço privilegiado para o debate público:

¹⁹ Edgar Morin, (Paris, 8 de julho de 1921), é um antropólogo, sociólogo e filósofo francês judeu de origem sefardita. Pesquisador emérito do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Formado em Direito, História e Geografia, realizou estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Autor de mais de trinta livros, entre eles: O método (6 volumes), Introdução ao pensamento complexo, ciência com consciência e os sete saberes necessários para a educação do futuro.

Se a laicidade da sociedade civil é uma laicidade de confrontação entre convicções bem distintas, então é preciso preparar os alunos para ser bons debatedores; é preciso iniciá-los na problemática pluralista das sociedades contemporâneas, talvez trabalhando com eles argumentações contrárias, através de pessoas competentes. (RICOEUR, 1995, p. 197).

Mas para que esse debate ocorra é necessário que o Ensino Religioso tenha uma base epistemológica²⁰. Para o ensino, exige-se uma concepção de religião que escape à identificação com qualquer instituição religiosa ou partes do sistema social. Trata-se de reconhecer a relativa independência do fenômeno religioso em relação às determinações socioeconômicas, um espaço de sentido e, por isso mesmo, capaz de ter uma pluralidade de funções (GUEDES, 2012). Isto é fundamental para os desafios epistemológicos que se apresentam às práticas educacionais, especialmente, àquelas que buscam a estruturação de uma área de conhecimento ou de uma disciplina de Ensino Religioso, bem como, a formação dos seus docentes.

[...] o ensino religioso precisa de um fundamento em uma área de conhecimento que articule o conhecimento acumulado pelos estudos das tradições religiosas e as conquistas de um Estado Laico, como por exemplo, o caráter não confessional [do ensino público], em respeito à pluralidade religiosa. [outra necessidade seria] Desenvolver uma metodologia de ensino, uma vez que integra o currículo escolar, apropriada à natureza de seu objeto e objetivos, especialmente afeitos ao subjetivo, ao imaginário e aos universos simbólicos das tradições, da cultura e religiosidade contemporâneas, o que demanda uma especial valorização e cuidado com a questão da linguagem, ou, melhor dizendo, das linguagens, seja pela natureza da experiência religiosa, seja pelas características da sociedade contemporânea. (GUEDES, 2012, p. 7- 8).

A questão de uma fundamentação epistemológica para a escolarização do Ensino Religioso está intrinsecamente ligada à discussão eminentemente política da laicidade do Estado e da Escola Pública. A reação de Debray (2015) é emblemática neste sentido: “Agora, parece ter chegado o tempo de passarmos de uma laicidade de incompetência (o religioso, por definição, não nos diz respeito) para uma laicidade de inteligência (é nosso dever compreendê-lo)” (DEBRAY, 2015, p. 43).

O assunto religião na escola é um debate que, em qualquer sociedade, vem carregado de história, pois está arraigado de confissões religiosas, isso em virtude da própria sociedade, por não ser laica. Esse debate não é exclusivo do Brasil, em 1980 na França, foi constatado que os franceses estavam perdendo as referências culturais pelas novas gerações. Em virtude disso, no início do século XXI foi instituído o “Ensino dos

20 É o estudo científico que trata dos problemas relacionados com a crença e o conhecimento, sua natureza e limitações. A epistemologia estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento, e também é conhecida como teoria do conhecimento e relaciona-se com a metafísica, a lógica e a filosofia da ciência. (Chalmers, 1993).

fatos religiosos”, que exigia uma base epistemológica melhor definida, justamente o que necessitamos no Brasil. Hoje há um consenso na sociedade francesa da necessidade de se estudar as religiões na escola como um fenômeno da cultura, para não se perder a própria identidade pois a religião nos insere nos aspectos históricos, geográficos, antropológicos e até sociológicos. Willaime (2015) detalha mais este processo:

Há muitos anos, os professores têm diante deles uma maioria de alunos que não receberam nenhuma formação religiosa, são cada vez mais sem religião, nem os provenientes de famílias cristãs, mesmo os alunos que são de origem muçulmana ou de outras religiões. Houve assim uma mudança considerável do público na escola, a escola pública é composta hoje de um público bem diferente, mudou muito entre os anos 1950 e os anos 2000. E isso explica também está incultura religiosa crescente dos alunos.(WILLAIME, 2015 apud LAGES).

Em consonância com a citação acima, Delumeau (2003) arremata essa questão com a seguinte afirmação:

Em nosso país (a França), a ignorância crescente da história religiosa toma proporções alarmantes, ela cria um vazio no qual podem se enfiar todos os esoterismos e todos os integrismos. Ela induz uma fragilização pelo obscurecimento dos pontos de referência.(DELUMEAU, 2003, p. 34).

Para além destes comentários de Debray (2015) e Delumeau (2003), podemos perceber que a ignorância do fenômeno religioso tem outras implicações que vão muito além de uma simples perda cultural como conhecimento. Toda ignorância pode gerar também medo, superstição, servidão e violência. A ignorância dos saberes religiosos também gera tudo isso. Para a ignorância há o “remédio” que a cura pela via do conhecimento (MENASSEYRE, 2003, p. 43). Assim também ocorrer no que se refere para a ignorância dos saberes religiosos.

Para colocar em debate a questão da laicidade do Estado, e ao mesmo tempo não se perder os aspectos culturais advindos da religião, foi criado na França, a expressão “fatos religiosos”, foi debatida com mais a finco no Seminário Nacional Interdisciplinar, realizado em Paris entre 5 e 7 de novembro de 2002. Neste Seminário, foi proposto por Debray, um defensor de se ter nas escolas um ensino dos fatos religiosos como fenômeno, como temas transversais tratados nas diversas disciplinas já existente, na área das Ciências Humanas, como Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Língua Francesa e Artes, e não de se criar uma nova disciplina que trate especificamente de religião. O governo francês, ao acatar uma das sugestões do Relatório Debray, criou já em 2002, o Instituto Europeu de Ciências da Religião (IESR) para preparar os professores em como abordar o religioso em suas disciplinas.

Mas essa política implementada na França de não criar uma disciplina específica não foi unânime. O opositor dessa política é Jean Baubérot²¹, considerado o fundador da sociologia da laicidade e ainda hoje um dos mais influentes pensadores nesta área, sustenta, desde 1991, uma posição contrária. Diz ele: “Indagado sobre o problema em termos de uma disciplina específica, eu colocava em 1991 que ela era necessária menos para aumentar o conteúdo da cultura religiosa do que para enfrentar um problema cultural fundamental” (BAUBÉROT, 2015). Sung (2006) corrobora com Baubérot (2015), ao afirmar que na perspectiva de uma educação que possibilitasse um discernimento entre os símbolos, mitos, deuses, e que nos apontasse um sentido da vida humanizante deveria ser, para Sung (2006), a princípio, tarefa de todas as disciplinas, de todo o ambiente e de todas as relações escolares, tal a sua complexidade.

Mas, ao mesmo tempo, uma tarefa desta precisa de uma disciplina específica que sistematize as contribuições feitas por outras disciplinas e desenvolva temas e experiências que precisam de uma atenção mais específica. O responsável por isso precisa de uma formação apropriada para isso. (SUNG, 2006, p. 154).

Por outro lado, Willaime (2015), a escolha francesa de abordar os fatos religiosos através das disciplinas já existentes é uma maneira de sublinhar que a abordagem do fenômeno religioso deve sempre ser contextualizada histórica e geograficamente, que não se trata de ensinar as religiões, mas sim os fatos religiosos como uma dimensão da vida das sociedades, de suas culturas e de sua evolução:

[...] o ensinar a história das artes [por exemplo], se cruzado com o ensino dos fatos religiosos, é extremamente importante porque através das artes, da pintura, da música, da literatura, trata-se uma bela maneira, uma bela oportunidade para mostrar que os fatos religiosos são fatos sensíveis que correspondem a experiências existenciais muito profundas e à sensibilidade das pessoas. (WILLAIME, 2015, apud LAGES)

Willaime (2015), entende que na França há fortes razões para se adotar os fenômenos religiosos como tema transversais nas diversas disciplinas, e explicita:

Há vantagens, pontos fortes para abordar os fatos religiosos de maneira transversal através das diferentes disciplinas escolares [...] isto sempre ajuda a contextualizar tanto do ponto de vista geográfico quanto de um ponto de vista histórico, e isso ajuda a mostrar que as tradições religiosas, os sistemas religiosos são parte das sociedades, de seu desenvolvimento e não se trata de considerar o religioso em si, mas sempre o religioso em situação. Portanto sempre no contexto cronológico e geográfico preciso. Portanto, há uma vantagem epistemológica em abordar os fatos religiosos como temas transversais. (WILLAIME, 2018, p. 7).

²¹ Jean Baubérot (nascido em 26 de julho de 1941 em Châteauponsac, Haute-Vienne), é um historiador, sociólogo francês especializado em sociologia das religiões. Ele é o fundador da sociologia do secularismo.

Debray²²(2015), também explica que não era viável se criar uma nova disciplina, sobrecarregando os programas de ensino, e criar um novo corpo de professores especializados. E sem dúvida, foi também uma opção para não suscitar resistências e desconfiâncias da parte dos grupos laicistas e dos grupos religiosos, como ele mesmo afirma.

A escola não pode, por si só, encarregar-se de todos os problemas não resolvidos pela sociedade [...] não seria razoável acrescentar uma divisória nova numa grelha já muito cheia [...] uma disciplina de História das Religiões ou o Ensino dos Fatos Religiosos. Seria prestar à educação o pior dos serviços, visto que não poderia, em um calendário cheio que nem um ovo, ocupar senão um lugar decorativo e um horário à margem [...].(DEBRAY, 2015, p. 34).

Ao observarmos os autores, percebe-se que a posição firme de não se criar uma disciplina própria de Ensino Religioso é refletida profundamente por diversos atores da área de educação na França, tem muitos pontos de contato com as dificuldades de se implantar efetivamente o Ensino Religioso como disciplina no Brasil, de acordo com a Constituição Federal e a LDB. Na grande maioria das escolas públicas do Brasil, o ensino religioso ainda não passa de um lugar decorativo e um horário à margem.

Em uma outra intervenção, afirma Debray:

Mais cedo ou mais tarde, forasteiros seriam propostos para substituir os professores e não seriam uns quaisquer (caso fosse criada uma disciplina específica): diplomados de faculdades de Teologia e representantes credenciados das diferentes confissões, que poderiam invocar reais qualificações e uma experiência secular nesta área.(DEBRAY, 2015, p. 35).

Podemos dizer que o autor francês Debray (2015) conhece muito bem a realidade educacional pública do Brasil no que diz respeito a Ensino Religioso. No Brasil, já existe até certo “*lobby*” para se exigir para os professores de Ensino Religioso a formação em Teologia. Mas não é esta a proposta dos que defendem o Ensino Religioso no currículo como área de conhecimento. Tanto na França quanto no Brasil, dá-se atualmente enorme importância à formação dos docentes e que esta formação seja realizada na área de Ciências da Religião.

Nessa mesma linha de pensamento, Gruen (2015) defende que Ciências da Religião seja base de formação dos docentes de Ensino Religioso: “Embora o ensino religioso

²² Jules Régis Debray é um filósofo, jornalista, escritor e professor francês. Foi seguidor do marxista Louis Althusser. Amigo de Fidel Castro e de Ernesto Che Guevara, nos anos 1960 acompanhou Che na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967 junto com Irineu Guimarães. Nesse mesmo ano, escreveu sua primeira obra, A revolução na revolução. Em 1968, a repercussão de seu livro Revolução na Revolução na juventude brasileira acabou resultando no engajamento na luta armada contra a ditadura militar por parte de muitos jovens. Ele leciona no departamento de Filosofia da Universidade de Lyon. Foi o primeiro presidente do Instituto Europeu de Ciências das Religiões.

escolar não se identifique com as Ciências da Religião (como a Catequese não se identifica com a Teologia), o Curso de Ciências da Religião seria o lugar privilegiado para a formação e habilitação de tais professores” (GRUEN, 2005, p. 25).

Hasselmann (2006), afirma que, diferentemente da Teologia, a Ciência da Religião trabalha de maneira meta-confessional e independente. Isso significa que ela não toma partido a favor de uma determinada religião, e suas reivindicações de verdade e suas pretensões soteriológicas, nem de um conjunto delas que tenha a mesma matriz, numa visão ecumênica. Por isso, o docente devidamente preparado para o ensino religioso, na visão de Hasselmann (2006), deve ser o cientista da religião, e não o teólogo. Assim, o ensino do fenômeno religioso seria a transposição didática da(s) ciência(s) da(s) religião(ões).

Também para Debray (2015), entende, antes de tudo, é necessário investir na preparação dos professores na área da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões). O governo francês, entendendo as ideias de Debray, em já em 2002, como já vimos: a criação do Instituto Europeu de Ciência da Religião (IESR).

Diante dessas colocações e até mesmo o exemplo citado da França, essa pesquisa entende que se faz necessário a criação de um aporte para um preparo melhor acadêmico para os professores de Ensino religioso. Também se entende que os fenômenos religiosos são relevantes para uma questão de valorização cultural e para a formação da identidade de uma nação, porém somos a favor de uma disciplina que trate especificamente desse fenômeno, mas respeitando a laicidade e mais do que isso, a diversidade religiosa e cultural do nosso país, Brasil.

Essa pesquisa entende que o Ensino Religioso como fenômeno cultural e parte integral da identidade de um “povo”, porém, a única ressalva que se faz, é que esse estudo não seja temas transversais nas disciplinas das Ciências Humanas, pois entendemos, que essas não teriam tempo hábil para se discutir tais questões relacionadas a fenômeno religioso. Salientamos aqui a carta enviada do Ministro da Educação da França a todas as escolas públicas em 9 de setembro de 2013:

a Carta da Laicidade na escola e os recursos pedagógicos para a sua observância nos estabelecimentos escolares. No seu artigo 12, esse documento afirma categoricamente que o ensino dos fatos religiosos tem seu lugar garantido na escola por duas razões: “tudo o que se ensina na escola deve ter o selo da laicidade, respeitando totalmente a liberdade de consciência dos alunos e alunas [...] e os fatos religiosos são um elemento importante da cultura geral que os alunos e alunas devem adquirir”.(CHARTRE DE LA LAICITÉ, EDUSCOL, 2013).

Sendo assim, entendemos que a laicidade do Estado é ponto fundamental para a expressão da liberdade, e ao mesmo tempo cria-se nas Escolas públicas a possibilidade de conhecer e mostrar para os alunos e alunas como esse fenômeno, chamado religião pode explicar alguns comportamentos dos indivíduos. Um exemplo da importância de se estudar os fenômenos religiosos, é que somos capazes de certa maneira explicar o 11 de Setembro de 2001, ataques ou atentados terroristas (às vezes, referido apenas como 11 de setembro), foram uma série de ataques suicidas contra os Estados Unidos coordenados pela organização fundamentalista islâmica al-Qaeda. Na manhã daquele dia, dezenove terroristas sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros.

Os sequestradores colidiram intencionalmente com dois dos aviões contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque, matando todos a bordo e muitas das pessoas que trabalhavam nos edifícios. Ambos os prédios desmoronaram duas horas após os impactos, destruindo edifícios vizinhos e causando vários outros danos. O terceiro avião de passageiros colidiu contra o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, no Condado de Arlington, Virgínia, nos arredores de Washington, D.C. O quarto avião caiu em um campo aberto próximo de Shanksville, na Pensilvânia, depois de alguns de seus passageiros e tripulantes terem tentado retomar o controle da aeronave dos sequestradores, que a tinham reencaminhado na direção da capital norte-americana. Não houve sobreviventes em qualquer um dos voos. Quase três mil pessoas morreram durante os ataques, incluindo os 227 civis e os 19 sequestradores a bordo dos aviões. A esmagadora maioria das vítimas eram civis, incluindo cidadãos de mais de 70 países. Além disso, há pelo menos um óbito secundário - uma pessoa foi descartada da contagem por um médico legista, pois teria sido morto por uma doença pulmonar devido à exposição à poeira do colapso do World Trade Center.

Como explicar para os nossos alunos que homens em nome de uma fé²³ mata centenas de pessoas? Com a disciplina de Ensino Religioso podemos explicar, se essa atitude faz parte de um fanatismo religioso por parte de alguns grupos islâmicos que

²³ 5- A sura da mesa servida 33. A recompensa dos que fazem guerra a Allah e a Seu Mensageiro, e se esforçam em semear a corrupção na terra, não é senão serem mortos ou serem crucificados ou terem cortadas as mãos e os pés, de lados opostos, ou serem banidos da terra. Isso lhes é ignomínia, na vida terrena, e na Derradeira Vida, terá formidável castigo. Xequê Hammadeh: Este versículo fala justamente de terrorismo. Deus fala para as pessoas que praticam o terror que esta é a punição para crimes tão graves como colocar a vida das pessoas em risco, criar terrorismo na sociedade, para que sirva de lição para as pessoas. Existe um castigo severo (Fonte: UOL, [HTTPS://noticias.uol.com.br/internacional](https://noticias.uol.com.br/internacional))

interpretam alguns textos do Alcorão²⁴ de forma inequívoca, criando com isso medo e terror. Sendo assim, o Ensino Religioso pode contribuir para explicar que nem todo “árabe” ou mulçumano são terroristas.

Corroborando com essa assertiva acima o autor padre salesiano Gruen,

[...] para se entender a natureza da Educação Religiosa, há que se considerar certas realidades religiosas como espaço hermenêutico, ou seja, o espaço sociocultural em que se dá a gestação da interpretação, da compreensão, do sentido; um pano de fundo global, um modo de ver e de valorizar, que exercer a forte influência na avaliação do mundo e nas atitudes da pessoa, também na área religiosa."(GRUEN, op.cit.185).

Com isso, entende-se, que a disciplina de Ensino Religioso se faz necessária pois pode desenvolver um papel de conhecimento cultural através do viés religioso de cada nação-povo. Não queremos com isso, argumentar a favor da intolerância e a falta de respeito com a vida humana, independentemente de ter ou não um credo religioso. A relevância que aqui se dá para o estudo dos fenômenos religiosos é o fato do conhecimento e tentar através deste, compreender a atitude e a maneira de pensar de algumas nações, pelo viés religioso, sem fazer com isso juízo de valor e conseqüentemente, ajudando nossos alunos e alunas em sua formação como cidadãos sociáveis.

Portanto, podemos constatar de acordo com os documentos oficiais e os autores aqui citados, que o Estado de fato tem que permanecer imparcial, porém, a “escola” precisa proporcionar o conhecimento, levar o aluno a entender que religião é um aporte para manter a cultura de um Povo, Estado – Nação viva. Além disso, é importante salientar que, o cidadão não é laico, podendo ou não ter uma crença religiosa a que preferir. Sendo assim, o professor de Ensino Religioso que atua em escola pública, deve respeitar o direito do aluno e aluna em sua escolha de qualquer crença religiosa, pois qualquer indivíduo pode optar por uma fé religiosa. Porém, o professor de acordo com a legislação vigente não deve fazer proselitismo em sala de aula em virtude da laicidade do Estado brasileiro, mas ao mesmo tempo, incentivar os alunos e alunas pela busca e debate no que diz respeito a cultura religiosa, isso em virtude da pluralidade religiosa cultural do nosso país. Cabe registrar as palavras de Barbosa (1923) que faz uma referência à liberdade religiosa, de todas as liberdades sociais, nenhuma é tão congenial ao homem, e tão nobre, e tão frutificativa e tão civilizadora, e tão pacífica, e tão filha do evangelho, como a liberdade religiosa (SOREN apud BARBOSA, 1949, p.4)

Em vista disso, verificamos que a legislação vigente e os professores entrevistados entendem que cabe à escola compreender o seu papel de formadora, mas respeitando a

²⁴ Alcorão – livro sagrado da religião Islâmica.

laicidade do Estado. Da mesma maneira, o professor de Ensino Religioso, embasado nas narrativas dos professores dessa pesquisa, deve atuar como fio condutor da promoção do respeito e igualdade de todos, independentemente das escolhas feitas pelos nossos alunos no que diz respeito à sua religiosidade, ou não, bem como das escolhas do próprio professor.

4.2.2. Eixo 2 – Promoção da tolerância religiosa e cultural

O ensino religioso nas escolas deve, antes de tudo, fundamentar-se nos princípios da cidadania e do entendimento do outro. O conhecimento religioso não deve ser um aglomerado de conteúdos que visam evangelizar ou procurar seguidores de doutrinas, nem pode ser associado à imposição de dogmas, rituais ou orações, mas um caminho a mais para o saber sobre as sociedades humanas e sobre si mesmo.(PARECER nº 006/2002).

Para analisarmos os conteúdos lecionados pelos professores, se faz necessário primeiramente conhecermos o que a Constituição Federal de 1988 (artigo 210), LDB/96 e a Bases Nacional Comum Curricular tem a nos esclarecer sobre os conteúdos a serem ministrados pelos professores que trabalham com a disciplina de Ensino Religioso no ensino Fundamental II.

E de acordo com a Constituição Federal de 1988 (artigo 210) e a LDB nº 9.394/1996 (artigo 33, alterado pela Lei nº 9.475/1997) estabeleceram os princípios e os fundamentos que devem alicerçar epistemologias e pedagogias do Ensino Religioso, cuja função educacional, enquanto parte integrante da formação básica do cidadão, é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos. Mais tarde, a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 07/2010 reconheceram o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos (BNCC, 2018).

Na BNCC (2018), o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201025, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010). Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes. Nos textos de apresentação, cada área de conhecimento explicita seu papel na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental e destaca particularidades para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais, considerando tanto as características do aluno quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização.

Ainda esclarece BNCC (2018), quando menciona, quais devem ser as competências específicas de Ensino Religioso para o ensino Fundamental, a saber:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

Em concordância com a BNCC (2018), o Parâmetro Curricular do Ensino Religioso (1996) apresenta esse modelo fenomenológico, que ainda não foi oficialmente reconhecido pelo Ministério de Educação e Desporto, contudo, oficiosamente, as Secretarias Estaduais de Educação referem-se ao documento para orientar reuniões, programas e a formação docente. Outra expressão do reconhecimento oficioso desse modelo é a utilização das Diretrizes para Capacitação Docente (1998) pelas Instituições de Ensino Superior na estruturação de seus respectivos cursos de formação de professores.

A formatação estrutural do novo modelo foi organizada a partir das orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) para estruturação das “diretrizes curriculares”, implicando a definição de um objeto e objetivos do componente curricular - o Ensino Religioso - optou-se pelo fenômeno religioso, pois para desenvolver a compreensão como disciplina escolar deveriam ser consideradas duas áreas em conjunto: educação-ensino (escola) e religião (religiosidade), sendo que cada uma destas, é, na verdade, uma constelação de aspectos.

O fato é que cada elemento destas duas constelações: escola - religioso trazem em seu bojo um rico dinamismo de tendências e influências complementares e conflitantes. Muitas vezes é por meio da religião que o homem se define no mundo e para com seus semelhantes. Em outras palavras, a religião tem a ver com o sentido último da pessoa, da história, e do mundo.

Essa concepção foi explicitada quando, na audiência pública do Conselho Nacional de Educação, o FONAPER (1997) justificou a proposta para esta disciplina na ocasião em que estava sendo discutida uma orientação por este Órgão Federal para o Ensino Religioso.

A preocupação dos especialistas em estabelecer a compreensão etimológica dos termos utilizados na formatação do atual modelo foi o de favorecer a estruturação curricular do Ensino Religioso, sobretudo em um país com significativas diferenças culturais, e conseqüentemente uma pluralidade religiosa, que objetivamente interferem na operacionalização psicopedagógica da disciplina.

Nessa mesma perspectiva, foram estabelecidos os princípios estruturais para o Ensino Religioso (FONAPER, 1997):

1. É parte integrante da formação básica do cidadão.
2. É um conhecimento que subsidia o educando para que se desenvolva sabendo de si: como disciplina, tratando do conhecimento religioso.
3. É disciplina dos horários normais, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa e verdades sem quaisquer formas de proselitismo (artigo 33/9.394-96).
4. Através dos conteúdos que subsidiam o entendimento do fenômeno religioso a partir da relação: culturas e tradições religiosas proporcionam o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso (Lei n. 9.475/9725).
5. É uma aprendizagem processual, progressista e permanente.
6. Esta disciplina orienta para a sensibilidade ao mistério, na alteridade: este trata do conhecimento religioso que é ao mesmo tempo historicamente construído e revelado.
7. É conhecimento que constrói significados: é disciplina cujo conhecimento constrói significados a partir das relações que o educando estabelece no entendimento do fenômeno religioso.
8. É uma disciplina com prática didática contextualizada e organizada, pois, de fato, a sua prática didática desenrola-se na relação ensino-aprendizagem.
9. Utiliza-se da avaliação como elemento integrador entre a aprendizagem do educando e a atuação do educador na construção do conhecimento.
10. O sujeito-com-sujeito: desenvolve o conhecimento na tríplice relação: educando-conhecimento-educador.

Na pedagogia atual, dá-se muita importância ao ambiente educativo. Este é constituído pelos elementos coexistentes que podem oferecer condições favoráveis ao processo educativo. Todo o processo educativo é desenvolvido em certas condições de espaço e de tempo, na presença de pessoas que mutuamente se influenciam, segundo um programa racionalmente ordenado e livremente aceito. Pessoas, espaço, tempo, relações, ensino e atividades diversas são os elementos a considerar numa visão orgânica do ambiente educativo. E neste horizonte se insere o Ensino Religioso.

Considerando que o período escolar é um momento privilegiado para pesquisa e de verificação, é mais fácil compreender que o Ensino Religioso poderá responder à função própria da escola, que é chamada a favorecer os alunos a uma atitude de confronto, ao diálogo, e à convivência democrática.

²⁵ Cf. República Federativa do Brasil, lei 11. 9.475 (22 julho 1997), in: Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, Parâmetros Curricular Nacional- 110is do /,'Ensino Religioso, São Paulo, Ave Maria, 1 998, 3° cd .66.

A razão de estruturar a escola e construir um currículo que favoreça o desenvolvimento integral do ser humano são os estudantes. A forma de compreendê-los no processo de ensino-aprendizagem na educação sofreu significativa alteração, sobretudo na segunda metade deste século. Consequentemente, tal modificação ocorreu também no campo da educação religiosa, que, por sua vez, interferiu não apenas na construção dos conceitos, mas na própria opção pelas tradições religiosas. Propõe-se um paradigma de fato holístico, de hólós, que em grego significa totalidade, possibilitando uma visão da vida no grande cosmo e exige sempre uma atitude diante dele, onde tudo está interligado, inter-relacionado, interdepende.

Diante do que foi exposto e embasado pela própria lei, entendemos que a disciplina de Ensino Religioso, como qualquer outra disciplina, tem como finalidade primária, a formação do indivíduo na sua integralidade. Contudo, a disciplina de Ensino Religioso, tem amparo na lei e deve ser respeitada para que faça valer o direito dos alunos e alunas da escola pública. Por isso, entendemos a necessidade que haja uma ementa e consequentemente um conteúdo programático para ser um norteador dos professores e ao mesmo tempo para que esses preencham com as informações necessárias de cada tema a ser lecionado em sala de aula. E com relação a conteúdo, Sacristán (2000, p. 126) afirma:

Sem conteúdo não há ensino, qualquer projeto educativo acaba se concretizando na aspiração de conseguir alguns efeitos nos sujeitos que se educam. Referindo-se estas afirmações ao tratamento científico do ensino, pode-se dizer que sem formalizar os problemas relativos aos conteúdos não existe discurso rigoroso nem científico sobre o ensino, porque estaríamos falando de uma atividade vazia ou com significado à margem do para que serve.

É importante ressaltar que não queremos fazer uma apologia aos conteudistas, mas qualquer disciplina, e nesse caso serve também para o Ensino Religioso, se faz necessário que haja material didático para ser trabalhado em sala de aula.

Para facilitar nosso diálogo com a proposta pedagógica para o Ensino Religioso, as narrativas dos professores entrevistados nessa pesquisa e com os autores que trabalham com esse tema, usaremos como base dessa discussão, as Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que apresentam as ementas/habilidades curriculares da disciplina de Ensino Religioso.

De acordo com a BNCC (2018), o Ensino Religioso, dos anos iniciais (1º ano) aos anos finais (9º ano) do Ensino Fundamental II, é regido por Unidades Temáticas, Objetivos de conhecimento e Habilidades. E ao analisarmos as narrativas dos professores, percebemos que estes usam recursos lúdicos para apresentar de forma mais objetiva e

atrativa as propostas da disciplina de Ensino Religioso e ao mesmo tempo, utilizam esses recursos para promover entre os alunos a tolerância e respeito, pois partem da premissa do fato que somos um país de diversidade religiosa/cultural. Corroboram com essa assertiva o (FONAPER, 2009),

O Ensino Religioso, valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilita a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacentemente, o processo histórico da humanidade.(FONAPER, 2009, p.46-47).

Neste sentido, os objetivos do FONAPER (2009) apontam que o Ensino Religioso tem como tarefa “possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável”. (FONAPER, 2009, p. 47). Importante aqui destacar que, a partir da “pluralidade da escola brasileira” (FONAPER, 2009, p. 50), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso apontam cinco eixos organizadores do conteúdo do Ensino Religioso: culturas e tradições religiosas, escrituras sagradas e/ou tradições orais, teologias, ritos e ethos (2009, p. 49-57), sendo que todos os eixos estão formulados no plural.

Para outras disciplinas, que não o Ensino Religioso, é histórico e notório o “silêncio” dos livros didáticos sobre a questão do Transcendente e sobre a dimensão religiosa do ser humano. Na década de 1980, Eco e Bonazzi (1980, p. 69) observaram que “os textos didáticos [...] não tentam, nem de longe, colocar a criança ante o problema religioso, ante a interpretação religiosa da existência”. É importante frisar que a cidade na qual foi realizada a pesquisa não se usa livro didático para a disciplina de Ensino Religioso, porém foi elaborada uma apostila norteadora com base na BNCC para auxiliar o docente em suas atividades.

Ao observarmos os conteúdos sugeridos pela (BNCC, 2018), é facilmente notado que há uma importância em formar nos alunos do Ensino Fundamental II o respeito e a tolerância para com ele mesmo, para os colegas e conseqüentemente para a vida. E é na disciplina de Ensino Religioso que essa proposta pedagógica é mais enfatizada e trabalhada, porém, vale a pena deixar registrado que deveria ser o papel de todas as disciplinas contidas na formação dos nossos alunos e alunas. Corroboram com essa assertiva a narrativa de um dos nossos professores entrevistados.

Olha, eu vejo que ela tem um papel importante, uma pena que o espaço que temos para esse trabalho é muito pequeno. É pequeno o período de aula, mas eu me esforço no sentido de trazer muito trabalho. Exemplo, no dia da consciência negra, falar da figura de quem foi Zumbi, no dia 20 de novembro que trabalhamos. E,

com isso, aproveitar e puxar para outras coisas como respeito e utilizar a religião como ponto de partida, mas para outras chegadas. Trabalhar a questão ética, moral, valorização do outro, respeito, a questão de gênero, a questão da sexualidade, enfim. Porque a religião é algo que sacramenta o ser humano, pois pela religião o ser humano é sagrado. E nos profanamos o ser humano, quando ofendemos, xingamos, o ser humano é sagrado embora a religião tem seu papel importantíssimo e discutível. (ÓMICRON, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

Os autores Junqueira e Kluck (2017) em seu artigo “Ensino Religioso e a literatura”, afirmam, que nas aulas de Ensino Religioso, para os que creem na literatura religiosa ou texto sagrado, as relações humanas podem se tornar significativas, de forma positiva. Primeiro consigo próprio, já que amplia a compreensão da própria existência, e ainda no coletivo por ensinar a lidar com as diferenças sociais – proporcionando o acolhimento sem juízo de valor. Entendemos, que o papel dessa disciplina, é justamente esse, proporcionar através das aulas, tanto para os professores como para os alunos e alunas respeito para as escolhas dos outros, sem fazer juízo de valores. Essa mesma assertiva está presente na narrativa do professor DELTA,

Tem um tema que trabalho com o 9º ano que são as principais grandes religiões, e com essa proposta eles estudam e apresentam as principais partes dessas religiões. E eles estudando, refletindo e analisando, percebem que cada religião tem sua característica própria. Dentro das aulas, eu procuro sempre trabalhar o respeito, mesmo que o aluno diga, eu não gosto daquela religião, eu trabalho com ele, mostrando que o diferente, para eu começar a gostar eu preciso primeiro conhecer. Então, antes de criticar a religião do outro, eu preciso conhecer, e a partir do momento que conheço, eu vou parar de criticar. Sendo assim, eu trabalho dessa maneira para tentar gerar tolerância e respeito. (DELTA, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

Ao refletirmos sobre essas questões, entendemos, que essa é a proposta da BNCC (2018), quando estabelece a área de Ensino Religioso, que diz:

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida” (BNCC, 2018, p. 433-434).

Com relação a citação acima, podemos observar que essa tem sido uma prática dos docentes que participaram dessa pesquisa, conscientes do valor que o Ensino Religioso pode promover para os alunos e a sociedade. Abaixo está registrado alguns trechos das narrativas de alguns professores que participaram das entrevistas e que corroboram com o viés pedagógico para essa disciplina.

A disciplina de Ensino Religioso, de certa forma ela contribui para a promoção social, para a diversidade religiosa, tolerância, pelo momento que ela proporciona, momento de diálogo, onde você ouve o aluno, permitir que ele exponha suas

dúvidas, questionamentos. Enfim, para mim o interessante da disciplina de Ensino Religioso é o momento que ela proporciona para nós professores dialogarmos e ajudar os alunos com suas dúvidas e leva-los a uma reflexão sobre a vida e valores éticos. (GAMA, entrevistado em 06 de dezembro de 2018).

Ao analisar a narrativa do professor acima citado, compreende-se que a disciplina de Ensino Religioso pode sim contribuir para que os alunos e alunas tenham uma consciência e isso por intermédio do diálogo, pois ele entende que essa disciplina proporciona esses momentos em sala de aula, e assim propicia a promoção da diversidade cultural e religiosa. Seguindo esse mesmo princípio estabelecido pelo PNDH 3, que assegura, esse formato de Ensino Religioso compatível com o princípio da laicidade do Estado está disseminado por todo o Plano Nacional de Direitos Humanos 3, mas especialmente quando trata das ações programáticas relativas ao objetivo estratégico VI: respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado. No item d desse objetivo, consta como ação programática, a cargo do Ministério da Educação e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, “estabelecer o ensino da diversidade e história das religiões, inclusive as derivadas de matriz africana, na rede pública de ensino, com ênfase no reconhecimento das diferenças culturais, promoção da tolerância e na afirmação da laicidade do Estado”. Este, portanto, o norte de interpretação do art. 33 da Lei 9.394/96394³, do seguinte teor:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina de horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Sendo assim, o papel do Ensino religioso é despertar o educando para o mundo do conhecimento religioso, abrindo-se para o pluralismo religioso e para a alteridade, promovendo assim uma ação transformadora capaz de garantir o respeito a diversidade, a pluralidade e o reconhecimento da importância de todas as tradições religiosas.

E conforme o projeto lei²⁶ Ensino Religioso possibilita um diálogo entre e cultura e a descoberta desenvolvendo a dimensão religiosa respeitando as diferenças culturais e religiosas. Segundo os PCNER (1998) a escola deve promover ações que levem o educando a cidadania e ao respeito perante a alteridade religiosa e ao ecumenismo. Dessa forma, entende-se, que a escola (docentes), compete prover os educandos de oportunidades de se tornarem capazes de entender os momentos específicos das diversas culturas, cujo

²⁶ Substitutivo ao projeto de lei N° 309, de 2011. Altera o art. 33 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O Congresso Nacional decreta: Art. 1° O caput do art. 33 da Lei n.º 9.394, de 1996.

substrato religioso colabora no aprofundamento para autêntica cidadania. Em consonância com os dispositivos legais, vejamos a narrativa do professor ÓMICRON,

Exemplo, no dia da consciência negra, falar da figura de quem foi Zumbi, no dia 20 de novembro que trabalhamos. E, com isso, aproveitar e puxar para outras coisas como respeito e utilizar a religião como ponto de partida, mas para outras chegadas. Trabalhar a questão ética, moral, valorização do outro, respeito, a questão de gênero, a questão da sexualidade, enfim. Porque a religião é algo que sacramenta o ser humano, pois pela religião o ser humano é sagrado. (ÓMICRON, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

Contudo, nenhum conhecimento teórico sozinho explica completamente o processo humano, é o diálogo entre eles que possibilita construir explicações e referenciais, que escapam do uso ideológico, doutrinal ou catequético.

Dentro das aulas, eu procuro sempre trabalhar o respeito, mesmo que o aluno diga, eu não gosto daquela religião, eu trabalho com ele, mostrando que o diferente, para eu começar a gostar eu preciso primeiro conhecer. O Ensino Religioso, tem uma proposta da pessoa se conhecer, ser uma pessoa melhor consigo mesma e melhor com as outras pessoas e com o meio ambiente, o social. E quando eu encontro ex-alunos, fico contente, pois vejo que eles se tornaram pessoas melhores. (DELTA, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

Nesse sentido, a autora Kluck (2018) afirma em seu artigo “Ensino Religioso e a Literatura, que:

Em uma sociedade plural como a brasileiro, se faz necessário que o respeito permeie todas as relações. Grupos, imigrações, culturas e etnias impuseram às regiões brasileiras características culturais diferenciadas entre si. A convivência entre grupos distintos pode trazer, no que tange às relações sociais, preconceitos e discriminações. O desafio de toda a Educação, enfrentado especialmente durante as aulas de Ensino Religioso, é a superação dos limitadores de convivência pacífica e de alteridade, e promover o conhecimento da multiplicidade e riqueza de cada cultura, por meio do viés religioso, valorizando cada uma das muitas faces da brasilidade, a fim de fomentar o respeito aos direitos humanos, o combate a qualquer discriminação e a promoção de relações que oportunizem acesso, permanência e sucesso a uma vida digna. (KLUCK, 2018, p. 81-94).

Entretanto, para que a promoção da diversidade cultural e religiosa seja realmente inserida em nossas escolas e conseqüentemente na vida dos nossos alunos, se faz necessário o que foi dito pelo filósofo e professor Stigar²⁷, destaca:

Precisamos redimir as distorções históricas do Ensino Religioso no Brasil, e este processo só será possível com a mudança de paradigma em relação à metodologia e epistemologia utilizada nas aulas de Ensino Religioso. Espera-se que o profissional tenha uma constante busca de conhecimento religioso, que seja capaz de viver a reverência da alteridade, que compreenda o fenômeno religioso contextualizando-o espacial e temporalmente, que analise o papel das Tradições Religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais. O profissional do Ensino Religioso faz sua síntese do fenômeno

²⁷ Doutor em Ciência da Religião; Mestre em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Informações coletadas do Lattes em 16/08/2019).

religioso a partir da experiência pessoal, mas necessita, continuamente, apropriar-se da sistematização das outras experiências que permeiam a diversidade cultural, assim é necessário também maior investimento na qualificação e capacitação de profissional para a disciplina de Ensino Religioso .(APUD PROJETO DE LEI Nº 309, DE 2011).

De acordo com o projeto de lei acima, podemos constatar que o docente da disciplina de Ensino Religioso, precisa estar preparado para tal atribuição e ser um conhecedor da realidade do nosso país, pois esse é um lugar onde se convive diariamente com a pluralidade religiosa e, conseqüentemente cultural, e deve sim ser respeitada e ensinada para os alunos e alunas. Corroboram com essa assertiva as narrativas de alguns professores entrevistados,

Primeiro essa disciplina tem ser encarada pela questão cultural, se ela está em um espaço histórico e o aluno entende porque se crê daquela maneira em determinada religião, o aluno passa a respeitar. E a imparcialidade do professor em dizer favorece ao aluno em respeita essa pluralidade de crença que temos .(BETA, entrevistado em 18 de janeiro de 2019).

O Ensino Religioso, e isso é comprovado com pesquisas científicas que onde tem aulas dessa natureza, o índice da violência diminui, então a disciplina de Ensino Religioso, contribui de muitas formas, ela contribui, o professor mostrando para o aluno a questão da alteridade, o outro não é igual a mim, mesmo sendo o meu semelhante. Essa disciplina mostra que o meu semelhante é diferente de mim, mas não significa que eu sou melhor ou pior que ele, e que todos devem ser respeitados em sua individualidade. O Ensino Religioso contribui na região para que se forme o respeito mútuo e compreender que temos em nossa região uma diversidade de igrejas e outras religiões e que precisam ser respeitadas .(ÉPSILON, entrevistado em 18 de janeiro de 2049).

Mas sempre que ocorre os preconceitos, eu procuro fazer uns ganchos, por exemplo: Você sabe o que é macumba? Daí eu explico, falo dos instrumentos, das orações, enfim, eu pergunto: Podemos fazer piada também com a sua crença? É nesse momento que a piada perde a graça e aproveito a oportunidade para gerar tolerância, respeito e explicar a crença do outro .(ALFA, entrevistado em 19 dezembro de 2018).

Ao examinarmos nas narrativas dos professores que fizeram parte dessa pesquisa, constatamos que o Ensino Religioso deveria ser entendido como uma disciplina que proporciona a promoção da tolerância cultural e religiosa e não como ferramenta para disseminar a diferença ou juízo de valores. Corroboram com essa assertiva a narrativa do professor ETA,

Em relação à contribuição para os educandos, ela entra justamente na formação da cidadania, direitos e deveres, da tolerância e sendo assim, a importância de se conhecer todas as religiões, quando conhecemos, podemos nos aprofundar, o educando pode ter base para poder respeitar a escolha do outro, do diferente. Entendo, que através do conhecimento das diversas religiões, geramos tolerância entre os alunos .(ÉTA, entrevistado em 21 de janeiro de 2019).

Ao discutirmos sobre o papel da disciplina de Ensino Religioso como subsídio para a promoção da tolerância religiosa e cultural, entendemos que, de acordo com as leis aqui mencionadas, com os autores e com as narrativas dos professores, que nessa Região onde foi realizada a pesquisa, há uma preocupação e ensino na prática para que haja tolerância e respeito entre os alunos e conseqüentemente para vida em sociedade, conforme salienta o professor ÉPSILON (2018): “o papel da escola é este, formar sempre para o bem, para que a sociedade progrida e seja melhor, para que as pessoas sejam melhores, então, o papel do Ensino Religioso é exatamente este”. Sendo assim, o Ensino Religioso, ensinado de forma que respeite os dispositivos legais, pode se tornar uma ferramenta que colabore para a tolerância e o respeito com si mesmo e com o outro. Caso contrário acarretará como afirma Pinto (2009) à intolerância, tão presente em nosso tempo pós-moderno,

A certeza, mãe da idolatria, é um poderoso veneno contra a espiritualidade (e também contra a religiosidade), reduzindo-a a passividade, a obediência cega, a apatia, gerando radicalismos ou tédio, nutrindo a falta de sentido e a indiferença, fenômenos infelizmente tão comuns em nossos tempos pós-modernos.(PINTO, 2009, p 76-77).

Portanto, se faz necessário entender por meio dos dispositivos legais, autores e das narrativas dos professores, que a disciplina de Ensino Religioso deve respeitar a pluralidade e a diversidade cultural do nosso país, para que haja uma sociedade igualitária, inclusiva e não exclusiva em virtude da escolha religiosa. E conforme afirmam Miele e Possebon (2012), de que “a ignorância é a mãe da intolerância”.

4.2.3. Eixo 3 – Papel do Ensino Religioso na formação integral do aluno (a)

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, pode ser ensinada a amar.

Nelson Mandela (1918-2013).

Ao pensarmos na formação humana, não podemos nos esquecer que essa é complexa e ao mesmo tempo um processo contínuo na vida de cada indivíduo. Sendo assim, a educação tem sua razão de ser nos educandos, e ao observarmos as novas Diretrizes Curriculares Nacionais²⁸ gerais para educação básica destacam que essa razão é a “pessoa em formação na sua essência humana”.

Art. 6º Na educação básica, é necessário considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse

²⁸ <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>, acesso em 22/02/2019.

nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

O processo de desenvolvimento do ser envolve perguntas e respostas relacionadas ao conhecimento, ao prazer, ao sentido da vida, que tem origem, evolui e se transforma, segundo a concepção de determinadas correntes de pensamento. Ante a possibilidade de ir mais além do que é palpável, exercita a sensibilidade própria de sua condição humana, manifestada pela inquietude que o leva para além de si mesmo. Corroborar com essa assertiva Caron (1999), que assevera,

O Estado brasileiro admitiu o ER como disciplina escolar, por considerá-lo um importante componente na educação integral do cidadão. De fato, esse ensino está voltado para o aguçamento da sensibilidade religiosa, tendência nata do ser humano. Coloca-se, portanto, a serviço do desenvolvimento da religiosidade do ser humano, isto é, do desejo de busca do sempre mais, de algo que o impulsiona ao translimite, ao transcendente, dentro ou fora da religião. Numa religião concreta onde este transcendente é, também, concebido como o Outro Absoluto, a Divindade, e mais habitualmente como Deus... Desta forma, reconhece e assume os profissionais dessa disciplina, currículo e todos os encargos financeiros e administrativos que de tudo isso decorrem. O Ensino Religioso compreendido como disciplina curricular, observando tais aspectos, não pode mais ser entendido como ensino da religião na escola. (CARON, 1999, pg. 37-38).

Nessa mesma linha de pensamento com relação ao papel da disciplina de Ensino Religioso como parte integrante da formação humana dos discentes e conseqüentemente como indivíduos, Wachs (1997, p. 37) explica,

Pode-se afirmar que o Ensino Religioso na escola tem razão de existir à medida que aquilo que ela faz tem sentido para a vida, para o cotidiano das pessoas. Portanto, o Ensino Religioso, como formação integral da pessoa, visa ajudá-la a desenvolver uma vivência e uma filosofia de vida fundamentada na ética, na justiça, nos direitos humanos e na defesa da dignidade do ser humano [...]

A disciplina de Ensino Religioso é parte integrante para formação integral do ser humano, isso é afirmado nos dispositivos legais, por autores que tratam desse tema e pelas narrativas dos professores ora entrevistados para essa pesquisa. Em consonância com a constatação acima mencionada de que o Ensino Religioso faz parte da formação do aluno, a Constituição de 1988 no artigo 11, afirma:

Art. 11. A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa.

Sendo assim, o ser humano é um ser de relações, é agente transformador e não se submete às forças da natureza, mas é capaz de ampliar os limites que ela lhe impõe.

Fabricam-se artefatos, mas também criam-se significados: através do conhecimento, indivíduo e comunidade se modificam em níveis cada vez mais complexos.

Nesse intercâmbio de buscas e satisfações, o ser humano vai construindo sua história pessoal, que vai dando sentido à vida e, a partir das experiências, torna-se único. Considera-se que a experiência é algo profundamente humano, da pessoa que a percebe, que passa pela vivência, podendo envolver sentimentos, noções e interpretações. Gruen (1997) diz que:

Em nossa vida ocorrem umas tantas situações vividas com especial intensidade e emoção: ser acolhido e valorizado; poder ajudar em momentos de grande necessidade; ser confrontado com intensas alegrias ou dores, como nascimento ou morte, algo de impressionante belo, o impacto de uma comunidade 'diferente'. São as chamadas 'vivências'. Pois bem, a vivência refletida e interpretada é que constitui uma experiência. Para podermos elaborar e comunicar nossa experiência, sentimos necessidade de a codificar em palavras, imagens ou gestos; neste sentido, também essa codificação pode ser considerada elemento constitutivo da experiência.(GRUEN, 1997, p. 75).

A disciplina de Ensino Religioso oferece aos educandos elementos significativos para sua formação integral, tendo como eixo curricular as culturas, as religiões, os textos sagrados, as teologias, os ritos e o ethos²⁹, visando a sua formação cultural como também sua formação humana e religiosa, tendo como resultado final uma formação integral do ser humano. Para contribuir neste aspecto Delors (2006) reafirma um princípio fundamental na educação:

[...] a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.(DELORS, 2006, p.99).

Ao analisarmos os dispositivos legais, já mencionados e os autores aqui citados, podemos constatar por meio das narrativas dos professores que participaram dessa pesquisa, que estes estão em consonância ao entenderem que a disciplina de Ensino Religioso tem um papel na formação integral dos alunos, pois uma educação integralizada parte do princípio que todo indivíduo deve ser visto de forma plena, inclusive o seu lado espiritual/religioso. Dessa forma a narrativa dos professores ÓMICRON e DELTA validam a importância do Ensino Religioso, que afirmam,

[...] “Ensino Religioso” ela seria uma Moral e Cívica hoje, seria no meio dessa loucura de 25 aulas tecnicistas, dinheiro, matéria. Vamos dar uma parada e falar do ser humano, o que a gente faz, vamos parar de fazer bullying, eu entendo que o papel do indivíduo é ser esse agente conscientizador, parar um pouco para pensar

²⁹ Palavra de origem grega, que significa ética, conduta (grifo nosso).

na sacralidade do outro, por isso eu devo respeitar, por isso eu entendo que o papel do Ensino Religioso é essencial, não é importante não. (ÓMICRON, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

É bem simples, ela ajuda o aluno a ser melhor consigo, com o outro e com o meio ambiente. E se ele consegue refletir que ele tem que respeitar o colega na sala de aula e não é obrigado a gostar da pessoa, mas sim obrigado a respeitar. Se o Ensino Religioso consegue levar o aluno a refletir que mesmo convivendo com o outro e não tendo a empatia mas ajuda a respeitar, isso já é um grande avanço para a formação desse aluno. Porque se eles aprendem a respeitar dentro de sala de aula, ele aprende a respeitar lá fora. (DELTA, entrevistado em 04 dezembro de 2018).

Com isso, embasado nos autores, nas narrativas de alguns professores e no art. 33 da Lei 9.394/96394³⁰, conclui-se que a disciplina de Ensino Religioso pode contribuir para a formação integral do aluno, haja vista que a própria OMS³¹ afirma que o indivíduo precisa ser visto não apenas no seu aspecto cognitivo, mas também levar em consideração o seu lado espiritual. Contudo, é importante mencionar que toda disciplina escolar deve se preocupar com a formação integral do aluno, como afirma os professores GAMA e ÉTA,

Todas as disciplinas devem fazer essa conexão, da formação integral do aluno, eu vejo que há falhas na disciplina de Ensino Religioso, assim como há nas outras disciplinas nesse papel de formação integral dos nossos alunos. Acredito, que o Ensino Religioso já faz essa ponte, pois tudo que vamos trabalhar, fazemos a ponte com as demais disciplinas, precisa do conhecimento de História, Português, das Artes, da Geografia, pois ao falarmos sobre determinada religião, você faz o aspecto geográfico, então, o Ensino Religioso parece que ele encabeça esse projeto que deva ser uma interdisciplinaridade que realmente exista. (GAMA, entrevistado em 06 de dezembro de 2018).

Acredito que é importantíssimo o Ensino Religioso e mesmo esse sendo facultativo, é onde o aluno vai ter o primeiro contato de forma mais ampla para poder questionar, isso porque na igreja ou no local que cada um vai com seus pais, não pode ficar questionando, isso porque lá é culto, é um ensino confessional. Porém, na Escola é um ensino amplo, sem direcionar para nenhuma religião específica e esse aluno tem a oportunidade de questionar até mesmo da sua própria religião para saber se é aquilo mesmo que vai escolher para sua vida. Sendo assim, entendo que o Ensino Religioso contribui para o aluno conhecer e fazer questionamento e até mesmo fazer escolhas, pois não tem como escolher se não há possibilidades. O Ensino Religioso contribui para que o indivíduo seja uma pessoa melhor, pois ao conhecermos as diversas religiões existente em nosso país, criamos também tolerância, para fazermos o nosso país e o mundo um lugar melhor para todos nós. Na disciplina, é trabalhado constantemente o respeito, para que o aluno entenda, conheça e respeite a escolha do outro. (ÉTA, entrevistado em 21 de janeiro de 2019).

³⁰ Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina de horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

³¹ A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu, em 22 de janeiro de 1988, que “saúde é um estado dinâmico de completo bem-estar físico, mental, espiritual e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”.

De acordo com Libâneo (1991), o dever do professor é o de ser facilitador da formação do aluno. Sendo assim, o professor tem uma responsabilidade não apenas com o educando, mas com a sociedade, segue o dever dos professores com seus alunos:

Saber interagir com o aluno, respeitar as diferenças individuais, saber que somente o aluno é o autor da própria aprendizagem e incentivar a pesquisa e a criatividade. Esses aspectos podem, sem dúvida, ser observados na formação de professores das séries iniciais. Esta pessoa, atuante no processo de ensino-aprendizagem, agente de transformação social, integrante essencial do processo da educação, não é apenas professor. Ele participa de outros contextos de relações sociais que, na sua articulação, afetam a atividade prática do professor. A eficácia do trabalho docente depende de sua filosofia de vida, das convicções sociais e políticas, do preparo profissional, das características da vida familiar e da satisfação pessoal, entre outros fatores. (LIBÂNEO, 1991, p. 42).

Frente a este subsídio, confia-se ao professor a mediação entre o saber e o educando. Ele é o link que ajudará o aprendiz a estabelecer o seu conhecimento prestando-lhe as informações adequadas e necessárias à sua formação integral. Gruen (1995) ressalta:

[...] o professor que trabalha com Ensino Religioso não é só um docente; é educador, mestre de vida, em sua vida e no relacionamento com os outros tem que cultivar suficientemente religiosidade. Tem que crer na vida, na busca, no sempre mais, tem que acreditar no que diz. (GRUEN, 1995, p. 131).

Sendo assim, o professor tem um papel relevante no que diz respeito a formação do aluno como indivíduo para termos uma sociedade melhor para essa geração e para a futura. Em contribuição a essa assertiva a professora BETA afirma,

E religião e cultura religiosa ela é feita em benefício do ser humano, a maioria das religiões, elas desejam a evolução do espírito humano. Sendo assim, o Ensino Religioso nas escolas é algo ótimo, porque se a religião tende a buscar coisas boas para a evolução do espírito, tudo que vai ser ensinado com relação às culturas religiosas são coisas boas. (BETA entrevistado em 18 de janeiro de 2019).

Podemos constatar que tantos os autores e professores entrevistados, que o Ensino Religioso pode proporcionar um ambiente escolar, onde os alunos (as) podem conhecer compreender e conseqüentemente respeitar, para tanto o docente deve ser esse fio condutor para essa construção. De acordo com Junqueira (2002), o educador no Ensino Religioso tem papel relevante, pois:

a) deve ser guia e estar atento e disponível aos caminhos dos educandos; b) deve escutar o que os alunos sabem e necessitam expressar; c) não deve ser o único e principal informante; d) deve conectar os temas propostos a outros conteúdos e à realidade; e) deve possibilitar a intervenção do maior número de alunos; f) deve dar fisionomia pessoal ao seu trabalho; g) deve dar organicidade ao processo educacional; h) deve ter a compreensão do educando como sujeito competente e capaz, que necessita partilhar sua vida com o grupo; i) deve saber organizar os

espaços e o tempo de acordo com as exigências do trabalho a ser executado.(JUNQUEIRA, 2002, p. 125-126).

Conclui-se, por meio dos autores Caron (1999), Wachs (1997), Gruen (1997), Delors (2006), Libâneo (1991) e Junqueira (2002), as leis e as narrativas dos professores pesquisados, que o Ensino Religioso tem de atuar como ponte que conduz os alunos (as) aos valores humanistas construídos com as bases sólidas do amor, da fraternidade, da bondade, da honestidade, da humildade e, principalmente, do respeito àquelas cujas opiniões divergem das nossas. São conceitos, infelizmente, cada vez mais escassos num mundo onde prevalece a coisificação, o descartável, o consumismo e outros, provocado pelo mundo do materialismo. Portanto, é papel dos educadores indignarem-se e procurar reverter esse quadro, comprometendo-se com a qualidade do futuro das novas gerações. Gruen em 1976 já dizia qual era o objetivo do Ensino Religioso, “proporcionar ao aluno as oportunas experiências, informações e reflexões ligadas à dimensão religiosa da vida, que ajudem a cultivar uma atitude dinâmica de abertura ao sentido radical de sua existência em comunidade, e a preparar-se assim para uma opção responsável do seu projeto de vida” (GRUEN, 1976, p. 17.). Corroborar com a assertiva de Gruen o padre Zimmermann (1997),

(O Ensino Religioso) "... tem como objeto a compreensão da busca do transcendente e do sentido da vida, que de critérios e segurança ao exercício responsável de valores universais, base dá cidadania. Esse processo antecede qualquer opção por uma religião... Não se trata apenas de questão de transmissão de meras normas de conduta. Trata-se de proporcionar, na educação escolar, oportunidade para que o educando descubra o sentido mais profundo da existência; encontre caminhos e objetivos adequados para sua realização, e valores que lhe norteiem o sentido pleno da própria vida. Assim, conferindo-lhe especial dignidade como ser humano e respeito por si mesmo, pelos outros e pela natureza".(ZIMMERMANN, 1997, p. 54-55).

Portanto, deve-se refletir sobre a questão do Ensino Religioso nas escolas públicas, visando sempre o aluno, proporcionando oportunidade de reflexão, respeito e crescimento, para se tornar um indivíduo cada vez melhor para si e para a sociedade onde está inserido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação humana ao longo do tempo tem se materializado de modo parcializado influenciada por intencionalidades que, muitas vezes, lhe são desfavoráveis. A partir da institucionalização da educação escolar, e no seu âmbito, o Ensino Religioso, essa prática vem persistindo. Talvez, pelo conhecimento limitado acerca do processo de socialização que envolve o “ser humano”, ou das relações de poder que alimentam políticas e práticas educacionais. Diante desse contexto a pesquisa fez uma reflexão sobre o Ensino Religioso no espaço da escola pública, especificamente no ensino fundamental II, atentando para a percepção do professor acerca deste componente curricular e o papel dessa disciplina para a formação integral do aluno e bem como essa disciplina contribui para a promoção cultural do nosso país, haja vista que temos um pluralismo cultural/religioso em virtude de nossa formação histórica.

Ao analisarmos a disciplina de Ensino Religioso, não podemos nos esquecer que o professor que a leciona, é um ser humano que tem suas aspirações, valores e crenças. Partindo desse pressuposto, foi levantado a questão a esses professores, como estes lecionam a disciplina e ao mesmo tempo não anulam suas crenças e convicções religiosas, mesmo porque hoje somos um Estado laico, isto é não confessional, de acordo com a Constituição de 1988.

A disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas do nosso país sempre foi uma questão a ser debatida, principalmente se tratando de um Estado laico ao qual estamos inseridos nesse momento de nossa história. Por essa razão o Ensino Religioso tem sido alvo de discussões como foi apresentado nessa pesquisa ao longo do texto. O fato é que essa disciplina, embora seja hoje facultativa para o aluno (a), é lei para a escola e foi incluído, como projeto especial nas escolas, como vimos nos dispositivos legais apresentados nessa pesquisa, ou seja, tanto na Constituição de 1988 e na LDB/96, consta a obrigatoriedade para a unidade de ensino oferecer ao aluno. Sendo assim, a expressão “facultativo” não é para escola, mas sim para os alunos, desde que esse ensino seja de caráter confessional, entretanto, se for Ensino Religioso não confessional, passa ser disciplina obrigatória para os alunos do ensino fundamental I. Importante salientar, que o Estado sendo laico, a escola pública também está nessa condição, porém, os alunos podem ser religiosos ou não, por isso, se faz necessário por parte da escola / professores que trabalham com essa disciplina respeitarem o direito de escolha de cada indivíduo e com isso trabalharem o que já foi exposto nessa pesquisa a questão do “fenômeno religioso”,

criando assim, o respeito com o outro, dessa forma estamos salientando o Ensino Religioso não confessional.

Sendo assim, essa pesquisa concluiu por meio dos professores entrevistados, que é de suma importância que o Ensino religioso como disciplina nas escolas públicas respeite a laicidade do Estado e conseqüentemente dos alunos (as), isso porque, sendo Estado laico, a escola pública também segue essa ótica e, além disso, seria um descumprimento dos dispositivos legais que regem um Estado de direito democrático. Porém, vale aqui ressaltar que não foi nosso objeto de pesquisa fazer uma distinção entre laicidade positiva e laicidade negativa, pois esse tema necessita de uma nova pesquisa.

Partindo do pressuposto que a disciplina de Ensino Religioso é de caráter Constitucional, isto é obrigatória em todo território nacional, a presente pesquisa também levantou questões em entrevista realizada com os professores da rede pública de ensino para salientar a questão da promoção da tolerância religiosa/cultural e do papel dessa disciplina na formação integral dos alunos.

O Ensino Religioso enquanto parte dos currículos escolares deveria atender à todas as complexidades do ser humano. Porém, como afirma Cândido (2008), essa disciplina deveria abordar a “religião” como vida. Partindo dessa permissa, qualquer disciplina escolar precisa fazer sentido para os alunos (as) e da mesma maneira a disciplina de Ensino Religioso, se faz necessário trabalhar questões práticas que são pertinentes ao nosso país, por isso somos favoráveis a trabalhar o fenômeno religioso e não o proselitismo no que diz respeito ao Ensino Religioso como disciplina curricular.

Em análises aos autores e das narrativas dos professores ora entrevistados, entende-se que a disciplina de Ensino Religioso contribui para que os alunos e alunas tenham uma consciência e isso por intermédio do diálogo, onde entendemos que essa disciplina proporciona esses momentos em sala de aula, e assim propicia a promoção da diversidade cultural e religiosa. Seguindo esse mesmo princípio estabelecido pelo PNDH 3, que assegura, esse formato de Ensino Religioso compatível com o princípio da laicidade do Estado e que está disseminado por todo o Plano Nacional de Direitos Humanos 3, mas especialmente quando trata das ações programáticas relativas ao objetivo estratégico VI: “respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado”. No item d desse objetivo, consta como ação programática, a cargo do Ministério da Educação e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, “estabelecer o ensino da diversidade e história das religiões, inclusive as derivadas de matriz africana, na

rede pública de ensino, com ênfase no reconhecimento das diferenças culturais, promoção da tolerância e na afirmação da laicidade do Estado”.

Os autores Junqueira e Kluck (2017) em seu artigo “Ensino Religioso e a literatura”, afirmam, que nas aulas de Ensino Religioso, para os que creem na literatura religiosa ou texto sagrado, as relações humanas podem se tornar significativas, de forma positiva, primeiro consigo próprio, já que amplia a compreensão da própria existência, e ainda no coletivo por ensinar a lidar com as diferenças sociais – proporcionando o acolhimento sem juízo de valor. Portanto, a disciplina de Ensino Religioso, ao ser trabalhado como fenômeno religioso, tem a possibilidade de proporcionar o rompimento de barreiras e exaurir a intolerância para tudo que se é diferente. Em se tratando do que é diferente, normalmente cria-se preconceito e com isso, afastamento entre as pessoas.

Outra questão elencada nessa pesquisa é o papel da disciplina de Ensino Religioso na formação integral do aluno (a), possibilitando seu desenvolvimento como indivíduo integrante da sociedade. Essa questão foi embasada nos autores que trabalham com Ensino Religioso e também por meio das narrativas dos professores que participaram dessa pesquisa. Importante frisar que essa questão é apoiada pela OMS, onde vê o ser humano de uma forma integral, isto é, bio-psico-social e espiritual. Sendo assim, o ser humano deve ser assistido em todas as esferas, tendo com isso uma formação integral e não parcial. Corroborando com essa assertiva a Lei 9.475/97, onde estabelece que a disciplina de Ensino religioso “constitui-se parte integrante do sistema e é considerada como elemento essencial para a formação integral do cidadão”.

Caron (1999), membro do Grupo de Reflexão sobre o Ensino Religioso da CNBB, destacou a importância desta última regulamentação sobre a situação do Ensino Religioso no país, onde destaca: “O Estado brasileiro admitiu o ER como disciplina escolar, por considerá-lo um importante componente na educação integral do cidadão. De fato, esse ensino está voltado para o aguçamento da sensibilidade religiosa, tendência nata do ser humano”.

Sendo assim, constatou-se que o Ensino Religioso deve ser entendido como parte integrante da formação humana. Portanto se faz necessário entender que essa disciplina tem seu papel como agente de formação do indivíduo como pessoa. Cito aqui as palavras de Ambrósio (1998), onde afirma que de verdade, o que se quer por meio da disciplina de Ensino Religioso é reincorporar a espiritualidade/transcendência como indispensável na formação integral do ser humano. Com isso, para que haja uma formação integral do aluno

(a) como pessoa/indivíduo, se faz necessário que esse seja contemplado na sua formação religiosa/espiritual.

Contudo, se faz necessário compreender, que o papel da disciplina de Ensino Religioso não é fazer proselitismo, mas sim por meio dessa disciplina alcançar o aluno (a) em toda a sua esfera que nos torna seres humanos tão complexos. O ser humano deve ser respeitado em suas escolhas, entendendo que qualquer que seja essa tem consequências. Além disso, o ser humano deve ser assistido em toda a sua esfera, não apenas o cognitivo, mas também na esfera espiritual, pois em nossa essência somos seres espirituais perspectiva essa em boa parte das religiões.

Em análise realizada por meio dos documentos, esses apontam que é de particular escolha dos alunos a sua participação na disciplina de Ensino Religioso se essa for de caráter confessional. Por outro lado, a unidade escolar não poderá impedir o Ensino Religioso confessional e deverá ofertar em suas unidades escolares a disciplina em caráter não confessional, conforme assegurou a Constituição Federal/1988 e a LDB/96, Lei n. 9.475/97. Outro dado importante constatado, é a construção social dessa disciplina, evidenciando os atores sociais e políticos, as negociações e estratégias que a envolvem com vistas a sua consolidação educacional. Sendo assim, essa pesquisa pretendeu colocar em discussão a relevância do Ensino Religioso nos currículos escolares para promoção da tolerância religiosa e cultural dos alunos (as) e sua relevância para que haja uma formação completa do ser humano. Além disso, entendemos que essa pesquisa alavanca outras possibilidades de estudos no que diz respeito a uma estruturação analítica empírica.

Por fim, entendemos que a disciplina de Ensino Religioso não fez a passagem comumente realizada do caráter utilitário para o campo acadêmico, como compreende Goodson (1995), e se encontra na intersecção entre esses dois campos. Isso porque, essa disciplina busca o diálogo com o campo acadêmico, bem como o reconhecimento de sua ciência de referência, procurando construir uma identidade científica, buscando investir-se de um caráter escolar; porém, ainda se ampara no campo utilitário, no discurso de que o Ensino Religioso é importante para a formação integral do educando, de que os valores religiosos são significantes para a formação moral dos mesmos. A disciplina, portanto, sofre maior influência dos fatores externos e acaba se assegurando no trabalho realizado pelas instituições religiosas que a defendem, o que compromete sua consolidação curricular. Enfim, em sua construção, o Ensino Religioso envolve as dimensões social e cultural, e também instituições específicas: a religião e a(s) Igreja(s), principalmente a Igreja Católica, com a qual ele não rompeu.

REFERÊNCIAS

ALCORÃO, Nobre. Traduzido por Dr. Helmi Nasar. 2º ed. São Paulo: ISRA, 2014.

APOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

ARAÚJO, M. D. O. **Ensino Religioso como aporte da formação humana: percepção de estudantes do Ensino Fundamental**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba. 2014.

BAUBÉROT, J. **A religião na escola secular. Conferência proferida na União Racionalista** em 22/01/2005. Disponível em <[http://jeanbuberotlaiciete.com/archive/2005/01/22/1_enseignement du fait religieux.html](http://jeanbuberotlaiciete.com/archive/2005/01/22/1_enseignement%20du%20fait%20religieux.html)> Acessado em 06/02/2019.

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**, pp. 46-81 in Ortiz, R. (Org.). Bourdieu (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1983.

BERKENBROCK, V.J. **A atitude franciscana no diálogo inter-religioso**. In: MOREIRA, Alberto da Silva (org.) Herança Franciscana. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

BITTENCOURT, C. M. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 193-221, set.1992/ago.1993. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo. Acessado em: 09 jun. 2018.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BURNS, E.M. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas até a bomba atômica**. Ed. O Globo. Vol 1. 1967.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: Acesso em 11 jun. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4.024/61. Brasília: MEC, 1961. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Acesso em 11 jun.2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 5.692/71. Brasília: MEC, 1961. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm. Acesso em 11 jun. 2018.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file> Acesso em: 11 jun. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica**. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – CNE – Câmara de Educação Básica**. Resolução CEB 02/98.

BRASIL. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Lei n. 9.475 (22 julho 1997), in: **Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso**, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, São Paulo, Ave Maria, 1998, 3 ed.

BRISOLA, E.M.A; MENDES, N.A.V. **Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas.** Revista Univap, São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753.

CÂNDIDO, V.C. **Epistemologia da controvérsia para o ensino religioso: aprendendo e ensinando na diferença, fundamentados no pensamento de Franz Rosenzweig.** Tese de Doutorado em Ciências da Religião. PUC/SP, 2008. Disponível em: www.sapientia.pucsp.br. Acesso em: 10 dez. 2013.

CÂNDIDO, V.C. **Epistemologia da controvérsia para o ensino religioso: aprendendo e ensinando na diferença, fundamentados no pensamento de Franz Rosenzweig.** Tese de Doutorado em Ciências da Religião. PUC/SP, 2008. Disponível em: www.sapientia.pucsp.br/ Acesso em: 20 jul. 2018.

CAIRNS, E.E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã.** 3º ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CARON, L. (Org.). **O ensino religioso na nova LDB.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASSIMIRO, A. P. B. S.; AGUIAR, I. P. de (orgs). **Educação e Religião.** Campinas-SP: Editora Alínea, 2012.

CELLARD, A. **A análise documental.** In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** 2. ed. São Paulo: McGraw- Hill do Brasil, 1978. 144 p.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer N° 290/2000.** Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/legislacao/id3156.htm>. Acessado em: 30 set.2011.

Resolução de 27/7/2001 que regulamenta o Artigo 33 da Lei 9394/96. São Paulo, 2001.

CUNHA, L. A. Os Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental: Convívio social e ética. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 99, p. 60-72, nov.1996. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/250.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2018.

Autonomização do campo educacional: efeitos do e no ensino religioso. Revista Contemporânea de Educação. Rio de Janeiro, n. 2, s/p. 2006. Disponível em: <www.educacao.ufrj.br/revista>. Acesso em: 10 jun. 2018.

Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil 1931/1997. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 285-302. Maio/ago. 2007a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a0437131.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2018.

A. Laicidade em xeque: Religião, moral e civismo na educação brasileira - 1931/97. Olé - Observatório da laicidade do Estado. Rio de Janeiro, p. 01-15, 2007b. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/textos_equipe2.html>. Acesso em: 11 jun. 2018.

A educação carente de autonomia. Regime federativo a serviço da religião. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 6, n. 10, p. 95-104, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

O sistema nacional de educação e o Ensino Religioso nas escolas públicas. Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 124, p. 925-941, jul./set. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 12 jun. 2018.

CUNHA, C. F. da. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

O Ensino Religioso nas escolas públicas no Brasil: Colaborações para construção da cidadania em um Estado laico. Revista Convergência crítica, p. 76-79. Dossiê História e Política. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/index/index> em 14 set. 2018.

Ensino Religioso e o Estado laico: uma ligação de tolerância. Revista de estudo da religião – REVER. Disponível em: http://www4.pucsp.br/rever/rv3_2009/t_domingos.pdf. Edição de setembro / 2009 / pp. 45-70.

CURY, C. R. J, (1993). **Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a Igreja e o Estado no Brasil.** Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, Educação em Revista, nº 17, jun., p. 20-37.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 3.ed., São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

CHALMERS, A.F. **O que é ciência final?** Editora Brasiliense, 1993.

CHAMPLIN, R.N. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. Vol. 1-6, Hagnos, 2002.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação. Porto Alegre (RS), v. 2, 1990. p. 177-229.

Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 09-38.

D'AMBROSIO, U. **Educação e diálogo inter-religioso**. nº 09, p.38 -43, mar.1998.

DEBRAY, R. **L'enseignement du fait religieux dans l'école laïque**. Paris: Odile Jacob, 2015.

DELUMEAU, J. **L'école et fait religieux. Les Actes de la DESCO: L'enseignement du fait religieux**. Ministère de la Jeunesse Éducation et Recherche. Paris: CRDP Académie de Versailles, 2003, p. 33-38.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10º Ed. São Paulo: Cortez; 2006.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **Introduction: The discipline and practice of qualitative research**. In: _____; _____ (Eds.). **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1 – 32.

DURKHEIM, E. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ECO, U; BONAZZI, M. **Mentiras que parecem verdades**. Trad. Giacomina Faldini. São Paulo: Summus, 1980.

FERRAZ, A. C. da C. **Parecer Jurídico realizado por designação do Reitor da USP**, ex. mimeogr, USP, Faculdade de Direito, dez. 1995.

FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura**. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria e Educação**. Porto Alegre. n. 05, p. 28-49. 1992.

Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso**. 2.ed. São Paulo: Ave- Maria, 1997.

Parâmetros curriculares nacionais. Ensino Religioso. São Paulo: Ave-Maria, 1998.

FLECHA, R. D. **Do pecado pessoal ao pecado social: A solidariedade na reatualização do ensino religioso na Companhia de Jesus**. Belo Horizonte, 2009. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream. Acesso em: 21 jul. 2018.

GUEDES, M. L. **Pós-modernidade, religião e educação: desafios epistemológicos**. Anais do 1º Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades – ANPUH, 2012. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/religião>>. Acessado em 09 de Set. 2019.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

GOMES, R. **A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa**. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *et al.* **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004. pp. 67-80.

GOMES, R. *et al.* **Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação**. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 185-221.

Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas-SP, v. 12, n. 35, p. 241-252, 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n35/a05v1235. Acesso em: 11 jun. 2012.

As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

A Construção Social do Currículo. Lisboa: Educa, 1997.

FRANKL, V. E. **A presença ignorada de Deus.** 4. Ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentidos.** São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRUEN, W. **Ciências da religião em uma sociedade multicultural.** Belo Horizonte: Revista Horizonte, v. 3, n. 6, p. 15-26, 1º sem. 2005. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/inde>. Acessado em 08 fev.2019.

GRUEN, W. **O ensino religioso na escola.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

GRUEN, W. Irradiar a Fé Cristã na Sociedade Hoje. Horizonte. In: **Revista do Núcleo de Estudos em Teologia.** Belo Horizonte, nº 1, jan/jun 1997.

GRUEN, W. **O ensino religioso na escola pública.** Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 1978.

GRUEN, W. **Irradiar a Fé Cristã na Sociedade Hoje.** Horizonte. Revista do Núcleo de Estudos em Teologia. Belo Horizonte, nº 1, jan/jun 1997.
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/404> Acesso em 19 abr. 2019.

GRUEN, Wolfgang. **O ensino religioso na escola pública.** Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 1978.

HASSELMANN, C. **Das niedersächsische Unterrichtsfach “Werte und Normen”;** Zwischen Ideal und Wirklichkeit. Disponível em <<http://fachverband-werte-und-normen.de/referate/unterrichtsfach.html>> Acessado em 12 jun.2018.

HOLMES, M. J. T. **Ensino Religioso: problemas e desafios**. 2010. 187 f. Dissertação Mestrado em Ciência das Religiões - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4263/1/arquivototal.pdf> Acesso em 01 mai.2019.

INCONTRI, D.; BIGHETO, A. C. **Ensino confessional, laico ou inter- religioso?** Qual a melhor resposta? **Revista de Educação**. CEAP. Ano 12, n.45. s/p. 2004. Disponível em: http://www.gper.com.br/documentos/ensino_confessional.pdf. Acesso em: 21 julh.2018.

KAUARK, F.; MANHÃES, F.C.; MEDEIROS, C.H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010. Disponível em: 21tuwww.Pgcl.uenf.brU21T. Acesso em 04 Jun.2018.

KOLTERMANN, S. **ENSINO RELIGIOSO: QUAL O SEU LUGAR NO CURRÍCULO ESCOLAR?** Grupo de Trabalho – Educação e Religião Agência Financiadora: não contou com financiamento.

JOSEPH, M. **O Trivium - As Artes Liberais da Lógica, Gramática e Retórica**. Tradução de Henrique Paul Dmyterko. São Paulo: É Realizações, 2008. TARNAS, Richard – **A Epopéia do Pensamento Ocidental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. [http://recantodasletras.uol.com.br/resenhas de livros/1957460](http://recantodasletras.uol.com.br/resenhas_de_livros/1957460). Acessado em 06 jun. 2018.

JUNQUEIRA, S. A; WAGNER, Raul. **O ensino religioso no Brasil**. 2. ed. rev. e amp. Curitiba: Champagnat, 2011.

JUNQUEIRA, S. **A presença do ensino religioso no contexto da educação**. In: JUNQUEIRA, S. A; WAGNER, R. (orgs.). **O Ensino Religioso no Brasil**. 2 ed. Curitiba: Champagnat, 2011. p. 27-54.

JUNQUEIRA, S. R. A. **O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, S.R. A; KLUCK, C.R. **Ensino Religioso e a literatura**. PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 9, nº 1, 2018, p. 81-94. Dossiê “Ensino Religioso: Transposição Didática e Estratégias”

LAGES, J. A. C. **Fenômenos religiosos e fatos religiosos: em busca de uma epistemologia para a disciplina de Ensino Religioso na escola pública e laica**. PLURA, Revista de Estudos de Religião, ISSN 2179-0019, vol. 9, nº 1, 2018, p. 7-29. Dossiê “Ensino Religioso: Transposição Didática e Estratégias”.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LYON, D. **Pós-modernidade**. São Paulo: Paulus, 1998.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1997.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIELE, N; POSSEBON, F. Ciências das Religiões: proposta pluralista na UFPB. In: **Revista Numem**, vol. 15, nº 2, (2012). Disponível em: www.editoraufjf.com.br. Acesso em: 07 jul. 2019.

MENASSEYRE, C. **Laïcité et enseignement du fait religieux. Les Actes de la DESCO: L’enseignement du fait religieux**. Ministère de la Jeunesse, Éducation et Recherche. Paris: CRDP Académie de Versailles, 2003, p. 39-44.

MENASSEYRE, C. **Laïcité et enseignement du fait religieux**. Les Actes de la DESCO: L’enseignement du fait religieux. Ministère de la Jeunesse, Éducation et Recherche. Paris: CRDP Académie de Versailles, 2003, p. 39-44.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 19-51.

MORSE JM, F. P. **Qualitative research methods for health professionals**. London, Sage Publication, 1995.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MURARO, C. C. **O ensino religioso nas escolas, breves comentários**. Disponível: <https://conteudojuridico.com.br>. Acesso em 14 Ago. 2019.

NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Portugal: Porto, 1995.

Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (coord.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995a, p. 15-34. Universidade Estadual de Maringá 07 a 09 de Maio de 2012 15 **O passado e o presente dos professores**. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Portugal: Porto, 1995, p. 12-34.

PINTO, Ë. B. **Espiritualidade e Religiosidade: Articulações**. In: Revista de Estudos da Religião, dezembro / 2009 / pp. 68-83 - ISSN 1677-1222 - Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv4_2009/t_brito.pdf. Acesso em 07 jul. 2019.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

RICOEUR, Paul. Le Protestantisme et la question scolaire [conférence dans le cadre “Positions protestantes”]. Strasbourg, fevereiro de 1954. In **Foi-Éducation**, n. 24, junho/1954, p. 48-59.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta paul. enferm, São Paulo, v. 20, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/> Acesso em: 23 jul. 2018.

SACRISTÁN, J. G. **Escolarização e cultura: a dupla determinação**. In: SILVA, L. H. da, AZEVEDO, J. C., SANTOS, E. (orgs). Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996, p. 34-57.

SAVIANI, D. **História das Ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, L. E.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SOREN, F. J. **O Ensino Religioso nas Escolas do Estado**. São Paulo: s/ editora, 1949.

SUNG, J. Mo. **Educar para reencantar a vida**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

TOLEDO, C. de. A. A. de.; AMARAL, T. C. I. do. **Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino religioso nas escolas públicas**. Revista HISTEDBR On-Line. Campinas, SP, n. 14, p. 1-18, jul. 2004. Disponível em: www.Histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 23 julh.2018.

TOLEDO, C. de. A. A. de; IGLESIAS, T. C.; BARBOZA, M. A. **O Ensino Religioso como componente curricular do Ensino Fundamental**. In. CASSIMIRO, A. P. B. S.; AGUIAR, I. P. de (orgs). Educação e Religião. Campinas-SP: Editora Alínea, 2012. p. 21-45.

TURATO, E. R. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 3, June 2005. Available from. access on 24 julh. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000300024>.

VASCONCELOS, E. M. (2006). **A espiritualidade no cuidado e na educação em saúde** In E. M VASCONCELOS (Org.), **A espiritualidade no trabalho em Saúde** (pp. 13-157). São Paulo: Hucitec.

VOLTAIRE, **Tratado sobre a Tolerância**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WACHS, M. C. **Educar para a sabedoria**. _____ n° 08, p. 36-40, out.1997.

WILLAIME, J-P. **Le défi de l'enseignement des faits religieux à l'école: réponses européennes et québécoises**. Paris: Reveneuve Éditions, 2014.

ZOTTI, S. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**. Dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Editora Plano, 2004.

ZIMMERMANN, R. **Uma grande mudança no Ensino Religioso: relato da tramitação e do substitutivo aprovado**. _____ n°08, p. 49 -56, out.1997.

ANEXO I - OFÍCIO

Taubaté, 17 de Julho de 2018.

Prezada Senhora

Somos presentes a V. S. para solicitar permissão de realização de pesquisa pelo aluno Ricardo Alexandre de Carvalho do Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté, trabalho a ser desenvolvido durante o corrente ano de 2018, intitulado **“ENSINO RELIGIOSO NO CURRÍCULO ESCOLAR: entre a legislação e a perspectiva dos professores da escola pública”**. O estudo será realizado com 09 participantes, na cidade Taubaté, sob a orientação da Profa. Dra. Rachel Duarte Abdala.

Para tal, será realizada aplicação de entrevista semiestruturada com profissionais que exercem a função de docentes nas instituições de ensino da rede pública, por meio de instrumentos elaborados para este fim, junto à população a ser pesquisada. Será mantido o anonimato da Escola e dos participantes.

Ressaltamos que o projeto da pesquisa passou por análise e aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da Universidade de Taubaté e foi aprovado sob o CEP/UNITAU nº 2.975.217 (ANEXO V).

Certos de que poderemos contar com sua colaboração, colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos no Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté, no endereço Rua Visconde do Rio Branco, 210, CEP 12.080-000, telefone (12) 3625-4100, ou com Ricardo Alexandre de Carvalho, telefone (12) 99129-3868, e solicitamos a gentileza da devolução do Termo de Autorização da escola devidamente preenchido.

No aguardo de sua resposta, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon
Coordenadora do Curso de Pós-graduação
Secretaria de Educação
Endereço: Praça Oito de Maio, 28, Centro.
12.020-260 Taubaté/SP.

ANEXO II – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA

Taubaté, 04 de Julho 2018.

De acordo com as informações do ofício sobre a natureza da pesquisa intitulada “**ENSINO RELIGIOSO NO CURRÍCULO ESCOLAR: ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA**”, com propósito de trabalho a ser executado pelo aluno Ricardo Alexandre de Carvalho, do Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté, e, após a análise do conteúdo do projeto da pesquisa, a Escola que represento, autoriza a realização da aplicação de entrevista semiestruturada com 09 profissionais que exercem suas atividades na área da docência (Ensino Religioso) que atuam neste local, sendo mantido o anonimato da Instituição e dos profissionais.

Atenciosamente,

Edna Maria Querido de Oliveira Chamon
Secretaria de Educação
Endereço: Praça Oito de Maio, 28, Centro.
12.020-260 Taubaté/SP.

ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“ENSINO RELIGIOSO NO CURRÍCULO ESCOLAR: ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA”**. Nesta pesquisa pretendemos “investigar a perspectiva dos professores que ministram a disciplina de ensino religioso no ensino fundamental a respeito do conteúdo e da prática desta disciplina”, sob a responsabilidade do pesquisador Ricardo Alexandre de Carvalho. Sua participação é voluntária e se dará por meio “de coleta de dados a aplicação de entrevista semi-estruturada através de áudio, que serão aplicadas a 09 (nove) professores que exercem função de docentes na disciplina de ensino religioso na cidade de Taubaté”.

Os riscos são mínimos, decorrentes de sua participação na pesquisa, os voluntários poderão se sentir desconfortáveis, inseguros ou não desejarem fornecer alguma informação pessoal solicitada pelo pesquisador, por meio de entrevistas. Com vistas a prevenir os possíveis riscos gerados pela presente pesquisa, aos participantes ficam-lhes garantidos os direitos de anonimato; de abandonar a qualquer momento a pesquisa; de deixar de responder qualquer pergunta que ache por bem assim proceder; bem como solicitar para que os dados por ele fornecidos durante a coleta não sejam utilizados.

O benefício esperado com o desenvolvimento da pesquisa será o fato de oferecer aos participantes e à comunidade acadêmica maiores informações e conhecimentos acerca dos aspectos que compõem o tema A disciplina de Ensino Religioso no currículo escolar: entre a legislação e a perspectiva dos professores. Cabe aqui ressaltar também que, pelo aspecto interdisciplinar que se pretende abordar no presente estudo, os conhecimentos gerados por meio da pesquisa poderão despertar o interesse de profissionais ligados a educação para uma futura pesquisa, questionamentos e fundamentar estudos em outras áreas do conhecimento no que diz respeito ao presente objeto de pesquisa. Contudo, os principais benefícios do presente estudo poderão se apresentar somente ao final do mesmo, quando das conclusões do mesmo.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que

irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Para qualquer outra informação o Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador que é mestrando da Turma 2018 do Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté (SP), Ricardo Alexandre de Carvalho, residente no seguinte endereço: Rua Dr. Dimitrius Stambolos, nº 137, Bairro Alto do Tabauí, na cidade de Pindamonhangaba/SP, CEP. 12.403-030, podendo também ser contatado pelo telefone (12) 99129-3868 (podendo a ligação ser inclusive a cobrar) e pelo e-mail: ricardoalexandre5@gmail.com.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.

RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO
Pesquisador responsável

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa **“INVESTIGAR O PAPEL DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO NA FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO NA COMPREENSÃO DOS PROFESSORES QUE MINISTRAM A DISCIPLINA”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e me retirar do estudo a qualquer momento sem qualquer prejuízo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar.

Tendo o consentimento, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Nome do (a) participante: _____

ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu Ricardo Alexandre de Carvalho, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa intitulado ENSINO RELIGIOSO NO CURRÍCULO ESCOLAR: entre a legislação e a perspectiva do professor da escola pública, comprometo-me dar início a este projeto somente após a aprovação do Sistema CEP/CONEP (em atendimento ao Artigo 28, parágrafo I da Resolução 510/16 e XI. 2, item A ou da Resolução 466/12).

Em relação à coleta de dados, eu pesquisador responsável, asseguro que o caráter de anonimato dos participantes desta pesquisa será mantido e que as suas identidades serão protegidas.

As fichas clínicas e/ou outros documentos não serão identificados pelo nome.

Manterei um registro de inclusão dos participantes de maneira sigilosa, contendo códigos, nomes e endereços para uso próprio.

Os Termos assinados pelos participantes serão mantidos em confiabilidade estrita, juntos em um único arquivo, físico ou digital, sob minha guarda e responsabilidade por um período mínimo de 05 anos.

Asseguro que os participantes desta pesquisa receberão uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Termo de Assentimento (TA, quando couber), Termo de Uso de Imagem (TUI, quando couber) e TI (Termo Institucional, quando couber).

Comprometo-me apresentar o relatório final da pesquisa, e os resultados obtidos, quando do seu término ao Comitê de Ética - CEP/UNITAU, via Plataforma Brasil como notificação.

O sistema CEP-CONEP poderá solicitar documentos adicionais referentes ao desenvolvimento do projeto a qualquer momento.

Estou ciente que de acordo com a Norma Operacional 001/2013 MS/CNS 2.2 itens E, se o Parecer for de pendência, terei o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão na Plataforma Brasil, para atendê-la. Decorrido este prazo, o CEP terá 30 (trinta) dias para emitir o parecer final, aprovando ou reprovando o protocolo.

Taubaté, 04 de Julho de 2018.

Ricardo Alexandre de Carvalho

ANEXO V – APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA (CEP – UNITAU)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENSINO RELIGIOSO NO CURRÍCULO ESCOLAR: entre a Legislação e a perspectiva dos professores da escola pública

Pesquisador: RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 97371418.8.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.975.217

Apresentação do Projeto:

Neste projeto de pesquisa no âmbito do mestrado acadêmico em Desenvolvimento Humano, pretende-se investigar a disciplina de Ensino Religioso no currículo das escolas públicas sob a perspectiva dos professores que lecionam esta disciplina (transcrito projeto)

Objetivo da Pesquisa:

Investigar a perspectiva dos professores que ministram a disciplina de Ensino Religioso no Ensino Fundamental a respeito do conteúdo e da prática desta disciplina.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O benefício esperado com o desenvolvimento da pesquisa será o fato de oferecer aos participantes e à comunidade acadêmica maiores informações e conhecimentos acerca dos aspectos que compõem o tema A disciplina de Ensino Religioso no currículo escolar

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: As pendências foram atendidas.

Continuação do Parecer: 2.975.217

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 19/10/2018, e no uso das competências definidas na Resolução 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: **APROVADO.**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1165906.pdf	28/09/2018 15:07:35		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.doc	28/09/2018 14:56:30	RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto.pdf	28/09/2018 12:11:41	RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	18/09/2018 11:56:51	RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	22/08/2018 09:40:13	RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO	Aceito
Outros	roteiro_entrevista.pdf	10/08/2018 10:32:22	RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	10/08/2018 10:29:16	RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	tcp.pdf	10/08/2018 10:28:47	RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao.pdf	06/08/2018 16:31:27	RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO	Aceito
Outros	oficio.pdf	06/08/2018 16:30:16	RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

Continuação do Parecer: 2.975.217

TAUBATE, 22 de Outubro de 2018

Assinado por: José Roberto Cortelli
Coordenador(a)

**APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS –
ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO:**

**PARTE I – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS GERAIS DE
IDENTIFICAÇÃO:**

1. CÓDIGO: _____.

2. GÊNERO: _____.

3. IDADE: _____.

4. ESTADO CIVIL: () Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) / Divorciado(a) ()
Viúvo(a) () Vivo com companheira () Vivo com companheiro.

5. RELIGIÃO? _____. **É praticante?** Sim (). Não ().

6. ÁREA DE FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO): _____.

7. POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO: () Sim () Não. **Em caso afirmativo responder:** ()
Especialização / MBA () Mestrado () Doutorado. Pós-doutorado ().

8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESSA ESCOLA? _____.

9. HÁ QUANTO TEMPO LECIONA A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO? _____.

**APÊNDICE II – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS –
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:**

PARTE II – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

1. Relate como foi sua trajetória profissional, desafios até chegar à docência (desafios familiares, financeiros e sociais, escolares, teve ensino religioso na sua formação).
2. Conte sua trajetória religiosa (Qual a religião dos seus pais, você passou por conversões religiosas, é praticante de alguma religião é líder religioso ou exerce alguma função)?
3. Relate como você lida com sua confissão de fé com relação às aulas ministradas da disciplina de Ensino Religioso.
4. Exponha como você apresenta os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso em sala de aula e como trabalha os conteúdos proposto pelas ementas?
5. Como a disciplina de Ensino Religioso contribui como subsidio para a formação do aluno (indivíduo) e para promoção da tolerância religiosa e cultural em nosso país?
6. Na sua concepção o que é o ser humano (como você vê o homem, em sua formação de corpo, alma e espiritual)?
7. Relate o papel da disciplina de Ensino Religioso para formação integral do aluno como indivíduo.
8. Qual o conteúdo programático que você trabalha na disciplina, e como você o definiu?
9. Como você trabalha esse conteúdo?

APÊNDICE III – TRANSCRIÇÃO DO QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA

PARTE I – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO:

1. CÓDIGO: ÓMICRON.

2. GÊNERO: Masculino.

3. IDADE: 38 anos.

4. ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) (X) CASADO(A) () SEPARADO(A) / DIVORCIADO(A) () VIÚVO(A) () VIVO COM COMPANHEIRA () VIVO COM COMPANHEIRO.

5. RELIGIÃO? Católico. É PRATICANTE? SIM (X). NÃO ().

6. ÁREA DE FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO): Filosofia / Bacharel Teologia.

7. POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO: (X) SIM () NÃO. **EM CASO AFIRMATIVO RESPONDER:** (X) ESPECIALIZAÇÃO / MBA () MESTRADO () DOUTORADO. PÓS- DOUTORADO ().

8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESSA ESCOLA: 4 anos.

9. HÁ QUANTO TEMPO LECIONA A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO: 5 anos.

PARTE II - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADA:

1. Relate como foi sua trajetória profissional, desafios até chegar à docência (desafios familiares, financeiros e sociais, escolares, teve ensino religioso na sua formação).

R. Muito bem, eu costumo dizer para as pessoas que já me questionaram de maneira informal assim, nada acadêmico, mais fechado. O meu trabalhar, meu papel no

magistério, enquanto professor de Ensino Religioso é muito mais uma consequência do que um fato um fenômeno da minha vida do que um projeto. Eu tenho 38 anos hoje, mas na fase da minha infância, adolescência eu fui um vocacionado católico para o ministério sacerdotal. Enfim, fiz parte de uma congregação religiosa durante 14 anos. Entrei no que se chamava Seminário Menor, e lá fiz o meu Ensino Médio e estive nessa congregação, a saber Padres Dehonianos, Sagrado Coração de Jesus por 14 anos. Eu tinha o sonho de ser Sacerdote quando criança e na adolescência e perdurou por todo esse tempo na minha vida, de ser Padre, sacerdote da Igreja Católica. Isso foi o que me trouxe para a cidade de Taubaté, eu sou do sul, Paraná e vim pra a cidade para estudar, enfim, fazer a última etapa da minha formação que foi a Teologia na faculdade Dehoniana, conhecida em Taubaté por Conventinho. Porém no final do 3º ano de Teologia, fiquei em dúvida e passei a dar novos ares, outras perspectivas para minha vida, onde consultei minha consciência e fiz essa mudança. Porém, sendo bem realista, é aos 28 anos de idade, existia essa perspectiva, já não estava dentro do mercado de trabalho e existia a possibilidade de entrar no magistério, isso por conta da minha formação seminarística tinha o curso de Filosofia. Além de já ter trabalhado no magistério de uma maneira mais informal, dando aulas de espanhol, isso porque, em uma das etapas da minha formação eu fiz na Argentina, Uruguai, eu lecionei espanhol dentro da congregação. O magistério nunca foi algo difícil e algo que eu descartasse, mas apareceu como consequência, pois eu estava em dúvida se iria continuar na congregação, mais que uma saída eu precisava de um tempo, mas, precisava trabalhar para me manter e poder fazer essa experiência. E vislumbrou a oportunidade do magistério, no primeiro momento foi com a filosofia, tive a qualidade e a sorte de conseguir primeiramente lecionar em três escolas particulares, no colégio Padre Anchieta, que infelizmente esse ano encerrou suas atividades, no colégio Anglo de Pinda por intermédio do Sr. Cesar que já conhecia de outro momento e no colégio Tableau. Entrei nesses colégios, obviamente por entrevistas e comecei a trabalhar com a disciplina de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio. Paralelamente comecei a eventuar no Estado, onde fiz o concurso e passei e onde comecei a lecionar na área pública, no Estado. Com isso, fui deixando ao pouco o colégio particular. Até que surgiu uma oportunidade de lecionar Ensino Religioso com concurso que aconteceu a 6 anos atrás na Prefeitura de Taubaté, onde era necessário ter a graduação em Filosofia, ainda que fosse para lecionar Ensino Religioso, o edital dizia que era necessário ser graduado em Filosofia. Nesse momento eu já estava há 5 anos no magistério e tendo essa perspectiva

de ser concursado, pois sabemos que a rede pública nos dá uma estabilidade e já tendo do Estado, fiz o concurso e passei. Nesse momento foi difícil conciliar o Estado, a rede municipal e a rede privada, acabei deixando o colégio Anchieta, Tableau e o Anglo. E fiquei lecionando a disciplina de Filosofia e Sociologia no Estado e na Prefeitura a disciplina de Ensino Religioso. Eu posso dizer que foi uma busca de ter uma certa estabilidade, uma vez que aquilo que eu já tinha na minha formação me possibilitava e sem contar que Ensino Religioso me pareceu também um bom ambiente, um lugar privilegiado onde eu poderia lecionar, ensinar, passar um pouquinho daquilo sei e conheço. Tive algumas cadeiras que fiz na Faculdade de Filosofia em Brusque, Santa Catarina algumas áreas em Ensino Religioso (Fenômeno Religioso, Teodiceia, Psicologia da Religião), que me ajudam se sombra de dúvida a lecionar a disciplina de Ensino Religioso. Bem com relação a minha trajetória, entrei no Seminário com 14 anos de idade, sou de uma cidadezinha de 5 mil habitantes, no interior do Paraná, lá o Padre muito presente na comunidade e vi nele uma pessoa que eu queria servir e isso foi o que me chamou. Enfim, depois vieram outras questões e quando jovem decidir sair do Seminário e um tempo fora, conheci o que é hoje a minha esposa, casei, sou pai, tenho uma filha de 3,5 anos e sou feliz em lecionar, trabalhar com a Filosofia. Mas ressalto que pelo fato do magistério ter sido uma consequência não diminui em nada a minha realização hoje como professor de Ensino Religioso e busco frente a toda a desvalorização que ela já sofre, pelo tecnicismo da educação, enfim, uma carga horária que já mostra tudo isso, 1 aulinha, o fato de não ter avaliação descaracteriza, se perde um pouco de valor diante dos alunos. Não tinha como ideal para eu ser professor, mas hoje sou bastante feliz em trabalhar com Ensino Religioso.

2. Conte sua trajetória religiosa (Qual a religião dos seus pais, você passou por conversões religiosas, é praticante de alguma religião é líder religioso ou exerce alguma função)?

R. Bem a minha família é bem religiosa, a minha mãe é mineira e quando eu ressalvo a questão de mineira, por que sabemos por uma questão cultural, o mineiro é devoto. Minha mãe foi para a Paraná muito nova e lá conheceu meu pai. Meu pai também de uma família muito religiosa e cidades pequenas temos um fenômeno religioso muito forte. Hoje, pensando, com 38 anos a religião foi algo muito forte na minha família, e até hoje meus pais, meus irmãos continuam religiosos. Diferentemente do tempo que eu estava no Seminário, onde fui religioso, a minha participação hoje está restrita a

participação sacramental, a missa, e que não é uma frequência semanal, por vários fatores. Muito mais por cansaço, por conta da vida pesada que o professor tem no Brasil, hoje tenho uma carga horária de quase 60h entre Estado e Prefeitura. Tirando esse período de sala de aula, temos reuniões, preparar provas, estudar e por conta disso, hoje não sou tão presente na Igreja. Além disso, como já mencionei, tenho uma filha de 3,5 anos e pouco tempo livre que tenho aproveitado para passar com ela e com minha esposa. Eu não renego a religião, mas hoje vivo também em outras esferas, mas sempre que posso, não com uma regularidade como antes, mas com certa frequência eu vou a Igreja Católica, sobre tudo na participação da missa.

3. Relate como você lida com sua confissão de fé com relação às aulas ministradas da disciplina de Ensino Religioso.

R. O mais que parece estranho eu tento hierarquizar isso no meu magistério, no meu trabalho. Embora eu tenha essa confissão de fé eu procuro entender que a laicidade, o respeito a consciência dos meus alunos no que diz respeito a confissão de fé de cada um dos meus alunos é importantíssima, eu busco ao máximo, no que diz respeito a metodologia, palavras, termos utilizados, a escuta, seja de crítica, e até mesmo ao próprio Catolicismo e ao próprio Cristianismo em um todo. Tento buscar ao máximo a cientificidade o trabalho no dia-dia. Eu procuro ao máximo não influenciar e nem demonstrar a minha confissão de fé, pois se não minhas aulas teriam um teor proselitista. E no período que eu estive no Seminário eu tive a oportunidade linda, de ter feito o que chamamos na nossa congregação de experiência pastoral, eu morei e trabalhei 2 anos no Moçambique na África. O trabalho lá foi muito além da questão religiosa, dado todo o problema social que a África enfrenta em particular o Moçambique. E lá até como missionário, diferente desse que desenvolvo em sala de aula, outro contexto, tinha a visão do ser humano. E da mesma forma, claro em outro contexto, aquele meu aluninho que está na escola graças a Deus a minha vida e toda cultura que tive dentro do seminário do curso de Filosofia e Teologia, me ensinou que o ser humano em primeiro lugar, independente de ele ter uma religião ou não, o que vou trabalhar é o fenômeno religioso, como esse processo historicamente se deu nos povos. Eu procuro ao máximo ficar isento de manifestação, de críticas e escutar, enfim, procuro ao máximo ser o professor de Ensino Religioso e não o Católico protagonizando um certo proselitismo. Isso porque também, o Estado é laico e eu sou um funcionário público. E na escola, ser Católico é um dos aspectos da minha vida, e como ser

Atleticano, como ser paranaense, como ser pai, neto e enfim. Não tenho que trazer para dentro de sala de aula minha fé, eu procuro ao máximo, o quanto eu consigo, isso é uma questão muito subjetiva.

4. Exponha como você apresenta os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso em sala de aula e como trabalha os conteúdos proposto pelas ementas?

R. Eu procuro trabalhar de uma maneira assim, o mais lúdico possível. Eu uso filmes, trabalho com conhecimento prévio que eles já sabem questionamentos, até mesmo uma coisa meio maiêutica, Socrática, da dialética, o que os alunos já sabem antes de trazer todo o conhecimento que faz parte de todo o processo de aprendizagem. Então eu trago filmes, perguntas, conversa com eles, e enfim na medida do possível, resguardá-los principalmente pela idade desses alunos. Pois estamos falando de crianças de 10 a 14 anos de polemicas pelo menos nesse momento. Como eu também ensino no Ensino Médio, mas isso é outra questão, ai é Filosofia especificamente e acho que nesse período eles terão mais maturidade, parte psicológica e evitar os máximos assuntos ligados a doutrinas, pois isso cabe ao seu pastor, padre, ao seu orientador religioso trabalhar e cuidar.

5. Como a disciplina de Ensino Religioso contribui como subsidio para a formação do aluno (indivíduo) e para promoção da tolerância religiosa e cultural em nosso país?

R. Olha, eu vejo que ela tem um papel importante, uma pena que o espaço que temos para esse trabalho é muito pequeno. Se pensarmos uma grade horária que tem 5 aulas por dia no período de 5 dia, nós estamos falando de 25 aulas, estamos falando de uma aula de 50 minutinhos que esse aluno vai ter essa experiência e outras 24 aulas de outra disciplina. Não quero que pareça que sou o coitadinho, a vítima, nada disso, mas é muito pequeno. É pequeno o período de aula, mas eu me esforço no sentido de trazer muito trabalho. Exemplo, no dia da consciência negra, falar da figura de quem foi Zumbi, no dia 20 de novembro que trabalhamos. E, com isso, aproveitar e puxar para outras coisas como respeito e utilizar a religião como ponto de partida, mas para outras chegadas. Trabalhar a questão ética, moral, valorização do outro, respeito, a questão de gênero, a questão da sexualidade, enfim. Porque a religião é algo que sacramenta o ser humano, pois pela religião o ser humano é sagrado. E nos profanamos o ser humano, quando

ofendemos, xingamos, o ser humano é sagrado embora a religião tem seu papel importantíssimo e discutível, mas assim né. A lei, o sábado foi feito para o ser humano e não o contrário, quer dizer, o ser humano continua nesse espaço de importância, daí é possível trabalhar, sacralizar o ser humano, que é o fim de todas as religiões. Se pensarmos qualquer visão, a visão mais comum da nossa América Latina, Brasil, do cristianismo, Jesus Cristo veio para salvar o ser humano. Então o homem é foco mais importante.

6. Na sua concepção o que é o ser humano (como você vê o homem, em sua formação de corpo, alma e espiritual)?

R. Olha para mim o ser humano é tudo de bom, eu sou apaixonado pelo ser humano, é o fim de tudo. Ele é responsável por tudo de bom e ruim. Poderíamos pegar o Mandela e o Hitler e dizer, o ser humano é isso. Eu prefiro exalta-lo, eu tenho uma visão positiva do ser humano, eu acho que ele dá sentido e significado a tudo que existe, enfim, não sei se estou sendo meio sofista, o ser humano é a medida de todas as coisas. O ser humano é responsável por tudo, porque, se fossemos pegar a visão judaica que nomeia tudo, é ele que comanda, mas esse comandar é cuidar e que está fazendo tão mal ultimamente. O ser humano também é o único que consegue destruir o seu semelhante. Enfim, eu tenho uma visão positiva e para mim sim é matéria, é alma e isso tudo forma o conjunto maravilhoso que somos nós.

7. Relate o papel da disciplina de Ensino Religioso para formação integral do aluno como indivíduo.

R. Eu costumo dizer que quando eles brincam na ideia que, oh professor não tem prova, e não teria que ter mesmo e não tem isso porque, tem como eu fazer uma prova para medir o seu caráter? Para medir sua índole? Eu acho que o papel, sobretudo, hoje e ainda com a perda de algumas disciplinas que eu tive quando era adolescente, por exemplo OSPB, Educação Moral e Cívica, eu acho que salve as proporções e qualquer pessoa inteligente consegue entender isso, salve as proporções, o “Ensino Religioso” ela seria uma Moral e Cívica hoje, seria no meio dessa loucura de 25 aulas tecnicistas, dinheiro, matéria. Vamos dar uma parada e falar do ser humano, o que a gente faz, vamos parar de fazer bullying, eu entendo que o papel do indivíduo é ser esse agente conscientizador, parar um pouco para pensar na sacralidade do outro, por isso eu devo

respeitar, por isso eu entendo que o papel do Ensino Religioso é essencial, não é importante não. Importante é Matemática, Português. Ensino Religioso é essencial, porque esse caráter, amanhã ou depois você pode falar errado (problema), trocar os plurais, ter um probleminha com a Matemática, mas ser um cidadão ético, não roubar, respeitar o outro é essencial para a formação humana. Nós professores de Ensino Religioso, temos um papel privilegiado com relação a isso.

8. Qual o conteúdo programático que você trabalha na disciplina, e como você o definiu?

R. A gente segue as diretrizes, as propostas da Rede e ela acompanha um pouco a idade do aluno. Vamos pensar em um aluno do 6º e 9º ano eles são muito diferentes. Eu acredito que o segmento da educação que tem mais diferença nos seus setores é no Ensino Fundamental. Por que o Médio, se você pegar aluno do 1º e 3º ano é até injustiça quando fazemos um inter-classe, molecadinha do 6º ano apanha para o último ano. Isso porque estamos falando de alunos de 11 a 14 anos é uma fase da vida que as diferenças são muito grandes. Nos primeiros anos (6º e 7º ano), é mais uma visão focada no ser humano, questões éticas, moral, axiologia (estudo de valores), tudo isso é importante. Acredito que 8º e 9º ano, 13 e 14 anos, que eles têm um pouquinho mais de maturidade e condições é que trabalhamos as ementas específicas de Ensino Religioso, a saber: História das Religiões, Animismo Africano, o Judaísmo, Islamismo, o Cristianismo, ou seja, as três grandes religiões monoteístas do mundo, A história, como se deu historicamente todo esse processo, os profetas de cada uma dessas religiões. Então, para os menores, 6º e 7º ano, trabalham mais questões humanas, ligadas a valores. E 8º e 9º ano, e o que estou descrevendo são a própria sugestivos da nossa rede.

9. Como você trabalha esse conteúdo?

R. Ok. Vídeos, documentários, livros Sagrados (8º ano), por mais que seja difícil em nossa cultura, você vai atrás, e trazer o Alcorão, você imaginar um menino de Taubaté, assim, é, nossa sociedade não tem muito contato com o Islamismo. O que você tem no Brasil, são ilhas, talvez a comunidade Islâmica de São Paulo, a cidade de Foz de Iguaçu com Paraná que abre uma exceção. Taubaté, você tem lá uma Mesquita perto da Rodoviária, mas passa todo mundo de longe, o que é isso. Então trazer o Alcorão, para o menino tocar, ver, explicar, olha, como foi o contexto histórico, teve um profeta que Alá ditou até formar esse livro (Alcorão). A Bíblia, que já é mais conhecida, o que é Bíblia,

tem todo um contexto, primeiro foi um livro judaico, a Torá Judaica. Então eu apresento, trazendo na medida do possível, documentários, vídeos, instrumentos ou elementos que são trazidos não com o intuito de se fazer um proselitismo ou uma propaganda de qualquer religião, são elementos, olha, dentro do Cristianismo Católico, você tem toda uma liturgia e paramentos. Dentro do Cristianismo Pentecostal você tem anuências, espaços físicos, tem releituras. Então explicando isso oralmente, trazendo na medida do possível aspectos disso que mencionei filmes e materiais produzidos em nível de Brasil na nossa área. Infelizmente que ainda são poucos se comparados então as outras disciplinas é uma poeirinha nesse cosmo, mas é isso, trazendo na medida do possível, coisas concretas para os alunos.

**APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS –
ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA**

**PARTE I – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS GERAIS DE
IDENTIFICAÇÃO:**

1. CÓDIGO: DELTA

2. GÊNERO: Masculino.

3. IDADE: 45 anos.

4. ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) (X) CASADO(A) () SEPARADO(A) /
DIVORCIADO(A) () VIÚVO(A) () VIVO COM COMPANHEIRA () VIVO COM
COMPANHEIRO.

5. RELIGIÃO? Católico. É PRATICANTE? SIM (X). NÃO ().

6. ÁREA DE FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO): Filosofia / Teologia.

**7. POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO: (X) SIM () NÃO. EM CASO AFIRMATIVO
RESPONDER: (X) ESPECIALIZAÇÃO / MBA () MESTRADO () DOUTORADO.
PÓS- DOUTORADO (). Psicopedagogo / Ensino Religioso.**

8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESSA ESCOLA: 7 anos.

**9. HÁ QUANTO TEMPO LECIONA A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO: 18
anos.**

PARTE II ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

**1. Relate como foi sua trajetória profissional, desafios até chegar à docência
(desafios familiares, financeiros e sociais, escolares, teve ensino religioso na sua
formação).**

*R. Primeiramente eu nasci em uma família muito simples, pobre e tive que começar a
trabalhar bem cedo e parei de estudar para ajudar a sustentar a família. A minha vida*

começou a mudar quando eu entrei no Seminário, consegui fazer o Ensino Fundamental, Médio e depois ingressei na Filosofia dentro do próprio Seminário. Esses estudos deu uma perspectiva nova de vida e aí vim até a cidade de Taubaté fazer a Teologia, 4 anos, isso tudo dentro do Seminário. Mas quando chegou no 4º ano, eu já estava meio questionando a questão do Seminário, a vocação. E antes de terminar o 4º ano eu decidi sair do Seminário. E assim que saí, eu já conhecia a vice-prefeita da cidade de Taubaté, e então ela me convidou para lecionar a disciplina de Ensino Religioso, isso no ano 2000. Porém, uma das exigências da vice-prefeita era que eu fizesse uma pós-graduação em Ensino Religioso. Com isso foi fazer pós-graduação na Faculdade Dehoniana para conhecer um pouco mais sobre a disciplina de Ensino Religioso. E dentro desse estudo, vi que não pode falar de uma religião específica e caminhei mais nas aulas nos valores que as religiões possuem, e assim, não daria problema com religião nenhuma. Tanto que estou há 18 anos lecionando e nunca tive nenhum problema com os pais dos alunos, isso porque trabalho os valores, justiça, paz, família e etc. Com relação a material didático, não temos, pois confeccionar livro Religioso é difícil, algumas editoras tentaram, porém, dentro do próprio livro, tem informações mais para uma determinada religião. Sendo assim, eu pego um pouco de cada livro, busco na internet e confecciono o conteúdo.

2. Conte sua trajetória religiosa (Qual a religião dos seus pais, você passou por conversões religiosas, é praticante de alguma religião é líder religioso ou exerce alguma função)?

R. A minha família é bem religiosa, tanto que eu tenho dois parentes, um tio e um sobrinho que são padres. Mais a parte do pai é bem religiosa, tem outros parentes que são ministros de eucaristia, leciona catequese, uma família bem envolvida com a vida religiosa. A minha formação foi bem religiosa, tanto que hoje trabalho na pastoral, sou ministro da eucaristia, a minha esposa também participa da liturgia, ou seja, eu participo ativamente na Igreja. Moramos em um condomínio, e toda semana fazemos um terço com os moradores católicos e com isso sou bem atuante na vida religiosa.

3. Relate como você lida com sua confissão de fé com relação às aulas ministradas da disciplina de Ensino Religioso.

R. Com todo esse tempo de experiência na Prefeitura dando aula de Ensino Religioso eu nunca falei qual era a minha religião, eles perguntavam, eu respondia, que é Católica.

Eu nunca tentei fazer proselitismo para minha religião eu sempre fui neutro, pois a própria lei exige isso. Porém, eu sempre fui uma pessoa de dar testemunho, justiça em sala de aula, saber respeitar o aluno, cobrar o aluno da disciplina, mas saber respeitar muito bem o aluno dentro da sua religião ou mesmo se não confessa nenhuma religião – ateu. Se o aluno confessa ateu, eu não questiono, não acho ruim com ele, porque é opção dele, as vezes não tem consciência ainda da realidade. Muitos falam eu sou ateu, eu não questiono, eu só mostro algumas coisas que as religiões têm em comum e digo que é importante seguir alguma religião pois ela põe uma linha de conduta para todos nós, para orientar nossa vida. E sem nada, você fica meio atoa e é isso que tento mostrar para os alunos.

4. Exponha como você apresenta os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso em sala de aula e como trabalha os conteúdos proposto pelas ementas?

R. A prefeitura tem um curriculum e dentro desse, nós fazemos um planejamento todo ano, dentro do que é proposto por esse curriculum. E com esse curriculum, faço pesquisa na internet tudo que se encaixa dentro da proposta curricular. Eu já tenho todo planejamento de aulas já preparadas. Eu trago algumas reflexões, e essas sempre partem de um texto, uma história ou de um filme ou de uma atividade lúdica. Eu também incentivo os alunos a darem seus posicionamentos, suas respostas que eles fazem normalmente no final da aula daquilo que eles entenderam. Na próxima aula eu trago as respostas dadas pelos alunos e dependendo do que eles responderam eu continuo ou não com o tema proposto para reflexão. E cada bimestre tem o mesmo tema.

5. Como a disciplina de Ensino Religioso contribui como subsidio para a formação do aluno (individuo) e para promoção da tolerância religiosa e cultural em nosso país?

R. Tem um tema que trabalho com o 9º ano que são as principais grandes religiões, e com essa proposta eles estudam e apresentam as principais partes dessas religiões. E eles estudando, refletindo e analisando, percebem que cada religião tem sua característica própria. Dentro das aulas, eu procuro sempre trabalhar o respeito, mesmo que o aluno diga, eu não gosto daquela religião, eu trabalho com ele, mostrando que o diferente para eu começar a gostar eu precisa primeiro conhecer. Então, antes de criticar a religião do outro, eu preciso conhecer, e a partir do momento que conheço, eu

vou parar de criticar. Sendo assim, eu trabalho dessa maneira para tentar gerar tolerância e respeito. É importante trabalhar dessa forma, pois o ser humano também tem sua parte espiritual, quando falamos de uma determinada religião, no contexto se trabalha o ser humano como um indivíduo religioso. Todo ser humano é religioso. Há religiosidade você trabalha no dia-a dia. Então é importante, tanto que as vezes encontramos ex-alunos na rua e eles falam como foi bom, como me ajudou a ser uma pessoa melhor. O Ensino Religioso, tem uma proposta da pessoa se conhecer, ser uma pessoa melhor consigo mesma e melhor com as outras pessoas e com o meio ambiente, o social. E se pegarmos 40% ou 50% dos alunos, eles conseguem colocar em prática as aulas propostas, principalmente aqueles alunos que tem pais envolvidos também com a religiosidade. E quando eu encontro ex-alunos, fico contente, pois vejo que eles se tornaram pessoas melhores.

6. Na sua concepção o que é o ser humano (como você vê o homem, em sua formação de corpo, alma e espiritual)?

R. Toda pessoa é um composto de três partes, ele tem o psicológico, tem o físico e o espiritual, que podemos chamar de religioso. Eu estava estudando um livro, que o autor dizia, que dentro do nosso cérebro, tem um ponto chamado espiritual, e esse ponto é preenchido por Deus. Quando o ser humano consegue conciliares os três, o físico, o psicológico e o espiritual/religioso ele se torna uma pessoa melhor. E se fica só no físico, não consegue se relacionar com os outros. E se consegue alinhar os três, mas se deixa o espiritual de fora, fica um vazio. Então os três têm que estar em equilíbrio e assim nós seremos uma pessoa melhor.

7. Relate o papel da disciplina de Ensino Religioso para formação integral do aluno como indivíduo.

R. É bem simples, ela ajuda o aluno a ser melhor consigo, com o outro e com o meio ambiente. E se ele consegue refletir que ele tem que respeitar o colega na sala de aula e não é obrigado a gostar da pessoa, mas sim obrigado a respeitar. Se o Ensino Religioso consegue levar o aluno a refletir que mesmo convivendo com o outro e não tendo a empatia mas ajuda a respeitar, isso já é um grande avanço para a formação desse aluno. Porque se eles aprendem a respeitar dentro de sala de aula, ele aprende a respeitar lá fora. E partindo até da minha parte, eu respeito os alunos para dar o exemplo e como

eles têm que fazer com os colegas. E quando tem algum conflito, sento com os alunos, com a direção e mostrando que eles têm que respeitar a opção do outro, e às vezes tem até uma punição para ele aprender que ele é obrigado a respeitar o outro. Mostrar, que eu não sou obrigado a gostar, mas sim a respeitar, e isso que tento passar nas aulas ministradas de Ensino Religioso.

8. Qual o conteúdo programático que você trabalha na disciplina, e como você o definiu?

R. Seguindo o próprio curriculum já propõe. O 6º e o 7º ano trabalham mais com o “eu”. Conhecimento sobre “eu” com outros e o meu “eu” com o ambiente. No 8º ano você trabalha mais o “eu” mas no que diz respeito a motivação, então se trabalha com filmes, eu monto um gibi com eles sobre auto motivação. Trabalho o autoconhecimento de si, do outro e meio ambiente para ele ter uma motivação melhor. Pois se você se conhece melhor, a pessoa vive melhor, precisa conhecer seus defeitos e qualidades, pois os adolescentes tem a tendência de ver somente os defeitos, não vê as qualidades e nossa reflexão é fazer com esse aluno perceba que ele tem qualidades. No 9º ano, você trabalha mais a questão do ser humano dentro das religiões, as propostas religiosas e o próprio sentido da vida que ele tem que dar, e conforme o ano vai passando, o aluno vai adquirindo mais maturidade e consigo fazer reflexões mais aprofundadas.

9. Como você trabalha esse conteúdo?

R. O trabalho é feito com os temas proposto pelo curriculum. Normalmente eu leio uma história e dessa eu faço uma reflexão com os alunos. E dessas reflexões eles desenvolvem atividades. No 8º ano eu gosto de fazer o gibi sobre o tema motivação. E 6º e o 7º ano trabalho mais com histórias, perguntas, posicionamentos. Busco passar filmes, algumas brincadeiras, dinâmicas e uso isso para fazer o aluno consiga refletir em suas ideias. Se eu ficar só falando, não fica muita coisa, mas se jogar para eles fazerem, estudarem, refletirem eles conseguem ter a consciência melhor do que tem que fazer.

**APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS –
ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA**

**PARTE I – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS GERAIS DE
IDENTIFICAÇÃO:**

1. CÓDIGO: GAMA

2. GÊNERO: Masculino.

3. IDADE: 38 anos.

**4. ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) (X) CASADO(A) () SEPARADO(A) /
DIVORCIADO(A) () VIÚVO(A) () VIVO COM COMPANHEIRA () VIVO COM
COMPANHEIRO.**

5. RELIGIÃO? Católico. É PRATICANTE? SIM (X). NÃO ().

6. ÁREA DE FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO): Filosofia / História.

**7. POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO: (X) SIM () NÃO. EM CASO AFIRMATIVO
RESPONDER: () ESPECIALIZAÇÃO / MBA (X) MESTRADO () DOUTORADO.
PÓS- DOUTORADO (). Mestrado em filosofia.**

8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESSA ESCOLA: 11 anos.

**9. HÁ QUANTO TEMPO LECIONA A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO: 15
anos.**

PARTE II - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

**1. Relate como foi sua trajetória profissional, desafios até chegar à docência
(desafios familiares, financeiros e sociais, escolares, teve ensino religioso na sua
formação).**

R. É eu sempre estudei em escola pública, o básico, depois fiz o ensino técnico em escola particular e não tinha a disciplina de Filosofia e de Ensino Religioso. Eu só tive contato

com essas disciplinas quando decidi entrar no Seminário (religioso) para ser sacerdote. Porém, não fiz os votos e sai do Seminário, mas tive contato com a Filosofia e Teologia e dei sequência aos estudos. Após esse período fiz o concurso para a Prefeitura Municipal de Taubaté e comecei a lecionar Ensino Religioso e em seguida também passei no concurso do Estado onde assumi o cargo de docente em Filosofia. A trajetória não foi fácil, pois sou o primeiro de toda a história da minha família a concluir o Ensino Superior.

2. Conte sua trajetória religiosa (Qual a religião dos seus pais, você passou por conversões religiosas, é praticante de alguma religião é líder religioso ou exerce alguma função)?

R. Os meus familiares têm a profissão fé Católica e eu sempre de certa forma fui e sou praticante. Após a minha saída do Seminário, eu continuei a frequentar a Igreja, exerci liderança religiosa, como no ministério de música, algumas pastorais sociais. Atualmente eu não estou exercendo nenhuma liderança na Igreja, mas procuro frequentar. Passei por algumas dificuldades com relação à fé durante os estudos, principalmente quando estudei, questionei, deixei um pouco de acreditar. Porém, foi através destes estudos que me ajudaram a voltar com mais a fínco e ter uma fé talvez mais solida e mais consistente.

3. Relate como você lida com sua confissão de fé com relação às aulas ministradas da disciplina de Ensino Religioso.

R. Entendo que não há muita dificuldade, pois, como na maioria dos nossos alunos e população brasileira é cristã, sendo assim, não tem muita dificuldade com relação a isso. No entanto, eu já tive alunos com cultura diferente, Mulçumanos, Hindus, Judeus, e ai se tornam um pouco mais complexo, pois o Ensino Religioso é baseado mais na cultura da população, uma influência cultural. Com esses casos poderia ter certa dificuldade, mas soube lidar com as diferenças e as aulas fluíram bem. Eu trabalho as religiões, porém, focando mais nos conceitos, com isso, não tive dificuldades.

4. Exponha como você apresenta os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso em sala de aula e como trabalha os conteúdos proposto pelas ementas?

R. Em Taubaté foi feito em acordo com os professores um curriculum, baseado nos

Paramentos Curriculares da União, mas elaborado de acordo com a realidade da nossa região de Taubaté. A forma de trabalharmos em sala de aula, não têm livros, apostilas dessa disciplina, então nos baseamos nesse currículo, mas cada professor prepara a sua aula, isso de acordo com os recursos, com a realidade da escola que trabalha.

5. Como a disciplina de Ensino Religioso contribui como subsidio para a formação do aluno (indivíduo) e para promoção da tolerância religiosa e cultural em nosso país?

R. A disciplina de Ensino Religioso, de certa forma ela contribui para a promoção social, para a diversidade religiosa, tolerância, pelo momento que ela proporciona, momento de diálogo, onde você houve o aluno, permitir que ele exponha suas dúvidas, questionamentos e que deveria acontecer também em outras disciplinas, mas não ocorre, pois estão muito focados no currículo, aquela resposta que já é esperada, que ele saiba para a prova ou que vai cair no vestibular então, não é algo aberto. E o momento da disciplina de Ensino Religioso ela permite essa abertura ao diálogo, onde você se depara com coisas absurdas ou mesmo com o sincretismo religioso até bizarro as vezes, percebemos a fragilidade do conhecimento dentro das crianças, com isso temos que tentar entrar com a solução da dúvida, mas, o que eu acho principal, é o momento que conseguimos fazer uma abertura, trabalhar para tentar solucionar um problema e as vezes envolver até outras disciplinas. Enfim, para mim o interessante da disciplina de Ensino Religioso é o momento que ela proporciona para nós professores dialogarmos e ajudar os alunos com suas dúvidas e leva-los a uma reflexão sobre a vida e valores éticos.

6. Na sua concepção o que é o ser humano (como você vê o homem, em sua formação de corpo, alma e espiritual)?

R. É, minha visão religiosa, misturada com minha concepção filosófica consigo enxergar o ser humano em uma totalidade, talvez uma dualidade, dividido em corpo e alma, mas eu não saiba explicar como isso acontece por quanto do meu conhecimento científico. Eu não consigo explicar o que seja essa alma, porém acredito que o ser humano é um ser espiritual, feito para imortalidade, provavelmente uma origem divina, mas pela diferença de qualquer outro ser existente, a evolução permitiu que o ser humano se destacasse,

diferenciasse totalmente como um microcósmico dos outros seres, o ser humano é uma natureza diferente de todas as outras naturezas que evoluíram.

7. Relate o papel da disciplina de Ensino Religioso para formação integral do aluno como indivíduo.

R. Todas as disciplinas devem fazer essa conexão, da formação integral do aluno, eu vejo que há falhas na disciplina de Ensino Religioso, assim como há nas outras disciplinas nesse papel de formação integral dos nossos alunos. Essa dicotomia, essa divisão, essa separação de conteúdo, de currículos, acaba atrapalhando e confundindo o aluno. Acredito que o Ensino Religioso já faz essa ponte, pois tudo que vamos trabalhar fazemos a ponte com as demais disciplinas, precisa do conhecimento de História, Português, das Artes, da Geografia, pois ao falarmos sobre determinada religião, você faz o aspecto geográfico, então, o Ensino Religioso parece que ele encabeça esse projeto que deva ser uma interdisciplinaridade que realmente exista.

8. Qual o conteúdo programático que você trabalha na disciplina, e como você o definiu?

R. O currículo é definido primeiramente pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e depois elaborado pela Secretária de Educação de Taubaté em conjunto com um grupo de professores (comissão) que queriam elaborar o currículo e a partir daí ele é disponibilizado para todos os professores da disciplina de Ensino Religioso da rede. No entanto, existe uma abertura para que o professor acrescente, retire e adequa a realidade da comunidade.

9. Como você trabalha esse conteúdo?

R. Primeiro temos que trabalhar com que temos, a escola pública tem falta de recursos e isso nos faz pensar em trabalhar de outras formas. Toda escola tem giz, lousa, algumas outras escolas têm recurso midiáticos, datashow, som, tem um espaço fora da escola. Algumas escolas têm recurso financeiro para você fazer uma visita ao museu, a uma feira que tem a ver com o assunto. Basicamente, trabalhamos com a realidade.

**APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS –
ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA**

**PARTE I – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS GERAIS DE
IDENTIFICAÇÃO:**

1. CÓDIGO: ALFA

2. GÊNERO: Feminino.

3. IDADE: 43 anos.

4. ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) () CASADO(A) () SEPARADO(A) /
DIVORCIADO(A) () VIÚVO(A) () VIVO COM COMPANHEIRA (X) VIVO COM
COMPANHEIRO.

5. RELIGIÃO? Católica. É PRATICANTE? SIM (X). NÃO ().

6. ÁREA DE FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO): FILOSOFIA / PEDAGOGIA.

**7. POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO: (X) SIM () NÃO. EM CASO AFIRMATIVO
RESPONDER: () ESPECIALIZAÇÃO / MBA () MESTRADO () DOUTORADO.
PÓS- DOUTORADO (). Ensino Religioso.**

8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESSA ESCOLA: 9 anos.

**9. HÁ QUANTO TEMPO LECIONA A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO: 15
anos.**

PARTE II ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

**1. Relate como foi sua trajetória profissional, desafios até chegar à docência
(desafios familiares, financeiros e sociais, escolares, teve ensino religioso na sua
formação).**

R. Vou tentar resumir essa caminhada que foi tão longo. A minha primeira formação

acadêmica foi em Filosofia, e essa escolha foi em virtude da minha caminhada religiosa, pois eu venho de uma família Católica, cresci participando em pastorais e sempre convive muito ao Seminário Diocesano e lá eu soube que havia para abertura do curso de Filosofia para leigos e como eu sempre gostei muito de pesquisar e os assuntos que lá víamos, os assuntos propostos pela academia me chamaram muito atenção e que também o curso naquele momento era mais acessível financeiramente. Eu tinha outros desejos no coração, mas o curso de Filosofia foi o primeiro degrau, e lá eu fiquei e me apaixonei, e no curso tinha uma disciplina de Cultura Religiosa, e pelo fato de ser um Seminário Diocesano, era marcado por questões cristãs, confesso, que depois de formada e vendo os autores e refazendo outras leituras ao longo da vida e da caminhada.

2. Conte sua trajetória religiosa (Qual a religião dos seus pais, você passou por conversões religiosas, é praticante de alguma religião é líder religioso ou exerce alguma função)?

R. Então, eu sou de uma família de berço Católico e cresci nessa fonte, fui e sou muito feliz e muito grata por tudo que me foi oportunizado nessa caminhada. Depois da Filosofia, teve o encantamento filosófico e depois da formação veio o processo de decantação, milhares de ideias, buscas, questionamentos, inquietações e tive uma pausa, eu participava pastoral vocacional, litúrgica, tocava em missas, enfim, eu comecei a questionar algumas coisas, questões existenciais e isso me fez pausar, foi diminuindo a minha frequência, eu ainda tenho vínculos, como disse, minha família é toda Católica, meu pai foi ministro de Eucaristia e o vínculo com a música nessa comunidade onde faço parte é forte, temos um grupo de Folia de Reis, onde faço parte e sou uma das fundadoras. Porém, com a maternidade eu me afastei, porém eles dizem que eu tenho uma vaga cativa. Nessa caminhada eu tive algumas buscas, algumas inquietudes, algumas situações de saúde, não consigo. Uma vez eu me envolvi em um acidente e a pessoa ficou muito debilitada, internada e fiquei muito chateada com a situação e um professor amigo meu disse: Olha, você está muito tenso, o que tem que ser é, não cai uma folha da árvore se não for designo de Deus e enfim, ele me convidou para ir em sua igreja e a gente faz uma oração, é bom para acalmar o coração. Eu estava totalmente desorientada, do tipo do peso da culpa, foi uma desatenção minha, embora veio comprovando a imprudência da outra pessoa, enfim, tinha um contexto ali de saúde. Nessa situação que eu estava em virtude desse acidente eu aceitei o convite e fui nesse espaço com o professor. Porém, eu só não sabia que era um Centro de Umbanda, e

chegando lá, eu confesso que meu preconceito religioso, e comento isso hoje com os meus alunos e nessa experiência eu aprendi a ter reverência religiosa com essa minha experiência. Inclusive até para meu marido, que é filho de Padre, foi dispensado pelo Papa, enfim, o Catolicismo é muito forte na minha família. Conversando com meu marido para repensarmos sobre brincadeiras que de certa maneira ofende outras religiões, pois depois dessa experiência eu aprendi a ter reverência. Há um mistério que vai no Sagrado Religioso que vai no coração de cada um, isso me emociona.....Lá no Centro, tem todo um ritual, tem muito instrumento de percussão, incenso muito forte e fiquei pensando, onde eu estou? O que eu estou fazendo aqui, mas é uma questão de confiança, se você confia na pessoa na idoneidade é uma oportunidade de conhecer o oco, que já havia pesquisado algumas vezes, então relaxei e aclamei o coração. Lá tem um processo que você vai conversar com a “entidade” ali incorporada e fui, porém, muito incrédula. A entidade começa a falar algumas questões de foro íntimo, no impacto do acidente que tive, eu estava em uma moto e segurei tão forte, que no centro cardíaco, constatou que ficou um hematoma do tamanho de uma mão, um sangue pilhado preto e eu tinha dificuldade para respirar, mas a minha preocupação era tão grande com a recuperação da outra pessoa. E a pessoa que me atendeu no Centro, disse: Fia (na linguagem do caboclo), “vós um sê está muito preocupada com a outra pessoa, mas não é hora dela não”, “vós um sê só foi escolhida para essa missão”. Deus não nos dá um fardo maior que podemos suportar, eu pensei nossa Senhora, dessa vez você caprichou. A entidade disse, você está muito machucada, eu posso cuidar de vós um sê, eu fiquei muito perplexa, e nesse momento a pessoa fez uma defumação (depois meu amigo me explicou), ela trouxe um charuto e com todo respeito puxou minha blusa e ali ele expirou aquela fumaça, não sei se é psicológico ou não, eu sei dizer que essa palavra pequenininha chamada fé, é poderosa, eu sei que em três dias aquilo que já ia para mais de uma semana, no dia seguinte estava um roxo, e no terceiro dia não tinha mais nada. Então, para mim, isso foi uma experiência, um marco de quebra de paradigmas, preconceitos, da percepção da religiosidade, da espiritualidade e eu já tinha minhas quebras, meus questionamentos e alguns amigos de diferentes de tradições religiosas. Eu tenho uma amiga que fala: Eu sou autista religiosa. Muitos amigos Evangélicos, budistas, espíritas. Para ter ideia do meu preconceito, eu tive um namorado, uma pessoa muito boa, mas quando ele me contou que era espírita, aquilo me deu um arrepio, tive um conflito interno muito grande, como vou educar meu filho. Eu recuei, abri mão dessa relação que era muito bonita, dessa pessoa muito especial, que me fez enxergar essas

questões de preconceito. Porque, a gente se acha tão legalzinho, o outro que é... De repente você se confrontar e reconhecer, se dispor a se aprimorar, a se expandir a consciência é sempre um desafio. Como eu disse, eu ainda sou Católica, minhas raízes, mas depois disso, me permiti inclusive, conhecer outras religiões de algumas amigas em diferentes momentos, isso me proporcionou a crescer mais espiritualmente. Outra experiência estava na cidade de Pinda, uma amiga psicóloga, um círculo de amigas e depois fui convidada para um “trabalho” uma conhecida ia fazer um momento, trabalho Hindu. Eu fiquei por curiosidade e acabei me permitindo tomar alíoska, não tive nenhuma percepção sensorial, só me deu vomito e diarreia que eles chamam de limpeza. Eu entendi como algo positivo, você fez uma dieta, reduziu medidas, enfim, e conversando depois, compartilhando essa vivência com uma amiga que é terapeuta em constelação familiar ela compartilhou que por questões, inconsciente mesmo e por honrar as tradições da família a gente bloqueia o consciente. Nesse primeiro momento foi casual, porém voltei novamente em Pinda e fiz no espaço Xamanico, chamado Centro Trabalhador da Luz e fiz essa vivência outra vez, e teve o processo de limpeza, você toma uma bebida marrom escura um cheiro muito forte, amargo e depois disso, sempre é servido uma fruta, no caso era abacaxi para tirar aquele sabor marcante. E você entra no seu momento de introspecção e depois fica aberto para quem quiser compartilhar ou não. Eu também participei com uma amiga Budista, épocas festivas, como réveillon, natal, eventos para criança, pois eu tenho um filho pequeno, e isso trouxe paz, serenidade. Há divergências, mas eu costumo dizer, isso que chamamos de Deus, esse ser supremo, essa transcendência maior eu creio que é essencial única, e as religiões são diferentes caminhos para estar em harmonia e paz interior. Atualmente eu estou fazendo um curso de pós-graduação pela Seicho-no-Ie, que chama “Siclo de estudo de educação pela vida” e é aberto a todas as pessoas de diferentes religiões ou até quem ainda não se encontrou. É interessante, eles colocam maior reverência a vida que é essa força suprema, se é Deus, Jeová, Alá, Iavé, um ser superior, enfim, a vida é uma das reverências. Isso me chamou atenção porque eu encontrei na Seicho-no-Ie algumas coisas peculiares das minhas buscas, na área da PNL, nas áreas das constelações familiares, abordagens sistêmicas. Eu vi muito pontos em comuns ali, eu sou muito iniciante ainda, em 2018 foi o primeiro ano que permiti conhecer um pouco mais e grosso modo, resumidamente, o que eu percebo ali, que o fundador o professor Masaharu Taniguchi ele fez uma síntese entre a espiritualidade Oriental, uma vertente do xintoísmo e do Budismo com a espiritualidade Ocidental que é o Cristianismo

principalmente. Confesso que isso ressoa muito em mim, não sou praticante, gostaria de ter essa disciplina que eles têm, mas o pouco que eu me permiti conhecer, participar de formações já agregou muito para minha vida. E um fato que é interessante que eu não vi isso, mesmo no meu berço Católico que é o respeito a todas as religiões, eles não pregam o proselitismo, é interessante, porque você encontra pessoas de diferentes religiões e até mesmo pessoas que estão ali para honrar seus antepassados. Então é isso.

3. Relate como você lida com sua confissão de fé com relação às aulas ministradas da disciplina de Ensino Religioso.

R. No início eu era mais intolerante, eu era mais tendenciosa ao Catolicismo era muito difícil, até palavrão em sala de aula eu não tolerava. Porém, com a experiência que já relatei com relação a reverencia religiosa me trouxe mais humildade para acolher o outro em seu processo. Eu não relatei uma coisa muito importante mesmo, eu estou em formação de educação sistêmica que é uma aplicação, postura em sala de aula da proposta da constelação familiar. A constelação familiar é uma elaboração do Padre alemão Bert Hellinge e que fez missões no Mundo a fora, principalmente no continente Africano e perceberam alguns padrões que se repetiam e dali ele tirou as três leis do amor, que é o pertencimento, a ordem e o equilíbrio, ele trabalha com a neurociência, parece algo místico, mas não, hoje a própria ciência comprova as vibrações que o coração imiti, ondas celebrais, e com a nossa ignorância desconhece. E a física quântica, a neurociência comprovando, o que já é sabido na medicina chinesa. Eu ainda estou iniciando, fazendo curso, estou saindo da minha zona de conforto, e hoje estou aprendendo a respeitar o aluno, a sua singularidade e nem trabalhando com a força que ele tem. Uma das frases que eu tenho em casa é: “Está tudo certo, está tudo bem”. Isto é, esse pai, essa mãe, são os pais certos para esses alunos e para todos nós. Há, mais o pai está preso, a mãe abandonou, sabe aquele julgamento de valor. São os pais certos porque deram a vida, então, eu estou no processo contínuo todos nós, dá expansão, da consciência que este grande mistério e milagre que é o dom da vida. Hoje eu tenho exercitado muito isso, buscar, de exercitar, eu sei que este ano especificamente eu tive muitas escolas de alunos da Umbanda, do Candomblé, eu respeito, tento tratar com naturalidade, antes eu me escandalizava, hoje eu estou buscando equalizar isso, equilibrar, ter mais leveza e acolhimento, mesmo porque a gente está nesse processo, nós não somos, nós estamos, acho que é isso.

4. Exponha como você apresenta os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso em sala de aula e como trabalha os conteúdos proposto pelas ementas?

R. Focando nas estratégias de ensinamentos, inicialmente era muito texto, isso lá nos primórdios. Lembro-me, a primeira vez que entrei em sala de aula para lecionar Ensino Religioso, isso no ano 2000, assim que foi implantada essa disciplina em Taubaté, eu participava muito ativamente na Igreja e dizia para o Padre, aqueles meninos são virados no avesso, falam palavrão. O Padre dizia você tem um dom que é a música, leve música para esses alunos. E assim eu fiz, comecei com um sonho no coração e com o desejo de contribuir e também de expandir nos estudos, pois esse era o subsídio para avançar. Comecei levando Milton Nascimento, Gonzaguinha, e alguns permanecem até hoje. E realmente eu percebi que surtiu efeito. Depois das minhas formações e uma delas foi em Arte Terapia, percebi como é importante agente re-significar aquilo que estamos fazendo. Objetivamente, as minhas aulas hoje, são menos parte teórica e mais interação, seja roda de conversa, dinâmica em grupos, vivências com materiais de argilas, pinturas, origamis. Eu descobri, aprendi nos origamis as propriedades terapêuticas dele, além da Matemática, concentração, memória, você tem também a questão do alinhamento, da quietude interior para calar um pouco essa voz mental, que o Augusto Cury fala sobre o pensamento acelerado e você tem que focar. Alguns teóricos falam sobre isso, eu tenho um termo da “presentificação”, você está presente ali, de corpo e cabeça, às vezes estamos em determinado lugar, apenas em corpo, a mente está no passado em alguns emaranhados não resolvidos, ou no futuro da ansiedade do “se” do “será” enfim, o origami possibilita de acalmar um pouco a mente, o coração, e trabalha muito a autoestima, eu fiz, eu consigo, eu sou capaz. Aí eu entro além da questão da quietude, da paz anterior, que é o foco do Ensino Religioso que é a questão da gratidão, e isso a partir de uma conversa. Aproveito o dia das mães, dos pais, dia internacional da mulher, páscoa (renovação, vida nova), enfim, recentemente tivemos o Natal, falamos um pouquinho do coração e fizemos um marcador de página, e deu tão certo que até a diretora quis ampliar para todos da Escola. Geralmente com o 9º ano a gente faz caixinha de origamis com Tsuru que o símbolo do origami, mas também se tornou o símbolo mundial da paz, que tem o contexto histórico do pós-guerra, eu busco práticas nesse sentido. Tem turma que esse ano eu não consegui passar essa harmonia e tive que focar nas histórias das religiões. Eu me proponho e me disponho a re-significar essa prática, se formos pensar em termos de escola no sentido cartesiano, que também tem

seu valor, sua importância, mas quando a gente se propõe a trabalhar nas questões da religiosidade e da espiritualidade e para o aluno se despertar para ir um pouco mais além é importante esse contato olho no olho, o trabalhar o ouvir, respeitar e ali na prática ouvir não somente o professor, mas também o colega, isso dá trabalho, é mais fácil levar um “textinho” e pronto, mas o meu propósito é mais desafiador para mim, sair da minha zona de conforto.

5. Como a disciplina de Ensino Religioso contribui como subsidio para a formação do aluno (indivíduo) e para promoção da tolerância religiosa e cultural em nosso país?

R. Nas minhas aulas, principalmente no final dos bimestres eu dou uma ênfase maior das tradições religiosas, eu trabalho muito com filmografia, isso rende muito nas aulas, porque você vem com uma proposta, mas depois vem o olhar do aluno e isso agrega tanto. Eu busco re-significar esse ser humano que aqui está, porque o aluno é nosso aluno por um período, passa pela escola, mas ele continua na vida, que contribuição a escola deixou para ele? Então, é importante que toda disciplina tenha contribuição para o aluno. Mas, na disciplina de Ensino Religioso é complexo falar do diálogo inter-religioso, de respeito as diferentes religiões, quando você tem adolescentes digladiando entre si em sala de aula, um palavrão é um joinha entre eles, é uma coisa comum e banal. O índice de agressividade muito grande entre eles, é eu existo, é o chamar a atenção. Hoje pela educação sistêmica, eu estou aprendendo e buscando exercitar que eu vejo você, eu te compreendo (aluno), mas eu sou apenas a professora, e esse exercício postural eu busco trabalhar com os alunos e é uma construção isso, então eu trabalho as questões mais elementares do diálogo, o saber ouvir, respeitar o outro e aceitá-lo do jeito que ele é na história dele. Nessa escola onde trabalho atualmente, teve um caso de um aluno que ele vinha com guias embaixo do uniforme e tinha umas piadinhas por parte dos outros alunos, fulano é macumbeiro, preconceito, que eu entendo perfeitamente porque eu já fui assim, mas também aprendi a ter reverência religiosa, pois já estive nesse lugar, e lá pode ver a fé. Mas sempre que ocorrem os preconceitos, eu procuro fazer uns ganchos, por exemplo: Você sabe o que é macumba? Daí eu explico, falo dos instrumentos, das orações, enfim, eu pergunto: Podemos fazer piada também com a sua crença? É nesse momento que a piada perde a graça e aproveito a oportunidade para gerar tolerância, respeito e explicar a crença do outro. Pois se despertarmos na sala de aula a harmonia, respeito eu acredito que possa contribuir para um plano maior.

Quando a gente trabalha o tema do bullying, que era um assunto que era apenas brincadeira, bobeira de adolescente e quando você começa a ler a pesquisar e ver que tem consequências graves, amplas e profundas você começa a ter um outro olhar. Então a gente traz questões para trabalhar isso, por exemplo, e dar vasão para eles se conscientizarem com relação ao bullying, para a pessoa não achar que isso é natural, normal. O professor Ermogenes, ele fala muito da normose, então é bem isso, não dá para aceitar o que é normal o que não deveria ser. Então você vai trabalhando com questões do dia-a-dia que vai emergindo e você vai elaborando as questões, isso de cada sala de aula.

6. Na sua concepção o que é o ser humano (como você vê o homem, em sua formação de corpo, alma e espiritual)?

R. É sempre um desafio condensar isso, eu vejo que por vezes só consideramos a matéria o visual palpável e hoje em minhas buscas espirituais, uma das definições que mais ressoa em mim, em que o homem é um ser humano, que é “luz emanada de Deus e Deus é a fonte luminosa e o homem é a luz emanada de Deus”. “Assim como não existe luz sem fonte luminosa, não existe fonte luminosa sem luz”; eu vou mais além, fonte iluminosa e fonte iluminosa é um só corpo. “Deus e o homem também são um” (Seichonno-Ie). Eu estou nesse processo de elaboração de expansão, no Cerve (Ciclo de expansão de educação da vida), que é a máxima do ensinamento, isto é: Que eu e você somos filhos de Deus perfeitos, porque a essência de Deus, a luz divina, a centelha divina está dentro de cada um de nós. Então, quando você vai para uma sala de aula você reverencia e respeita e é um processo de reeducação da minha parte também diante da vida, porque até então, a minha postura era o fulano é filho de sicrano, sabe, um pré-julgamento. Na educação sistêmica, nós estamos fazendo o exercício, que consiste em dizer para o outro, que eu o vejo, do jeitinho que ele é, há um lugar de acolhimento no meu coração, e inclusive seu papai e mamãe também tem. Tem uma dinâmica que eu costuma fazer no início das aulas, que parece uma brincadeira, que é a “batata quente”, tem a finalidade de nós conhecermos melhor. Toco uma música no violão, “o que é o que é” do Gonzaguinha, de repente eu paro a música, aí aquela euforia, eles tiram uma perguntinha de dentro do saquinho, tipo: quem sou eu, o que deixa muito feliz, o que me deixa muito triste, pessoas que eu admiro e enfim. São questões elementares, e me chamou atenção em uma das escolas que eu leciono, fica em um bairro chamado Gurilândia e fica bem próximo aos Presídios, ou seja, uma comunidade carente, filhos de

presidiários, tanto masculino como feminino. E quando saiu a pergunta, “o que me deixa feliz? Normalmente os alunos comentam sobre passeio, viagens, coisas assim. Porém, nessa escola especificamente, todos os alunos e todas as turmas falaram comida. E vem normalmente na nossa cabeça, que o povo é muito precário, daí vem o aprendizado de você trabalhar o do mais, da força da pessoa e não do julgamento, do acolhimento, que é um exercício contínuo também, eu vejo que o existir é se aprimorar-se e é isso. É complexo, tem uma música que eu trabalho que é do Lulu Santos, que fala: “Eu não pedi para nascer, eu não nasci para perder e nem vou sobrar de vítima para as circunstâncias”. Não podemos ter esse olhar de coitadinho, não é não ter misericórdia, mas trabalhar na força positiva, então, não sei o que te trouxe até aqui, mas nós estamos aqui. Tem uma frase que eu gosto que diz: “Se tem vida, tem jeito”. Para mim, o ser humano é mais que matéria, um material aparente, mas também é matéria. Uma das analogias da caminhada que eu ouvi e gostei muito, diz assim: “Nós somos seres espirituais que estamos nesse plano físico, terreno como se fosse uma escola, e esse corpo físico é como se fosse um uniforme, e temos algumas lições para aprender, e quando você aprende, passa de nível”. Teve um tema na aula que foi a transcendência, esse mistério da Infinitude da vida. Eu trouxe alguns textos de algumas tradições religiosas, tem inclusive na internet, a série “o sagrado”, e tem vários assuntos, e um deles falava sobre a Infinitude, fazendo a comparação do ser humano com o casulo, que, o casulo não é a borboleta e nem a lagarta, assim também esse corpo não é nossa essência e quando no caso a lagarta não precisa mais desse casulo, ela o deixa para alcançar voo.

7. Relate o papel da disciplina de Ensino Religioso para formação integral do aluno como indivíduo.

R. Interessante, no início como professor de Ensino Religioso, eu tinha a percepção que eu tinha que desperta-los para a fé, aquela coisa bem cristã. Hoje nessa minha caminhada, da minha jornada existencial eu já tenho outro olhar, que a disciplina de Ensino Religioso, de despertar para si, que eu tenho valor, que eu tenho uma importância no mundo, no seio familiar, tem importância para aqueles que eu interajo, mas acima de tudo, despertar para essa realidade que eu creio que é maior que a mera materialidade. Despertar do espiritual, da expansão da consciência, e uma busca nas diferentes religiões o que ressoa mais no seu coração. E quando a gente vai trabalhar o tema religiões, tem um livro que eu gosto muito, que o título é “O livro do adolescente”,

são caricaturas, diversos temas, tem vários questionamentos, típico de adolescentes e vem uma frase bem curta para refletir. E uma dessas frases é sobre religião, onde questiona se a pessoa tem alguma religião ou não, se ela participa, se a mesma religião da família. Isso rende muito com os alunos como forma de reflexão e formação.

8. Qual o conteúdo programático que você trabalha na disciplina, e como você o definiu?

R. Esse ano foi atípico para mim, porque eu não tive a continuidade desde o início, então foi um desafio criar esse vínculo com os alunos e desenvolver todo o conteúdo. Mas geralmente o foco é o quem sou eu, você busca de algo mais concreto, no 6º ano, e aí você fala um pouquinho da família. Eu trabalho muito com eles em primeiro, o que eu estou fazendo neste lugar chamado escola, pois a revolta é muito grande. Tem alguns filmes que trazem elementos, subsídios que podem contribuir para re-significar essa prática. Um deles é aqueles escritores da liberdade, porém é um filme baseado em fatos reais, mas tem muita violência, e no primeiro momento os alunos vibram, mas depois quando começa toda a transformação vai acalmando, acalmando. Eu venho também com alguns vídeos da TV escola, que trabalha alguns temas, como: Revolução Francesa, O Direito Adquirido da Escola de estar aqui. Eu coloco sempre no começo do ano a questão: Estar aqui para mim é? Aqui onde? Na Escola? No Mundo? É importante a percepção de cada um. Muitos falam, eu gosto de vir a escola, por causa da socialização, dos amigos, paqueras, da alta afirmação, mas não gosta de estudar, não gosta de ter aula. Então, até eles se despertarem e entenderem que a escola é uma conquista de direito. Eu falo da história da minha família que meus pais estudaram até o 4º ano por causa de terem que trabalhar na lavoura com meus avôs. Meus pais têm dificuldade para assinar o próprio nome, dificuldade para ler, e lá traz eu tinha vergonha porque os pais das minhas amigas tiveram mais oportunidade, então, foi um processo da minha parte de entender, de acolhimento. E aí eu pergunto: Eu não sei sua história de vida, sua história familiar, talvez na sua família, seus avôs não tiveram oportunidade que você está tendo. Quando se fala de Ensino Religioso, tem alguns eixos principais: Os símbolos, os ritos, as tradições, mas eu tenho que prepara antes de tudo esse terreninho para lançar essa sementinha se não vai dar certo, se perde. Eu parto do princípio da ressignificação de tudo, do estudo, da escola, quem sou eu, de onde vim e para onde eu vou? Um dos temas da identidade, trabalha a questão da autoestima, questão do auto responsabilidade, das escolhas, falo da adolescência. Eu busco fazer

parcerias com outros professores, por exemplo: Trabalho um filme, temos um debate e peço para eles fazerem uma produção textual, falo para a professora de Português, nossa disciplina não tem nota, é facultativo, não é critério para promoção ou não, e eu não vejo sentido, porque você acaba engessando. Eu trabalhei em outro município, uma cidade vizinha, Tremembé, que a disciplina de Ensino Religioso tinha nota, pensa em uma aula por semana, no bimestre 8 aulas, você tem que desenvolver o conteúdo, visar cadernos, aplicar provas, não fluía. Por isso hoje eu faço parcerias para incentivar os alunos, e alguns perguntam: Professora vale nota? Eu respondo que vale conhecimento para a vida. Mas eu digo que posso conversar com alguns professores para ver se eles consideram no final do bimestre uma notinha a mais, e tem alunos que começam a se interessar pelo Ensino Religioso dessa forma. É lógico, que eu explico que temos que ter coerência, normalmente esse ponto a mais vai para disciplina de História, Português e Ciências. Porém, quando eu trabalho com origamis, eu também trabalho conceituação, formas geométricas, e aí é possível negociar um pontinho com o professor de Matemática. Depende muito do profissional que eu estou fazendo a parceria, alguns são bem receptivos, outros não, mas eu sempre deixo claro para os alunos que o conhecimento é para a vida, e digo, que no Conselho que posso ajudar ou não. Essas disciplinas que não tem nota (Ensino Religioso, Educação Física), elas são cruciais, é a prova dos nove, para saber se os alunos estão empenhados no estudo, o compromisso. Nessa escola que trabalho agora, flui tão bem, que nem ouço mais os alunos perguntarem se vale ou não nota. Mas em outra escola que comecei agora, tem mais resistência, eles tinham um vínculo maior com o antigo professor, eles dizem que não vale nota, então não vou (aluno) fazer nada, coisas assim, mas é um processo. Mas eu fiquei bem feliz, terminei o ano e um dos alunos que mais tinha resistência, quando eu fiz origamis, esse aluno acabou se interessando e acabando a aula, ela calmamente me perguntou se eu poderia ajudá-lo. Na aula seguinte, esse mesmo aluno perguntou: Professora, o que vamos aprender hoje? Aquilo para mim valeu muito, isso porque ele era um dos alunos mais desafiadores da disciplina e com a docência, principalmente com a figura feminina em virtude do seu próprio histórico. Então, eu parto do princípio da resignificação, onde eu estou? Quem sou nesse mundo em mudança, nesse corpo em transformação, eu trabalho conforme cada ano escolar vai aprofundando ou não. Trabalho a questão da adolescência, sexualidade, afetividade, algumas turmas surge a questão de aborto, valores com relação a vida. Tem uma escola aqui em Taubaté, a Luiz Augusto, eles trabalham com TCC (trabalho de conclusão de curso), achei o máximo

isso, até então era os 9º anos e agora os 8º anos também, e no ano todo eles vão desenvolvendo e tem um professor orientador, tem os temas, eles pesquisam, fazem tabulação de dados, entrevistas. Eles fazem em grupo e depois tem que apresentar o TCC e tem assuntos que surgem que emergem que são bem significativos. Então, eu venho pela materialidade concreto tangenciando até chegar ao cerne do despertar dessa ressignificação da existência humana, desse mistério que é a vida. Tem alguns momentos, como por exemplo, a Pascoa, não tem como passar indiferente a essa data. Agora foi o Natal, trabalhei o tema Natal e os seus símbolos. Encontrei nas minhas pesquisas, um texto escrito por um frei e levei para os alunos e expliquei que era visão desse autor e a partir daí fomos ampliando. Eu mostro que independente de sermos cristãos ou não, termos uma religião ou não, fato é que no “Mundo” inteiro celebra essa data. Trabalho com essa data, como eu me posiciono com relação ao Natal. Eu vou trabalhando com a simbologia, da confraternização e isso rende muita reflexão.

9. Como você trabalha esse conteúdo?

R. Com relação como eu trabalho o conteúdo, é sempre ressignificando. Até para o próximo ano, estou fazendo algumas parcerias com algumas escolas que já fui, quero montar um portfólio por turma, já fiz um rascunho na minha agenda e já compartilhei com alguns professores e depois eu venho com os alunos, não sei como vai ser isso, vale nota? Não vale? Eu não sei se vai ser por sorteio a participação ou por livre espontânea pressão. Mas a ideia é em cada aula ter um aluno responsável para fazer o registro das atividades da aula. Por exemplo, vou trabalhar com filmes, e um que vou trabalhar é o filme “Um amor para recordar”, que trabalha questões da adolescência e o mistério da fé, eu digo que é fictício, mas nós vamos nos identificando com questões do dia-a-dia. O filme trata de questões que não gosta da escola, o bullying com a colega, mistério da vida, porque tem uma doença envolvida no enredo do filme, tem o mistério da fé, inclusive tem uma fala de uma personagem que ela diz que Deus é como vento que não posso ver e nem tocar, mas posso sentir. E isso acaba ressonando junto aos alunos e depois do filme eu venho com algumas questões. Tem turmas, em algumas escolas que eu faço as questões na lousa mesmo, questionário. Eu acredito que esse portfólio vai dar um formato, cada dia vem um aluno que vai ficar responsável e vou ver com as parcerias com os outros professores como vamos beneficiar os que participarem. Isso vai ajudar a criar nos alunos responsabilidade, compartilhar essa responsabilidade e desenvolver na prática com os alunos. Então, eu trabalho, com filmes, músicas, tem jogos também,

inclusive, tem um jogo de tabuleiro em algumas escolas que é bichos zangados, aparentemente parece um jogo para crianças, mas eu vi alunos do 9º ano se extasiando, esse jogo vai trabalhar a inteligência emocional. Hoje nós vemos muito o trabalhar as emoções, nós temos a nossa tradição cartesiana que é o racionalismo mais acerbado por vezes, hoje eu vejo e digo o seguinte: Temos que ter o caminho do meio, que é o equilíbrio, nem tanto ao céu e nem tanto ao mar, mas o equilíbrio. Nem a ação impensada, desenfreada, fazer tudo no automático e nem do fervor da cabeça quente, o racionalismo, mas trazer o eixo no coração, na convergência que é o que tenho buscado aprender e exercitar que é a postura sistêmica que é o caminho do acolhimento do coração. Tem uma escola em Curitiba chamada Ayni, teve o 3º Congresso da Felicidade, isso no Brasil, nós temos Universidades, e vai começar na UNB, uma disciplina, um projeto piloto sobre felicidade que já é realidade no exterior por conta dos altos índices de depressão, suicídios no mundo a fora. Então eu decidi conhecer essa escola, pelo processo de busca e obviamente adequar nas escolas onde leciono. O tema era “A mente a serviço do coração”, e eles começam a trabalhar questões do acolhimento, do ressignificar. Primeiramente essa é uma questão pessoal e logicamente reflete no outro, é um exercício, porque as vezes a gente acha que somos tão legais e começamos a perceber que não somos tão legais assim, existem algumas questões. Então, é esse construir constantemente, é esse equilíbrio, o caminho do coração.

**APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS –
ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA**

**PARTE I – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS GERAIS DE
IDENTIFICAÇÃO:**

1. CÓDIGO: ÉPSILON

2. GÊNERO: Masculino.

3. IDADE: 60 anos.

**4. ESTADO CIVIL: (X) SOLTEIRO (A) () CASADO(A) () SEPARADO(A) /
DIVORCIADO(A) () VIÚVO(A) () VIVO COM COMPANHEIRA () VIVO COM
COMPANHEIRO.**

5. RELIGIÃO? Católico. É PRATICANTE? SIM (X). NÃO ().

6. ÁREA DE FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO): Filosofia.

**7. POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO: (X) SIM () NÃO. EM CASO AFIRMATIVO
RESPONDER: () ESPECIALIZAÇÃO / MBA () MESTRADO () DOUTORADO.
PÓS- DOUTORADO (). Gestão Escolar.**

8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESSA ESCOLA: 6 anos.

**9. HÁ QUANTO TEMPO LECIONA A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO: 14
anos.**

PARTE II ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

**1. Relate como foi sua trajetória profissional, desafios até chegar à docência
(desafios familiares, financeiros e sociais, escolares, teve ensino religioso na sua
formação).**

R. A minha experiência com educação, começou com os meus 16 anos de idade. Fiz o

magistério no Colégio Idesa e logo em seguida já comecei trabalhar no Idesa e no colégio Anchieta. No colégio Anchieta eu professor de Religião e não de Ensino Religioso, a escola é Confessional, escola Católica, por isso ela podia ter aula de Religião. E no colégio Anchieta eu trabalhei 11 anos, e desses anos, 5 anos eu fui vice-diretor da escola, que na época usava o termo auxiliar de direção. Minha vida se resumia na área da educação, e teve um período na minha vida que eu estive no Seminário, por 2 anos e fiquei afastado de escolas, mas não do ensino educacional. Depois eu fiz faculdade de Filosofia, e logo em seguida comecei a lecionar essa disciplina. Em seguida a cidade de Taubaté me convidou para lecionar Ensino Religioso, fiz o concurso e hoje sou professor titular. Teve um ano que também lecionei Ensino Religioso no Estado, diferentemente das aulas que ministrava na escola Anchieta, pois não era confessional, não pode ser proselitista.

2. Conte sua trajetória religiosa (Qual a religião dos seus pais, você passou por conversões religiosas, é praticante de alguma religião é líder religioso ou exerce alguma função)?

R. Eu nasci em uma família Católica, nunca mudei de religião, fui seminarista diocesano, hoje eu tenho um convite do Padre Afonso para trabalhar com ele na Paróquia na cidade de Pindamonhangaba, no bairro do Santana. Eu não tive nenhuma conversão religiosa e não pretendo ter, porém, eu respeito todas as confissões religiões e entendo que todas devem ser respeitadas, seja o Católico, o Evangélico, seja as religiões de matriz Africanas, as pessoas têm o direito de escolher o que elas querem acreditar, até as que não querem acreditar em nada. Então eu tive uma formação Católica, mas tenho, por exemplo: irmã que é evangélica, sobrinho que é pastor e tenho um tio que é padre.

3. Relate como você lida com sua confissão de fé com relação às aulas ministradas da disciplina de Ensino Religioso.

R. Eu não misturo as coisas, não escondo dos alunos que sou Católico, não nego a minha fé. A melhor religião para mim é a Católica, e eu digo para os alunos, que a melhor religião para você é a sua. Porque, a hora que eu disser que a melhor religião é o Candomblé, o Protestantismo, então eu deixei de ser Católico. Então eu digo, vocês não têm que abrir mão daquilo que você crê. Se você é Evangélico, Espirita, seja bom

naquele que se propôs a crer e um bom seguidor a sua fé. Porém, eu digo sempre, respeite a maneira de crer dos outros, pois o respeito é princípio de qualquer situação. Quando acaba o respeito acabou, as pessoas não são obrigadas a acreditarem como eu acredito, da mesma maneira, não sou obrigado acreditar como os outros acreditam. A inter-religiosidade, não significa que você deve abrir mão de sua crença, mas respeitar a crença do outro.

4. Exponha como você apresenta os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso em sala de aula e como trabalha os conteúdos proposto pelas ementas?

R. Eu fui um dos colaboradores para montar a proposta pedagógica de Ensino Religioso para rede Municipal de ensino de Taubaté. Essa proposta está voltada para a solidariedade, para a tolerância, o respeito para o diferente e para as religiões. Sendo assim, eu procuro apresentar dessa forma, apresentar as diversidades religiosas, isso muito em razão do nosso próprio país. O Brasil foi colonizado por Portugueses e por Africanos, porque ser colonizado não significa ter somente o domínio, mas transferir a cultura, e isso ambos nos deixaram muitas coisas ricas. Depois vieram outros imigrantes e cada um com sua cultura e inclusive sua própria religião. Sendo assim, nós somos um país diverso, rico, eu olho para o Brasil e entendo que nós somos a cultura mais rica do mundo. E entendo que isso é importante e passar para o aluno e deixar claro, que ele não precisa abrir mão de aquilo que ele acredita, mas respeitar a crença do outro. A forma que trabalho é com aulas expositivas, com textos, pois entendo que é muito importante que os alunos leiam, para refletir e que seja adequado aquele momento e a faixa etária de cada um desses alunos e também trabalho com vídeos e músicas.

5. Como a disciplina de Ensino Religioso contribui como subsidio para a formação do aluno (indivíduo) e para promoção da tolerância religiosa e cultural em nosso país?

R. O Ensino Religioso, e isso são comprovados com pesquisas científica que onde tem aulas dessa natureza, o índice da violência diminui então a disciplina de Ensino Religioso, contribui de muitas formas, ela contribui o professor mostrando para o aluno a questão da alteridade, o outro não é igual a mim, mesmo sendo o meu semelhante. O outro, tem uma maneira de pensar, veio de uma família diferente, hoje nós temos uma diversidade, até quando se fala de família, e precisamos respeitar e compreender as

dificuldades daquela criança, adolescente. Essa disciplina mostra que o meu semelhante é diferente de mim, mas não significa que eu sou melhor ou pior que ele, e que todos devem ser respeitados em sua individualidade. O Ensino Religioso contribui na região para que se forme o respeito mútuo e compreender que temos em nossa região uma diversidade de igrejas e outras religiões e que precisam ser respeitadas.

6. Na sua concepção o que é o ser humano (como você vê o homem, em sua formação de corpo, alma e espiritual)?

R. Eu vejo o homem em sua totalidade, agente nasce homem ou mulher, mas você se torna ser humano no dia-a dia, com seus erros, com seus acertos, você tendo a capacidade de reconhecer que errou. Eu não tenho dificuldade para admitir que errei, e digo para os meus alunos, errei, desculpa. E também não tenho vergonha de dizer para o aluno que ele está fazendo uma pergunta que eu não sei, então vamos pesquisar juntos e descobri juntos. Eu entendo como professor de Ensino Religioso e mais como pessoa, eu vejo que nascemos “o ser”, mas nos tornarmos humanos de acordo com a nossa trajetória, podemos nos tornar bons seres humanos ou maus seres humanos, isso vai depender das escolhas que vamos fazer. Eu digo para os meus alunos, tudo que o homem cria, por exemplo, a tecnologia, ela não é nem boa ou ruim, depende do significado que você dá para ela. Aquilo que nós somos, vamos construindo dia-a dia, com erros e acertos, pois quando deixarmos de errar, não é mais humano, nos tornarmos “Deus”. Somos humanos e aprendemos com os erros.

7. Relate o papel da disciplina de Ensino Religioso para formação integral do aluno como indivíduo.

R. Eu não leciono só da disciplina de Ensino Religioso, leciono Filosofia e tem nota, História e também tem nota. Para mim, nota é um instrumento que você tem para avaliar e não é o mais importante. Muitas vezes o aluno não tem a capacidade de colocar no papel para você aquilo que está na cabeça dele, mas a formação dele é plena. Então, você como professor tem que ter a sensibilidade de não olhar apenas para o papel, olhar para a atitude. Eu costumo trabalhar muito com discussão em sala de aula, eu nunca tive nota na disciplina de Ensino Religioso, nunca tive problema com avaliação, os alunos sempre corresponderam, sempre me deram bons retornos. Eu entendo importuníssimo a formação integral do ser humano, por nós não somos só corpo, nós acreditamos, o

próprio Platão acreditava, que possuímos alma. E mesmo aqueles que não acreditam, ele tem a razão e nós formamos a razão, nós formamos a inteligência para o bem, o papel da Escola é este, formar sempre para o bem, para que a sociedade progrida e seja melhor, para que as pessoas sejam melhores. Então, o papel do Ensino Religioso é exatamente este, colaborar, pois ela não é a única disciplina, o aluno precisa de Biologia, Ciência, Português, Matemática. E o Ensino Religioso complementar tudo isso, pois tudo isso só é importante quando eu me torno um ser humano melhor.

8. Qual o conteúdo programático que você trabalha na disciplina, e como você o definiu?

R. Temos muitos temas que trabalhamos na disciplina de Ensino Religioso, mas vou te dar dois exemplos, Solidariedade. Você ser capaz de transmitir para o aluno que temos que olhar para o outro com olhar de compaixão. Não estou falando para olharmos com pena, pois quem tem pena dos outros não faz nada. Quem tem compaixão, compadecer-se, compadece quem padece é você compreender o outro. Ser solidário é você aprender a dividir, não somente aquilo que é material, também é, mas muitas vezes é ouvir, é compreender o lado do aluno. Eu sempre trabalhei em periferias, e não quero que seja diferente, e muitas vezes, periferias violentas. Não quero trabalhar com a elite, lá tem pessoas competentes para trabalhar com esses níveis de pessoas, faço questão de trabalhar na periferia, pois podemos fazer algo para essas pessoas que não tem nada, as vezes a família que possuem é a própria Escola. Muitas vezes correm para Escola para pedir socorro, alguns vêm para Escola para se alimentarem, outros enxergam a Escola como abrigo, o que devia ser a casa, mas não é. Se você passear por essa Escola, vai ver que não tem uma pichação nela, isso porque está na periferia, mas não tem porque os alunos e a comunidade respeitam esse local, pois aqui estamos abertos para comunidade. Eu não passo a mão na cabeça de ninguém, se o aluno estiver indisciplinado eu chamo ele na minha sala e converso com ele o tempo necessário para ajudar. Um outro tema que trabalho é a alteridade, tratar o diferente, respeito, são temas importantíssimos para trabalhar em sala de aula. E objetivo, é quando esse aluno for adulto, que ele respeite o outro e não trate os seus semelhantes com violência.

9. Como você trabalha esse conteúdo?

R. Podemos apresentar de diversas formas, trabalho com aulas expositivas, com textos, vídeos. Eu tenho um material muito rico para ser trabalhado com os nossos alunos. Muitas coisas eu fui buscar, e nem sempre trabalho especificamente com temas religiosos. Tem um filme chamado “Vem dançar”, não é religioso, porém, mostra a realidade de uma Escola que está localizada em uma favela, uma diretora muito rígida, que um professor de Ensino Religioso ele transforma a realidade dessa Escola. Esses alunos que depredaram o carro da diretora no princípio acabam no fim se tornando amigos da diretora. Então, tem diversas maneiras de apresentar o conteúdo. Outro filme que uso é “Pequeno Príncipe”, podemos mostrar a questão da amizade, da solidariedade, do companheirismo, do conquistar o outro, da responsabilidade quando você conquista uma amizade. Podemos trabalhar também no laboratório de informática, sempre dando um norte e orientação para os alunos, sem ser doutrinador. Entendo que a doutrina não é o melhor caminho para trabalharmos qualquer coisa, e também entendo, que o Ensino Religioso não é lugar para se trabalhar questões políticas, nosso papel é formar o ser humano, a opção política dele e de sua vida, compete a ele e sua família e não a mim como professor de Ensino Religioso.

**APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS –
ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA**

**PARTE I – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS GERAIS DE
IDENTIFICAÇÃO:**

1. CÓDIGO: BETA

2. GÊNERO: Feminino.

3. IDADE: 42 anos.

**4. ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) (X) CASADO(A) () SEPARADO(A) /
DIVORCIADO(A) () VIÚVO(A) () VIVO COM COMPANHEIRA () VIVO COM
COMPANHEIRO.**

5. RELIGIÃO? Espirita. É PRATICANTE? SIM (X). NÃO ().

6. ÁREA DE FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO): Filosofia / Direito.

**7. POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO: (X) SIM () NÃO. EM CASO AFIRMATIVO
RESPONDER: () ESPECIALIZAÇÃO / MBA () MESTRADO () DOUTORADO.
PÓS- DOUTORADO (). Gestão Educacional / Supervisão e orientação escolar.**

8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESSA ESCOLA: 2 anos.

**9. HÁ QUANTO TEMPO LECIONA A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO: 12
anos.**

PARTE II ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

**1. Relate como foi sua trajetória profissional, desafios até chegar à docência
(desafios familiares, financeiros e sociais, escolares, teve ensino religioso na sua
formação).**

R. A dificuldade que tive, é que eu sou dos anos 90 e nessa época não existia nenhuma

facilidade para você fazer uma faculdade. Eu terminei o ensino com ênfase no magistério e fiquei 1 ano sem estudar pois eu comecei a lecionar e guardei um dinheiro e assim comecei a fazer a faculdade. A minha primeira faculdade foi em Filosofia, e como eu já lecionava no Ensino Médio, para mim foi relativamente fácil. Eu tive muita dificuldade financeira mas no início, depois foi tudo superado, passei no concurso, fui efetivada. Daí surgiu os desafios da sala de aula, de ensinar, mas na vida em si eu acredito que dei conta.

2. Conte sua trajetória religiosa (Qual a religião dos seus pais, você passou por conversões religiosas, é praticante de alguma religião é líder religioso ou exerce alguma função)?

R. Eu nasci em uma família de mãe Católica e pai Católico não praticante, ele acreditava em Deus, tinha uma pequena ligação com a Igreja Católica, mas não era praticante. Ao longo da minha vida, eu ouvi alguns relatos do meu pai com relação Espiritismo, mas ele não dava esse nome, hoje, depois de 10 anos de pratica do Espiritismo eu sei que os relatos do meu pai eram sobre a religião Espirita. E quando eu estava com 30 anos de idade, eu realmente, passei por uma crise existencial e a Igreja Católica não respondia tudo que eu precisava, por todas as coisas pelas quais eu estava passando. Nessa época, eu já estava na faculdade de Direito e com 32 anos eu conheci uma pessoa que me alertou com relação ao Espiritismo e eu fiz a ligação com que estava passando. Fiz os estudos baseados em Alan Kardec, André Luiz e outros autores também que fazem trabalhos na casa onde eu trabalho e a gente procura seguir os preceitos, isso não quer dizer que eu não acredite nas doutrinas da Igreja Católica, porque as pessoas podem dizer, é diferente. Mas elas não são tão distantes quanto às pessoas pensam, por essa razão, eu educo as minhas filhas, primeiramente na Igreja Católica, pois eu entendo que é uma boa base de Cristianismo.

3. Relate como você lida com sua confissão de fé com relação às aulas ministradas da disciplina de Ensino Religioso.

R. Eu não tenho muito problema, porque eu vejo o Ensino Religioso como ensino da cultura religiosa dos povos. Então, quando leciono eu sou uma estudiosa da cultura religiosa dos povos, não sou a que segue a fé Espirita, que acredita em todos os preceitos ensinados pela minha religião e que fui ensinada dentro da Igreja Católica, eu sou a

professora estudiosa das religiões de tudo que o ser humano construiu, fez e acreditou ao longo dos milhões e milhões de anos que ele vive sobre a Terra. Eu não tenho problema nenhum em fazer esse afastamento entre o “eu” religioso e a prática de ensinar as culturas para as pessoas. Procuro ser imparcial, ouço as perguntas que há sobre determinado assunto que estou ensinando, tento responder dentro das questões que estou desenvolvendo, sem me envolver religiosamente, porque eu respeito toda e qualquer religião, pois a minha visão, é que as pessoas têm níveis diferentes de necessidades de crença, isso porque acredito que todas as crenças são necessárias.

4. Exponha como você apresenta os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso em sala de aula e como trabalha os conteúdos proposto pelas ementas?

R. Eu gosto muito de fazer uma linha cronológica dessa questão da religião para o ser humano. No 6º ano, eu ensino as religiões politeístas, e na construção dos primeiros conteúdos que Taubaté teve em seus currículos eu tive participação na elaboração. Na formulação eu tentei colocar um pouco dessa ideia, de fazer essa linha cronológica de religiões politeístas, depois as religiões orientais, que são as mais antigas, depois as religiões monoteístas a partir dos judeus. E a ideia é apresentar aos alunos essas religiões como forma de cultura, mostrar que a necessidade da crença, faz parte de um período histórico e que cada um escolhe a religião que deseja, principalmente no caso do Brasil, em virtude da diversidade cultural. É importante fazer o aluno entender para que ele possa respeitar as escolhas dos outros. Na minha ideia, a importância do Ensino Religioso é essa, respeitar a diversidade e entender porque aquele povo crê de determinada maneira.

5. Como a disciplina de Ensino Religioso contribui como subsidio para a formação do aluno (individuo) e para promoção da tolerância religiosa e cultural em nosso país?

R. Primeiro essa disciplina tem ser encarada pela questão cultural, se ela está em um espaço histórico e o aluno entende porque se crê daquela maneira em determinada religião, o aluno passa a respeitar. Quando eu ensino mitologia no 6º ano, eu digo, os gregos acreditavam na mitologia e um deus para cada situação, porque? Porque ele não tem ciência, se o mar revira, é porque Poseidon (deus das águas) está bravo, não existe esse estudo para dizer que existe tsunami, placas tectônicas, e outras situações que

existem hoje. Precisa existir uma compreensão de tempo, espaço e necessidade humana, para que haja respeito das questões de crença. Eu posso ser questionada, porque ainda religiões antigas de deuses elas ainda existem ou sobrevivem? Isso porque, eu olhando uma linha histórica de religião eu penso que ainda existem pessoas que tem necessidades de crenças diferentes umas das outras, e isso precisa ser respeitado, e para ser respeitado, precisa ser entendido. E a imparcialidade do professor em dizer favorece ao aluno em respeita essa pluralidade de crença que temos.

6. Na sua concepção o que é o ser humano (como você vê o homem, em sua formação de corpo, alma e espiritual)?

R. Ao longo desses 42 anos, o que estou pensando hoje, pode ser que mude hoje, eu penso que o ser humano é um corpo que carrega que envolve ou tem um espírito. A condição que ele vive hoje é uma condição para evolução espiritual. Todo aparelho corporal serve para ele evoluir espiritualmente de alguma maneira. A minha crença, envolve a questão da reencarnação e ao longo desses 10 anos, eu posso estudar presenciar, ouvir, que me faz acreditar realmente nisso. Então, respeitar ainda mais a condição física de algumas pessoas. Para evolução espiritual a engenharia sideral nos dá um determinado corpo e esse com limitações faz com que a gente supere para que possamos evoluir espiritualmente. O espírito é inteligente, sabem coisas acopladas ao corpo ele desconhece, a gente chama de véu do esquecimento, então, quando esse espírito se desprende do corpo por algum motivo ou pelo próprio desencarne, que algumas pessoas chamam de morte ou alguma vigília noturna, ele é conhecedor de situações que acoplado ao corpo ele não conhece. Existe uma amplitude, e eu creio que os olhos do espírito são muito mais potentes que os olhos da carne.

7. Relate o papel da disciplina de Ensino Religioso para formação integral do aluno como indivíduo.

R. A cultura religiosa ela passa pela necessidade de crença e por essa cultura de necessidade histórica que o ser humano tem. Como isso pode ajudar o aluno? A partir do momento que ele conhece e expande o conhecimento, ele vai passar a respeitar; e respeitando, quem sabe ele queira aprofundar esses conhecimentos. E religião e cultura religiosa ela é feita em benefício do ser humano, a maioria das religiões, elas desejam a evolução do espírito humano. Sendo assim, o Ensino Religioso nas escolas é algo ótimo,

porque se a religião tende a buscar coisas boas para a evolução do espírito, tudo que vai ser ensinado com relação as culturas religiosas são coisas boas. O que temos aí fora, no mundo material são coisas negativas, ruins, violentas. A partir do momento eu como professora de Ensino Religioso resgato valores dentro dessas crenças e mostro para o aluno que o ser humano é capaz de pensar, fazer e realizar coisas boas, ele se reconhece assim e uma parte desses alunos podem passar agir positivamente na sociedade.

8. Qual o conteúdo programático que você trabalha na disciplina, e como você o definiu?

R. Eu trabalhar a ordem cronológica das religiões começa com as culturas politeístas, e inserimos alguns temas transversais como símbolos religiosos, valores culturais daquela sociedade, a questão dos rituais próprios de determinada cultura religiosa e fazendo as diferenciações entre as religiões, politeístas, monoteístas e outras que estudamos ao longo do ano. Eu coloco muito a questão dos valores sociais e humanos de cada grupo religioso estudado.

9. Como você trabalha esse conteúdo?

R. Eu trabalho com filmes, principalmente quando trabalho as religiões politeístas, tem um filme que relata a religiosidade dos gregos que é “A fúria de Titãs”, retrata bastante as questões divinas, tem filmes que relata a cultura hindu, e especial um chamado “Driblando o destino”, a história de uma menina que quer jogar futebol, porém o pai é contra, e aí eu trabalho com essas questões que o próprio filme aborda. Outro filme que trabalho é “As aventuras de Pi”, que mostra a questão da cultura religiosa e um outro filme que mostra muito a questão cultura é “O casamento grego”. Então, tem várias formas de apresentar os conteúdos. Tem também os símbolos sagrados, e quando eu consigo eu levo para os alunos conhecerem, os próprios símbolos religiosos que temos em nossas cidades. Muito interessante, quando a cultura japonesa completou 100 anos de Brasil eles construíram uns Totens do Xintoísmo, eu dava esses exemplos, trago fotos desses Totens para ilustra melhor o que estou lecionando. Os alunos têm muita curiosidade com religiões ligadas a afro-brasileira, eu traga algumas curiosidades para explicar a crença e eles viam isso com a maior naturalidade possível. Obviamente, inicialmente eles faziam uma piadinha, porque ainda no Brasil ainda sofremos com relação ao preconceito. Mas hoje está mais fácil, eu vi uma reportagem tão bonita da lavagem da Escadaria do Bom Fim, e eu estou crente que a tolerância religiosa está um

pouco maior. Inclusive essa reportagem pode até ser usada em sala de aula para conversar sobre sincretismo que ocorre no Brasil. Eu fico muito atendida para levar essas questões para a Escola e para os colegas de trabalho.

**APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS QUALITATIVOS –
ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA**

**PARTE I – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO - DADOS GERAIS DE
IDENTIFICAÇÃO:**

1. CÓDIGO: ÉTA

2. GÊNERO: Masculino.

3. IDADE: 50 anos.

4. ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) (X) CASADO(A) () SEPARADO(A) /
DIVORCIADO(A) () VIÚVO(A) () VIVO COM COMPANHEIRA () VIVO COM
COMPANHEIRO.

5. RELIGIÃO? Católico. É PRATICANTE? SIM (X). NÃO ().

6. ÁREA DE FORMAÇÃO (GRADUAÇÃO): Filosofia.

**7. POSSUI PÓS-GRADUAÇÃO: (X) SIM () NÃO. EM CASO AFIRMATIVO
RESPONDER: (X) ESPECIALIZAÇÃO / MBA () MESTRADO () DOUTORADO.
PÓS- DOUTORADO (). Docência do Ensino Religioso.**

8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESSA ESCOLA: 6 anos.

**9. HÁ QUANTO TEMPO LECIONA A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO: 6
anos.**

PARTE II ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

**1. Relate como foi sua trajetória profissional, desafios até chegar à docência
(desafios familiares, financeiros e sociais, escolares, teve ensino religioso na sua
formação).**

*R. Quando eu iniciei no Ensino Fundamental como aluno, isso na década de 80 tive
Ensino Religioso Confessional, pois era voltado para uma religião específica, no meu
caso era o catolicismo. Hoje em dia mudou completamente, pois hoje se trabalha todas*

as religiões dentro de sala de aula, desde politeístas até as grandes religiões monoteístas e as menores. Quando eu iniciei a carreira o desafio era financeiro como qualquer outro estudante, trabalhava durante o dia e estudava a noite para poder manter a faculdade, consegui vencer as dificuldades desde a financeira até de caráter cognitivo era muito complexo, pois minha formação foi em filosofia e dentro dessa área podemos trabalhar com Ensino Religioso, onde leciono na rede municipal há 6 anos.

2. Conte sua trajetória religiosa (Qual a religião dos seus pais, você passou por conversões religiosas, é praticante de alguma religião é líder religioso ou exerce alguma função)?

R. A trajetória dos meus pais eram de origem Católica Apostólica Romana, ao qual quando criança, não temos muito o que escolher, vamos onde nossos pais nos direcionam, sendo assim, acabei sendo criado nos princípios do catolicismo e continuei ao longo da minha caminhada e ainda continuo Católico. Com relação a função dentro da igreja, não faço parte de nenhuma liderança e não tive nenhuma conversão religiosa, porém, procuro respeitar todas as outras religiões, pois entendo que cada pessoa vai se adaptar na religião que entende que é melhor para sua vida.

3. Relate como você lida com sua confissão de fé com relação às aulas ministradas da disciplina de Ensino Religioso.

R. Dentro da disciplina de Ensino Religioso, eu procuro trabalhar com os pré-adolescentes, adolescentes e jovens o pluralismo religioso, começando desde religiões mais antigas, que são as politeístas até chegar nas grandes religiões monoteístas, como o Judaísmo, Islamismo, Cristianismo e as várias vertentes Protestantes. Trabalho sempre de forma autônoma, não direcionando para uma religião ou outra, mas dando um panorama geral de cada religião e a importância de se conhecer cada uma delas. Com relação a minha confissão de fé e a disciplina em si, lido como qualquer pessoa comum, com muito respeito com a religião que foi dos meus pais e hoje é a que sigo e participo (Católica). Porém, não deixo a minha fé e pratico pelo menos duas vezes por semana.

4. Exponha como você apresenta os conteúdos da disciplina de Ensino Religioso em sala de aula e como trabalha os conteúdos proposto pelas ementas?

R. Exponho de forma imparcial, não direcionando especificamente para religião alguma,

sempre trabalhando as diversas religiões, mas sem dar um direcionamento específico, pois procuro apresentar ao educando conheça a base de cada religião, como, culto, onde nasceu determinada religião, o fundador. Eu utilizo muitos vídeos durante as aulas, entrevistas de pessoas de cada área das religiões ministradas ao qual os alunos participam depois com perguntas para que haja uma interação entre aluno e professor, respeitando essa nova metodologia que deve ser o Ensino Religioso e também as outras disciplinas da escola pública e particulares.

5. Como a disciplina de Ensino Religioso contribui como subsidio para a formação do aluno (indivíduo) e para promoção da tolerância religiosa e cultural em nosso país?

R. Hoje em nosso país, o Brasil, não existe mais uma religião oficial do Estado, que anos atrás era o Cristianismo, especificamente o Catolicismo. Por não existir essa religião oficial devemos ser imparciais, por isso a importância de abrir o leque em virtude da diversidade religiosa em nosso país e não fazendo um direcionamento de uma religião específica e sempre respeitando as diversas vertentes religiosas em nosso país. Em relação a contribuição para os educandos, ela entra justamente na formação da cidadania, direitos e deveres, da tolerância e sendo assim, a importância de se conhecer todas as religiões, quando conhecemos, podemos nos aprofundar, o educando pode ter base para poder respeitar a escolha do outro, do diferente. Entendo, que através do conhecimento das diversas religiões, geramos tolerância entre os alunos.

6. Na sua concepção o que é o ser humano (como você vê o homem, em sua formação de corpo, alma e espiritual)?

R. Eu vejo o ser humano como um ser pluralista, que precisa do aspecto religioso, cultural, político, econômico e as mais diversas áreas do conhecimento. Não somos um ser direcionado para uma coisa somente, são várias habilidades para várias áreas do conhecimento. Por isso, a importância de trabalhar com o Ensino Religioso, pois esse contribui para a formação humanística desse ser humano, que é um ser pluralista.

7. Relate o papel da disciplina de Ensino Religioso para formação integral do aluno como indivíduo.

R. Acredito que é importantíssimo o Ensino Religioso e mesmo esse sendo facultativo, é onde o aluno vai ter o primeiro contato de forma mais ampla para poder questionar, isso porque na igreja ou no local que cada um vai com seus pais, não pode ficar questionando, isso porque lá é culto, é um ensino confessional. Porém, na Escola é um ensino amplo, sem direcionar para nenhuma religião específica e esse aluno tem a oportunidade de questionar até mesmo da sua própria religião para saber se é aquilo mesmo que vai escolher para sua vida. Sendo assim, entendo que o Ensino Religioso contribui para o aluno conhecer e fazer questionamento e até mesmo fazer escolhas, pois não tem como escolher se não há possibilidades. O Ensino Religioso contribui para que o indivíduo seja uma pessoa melhor, pois ao conhecermos as diversas religiões existentes em nosso país, criamos também tolerância, para fazermos o nosso país e o mundo um lugar melhor para todos nós. Na disciplina, é trabalhado constantemente o respeito, para que o aluno entenda, conheça e respeite a escolha do outro.

8. Qual o conteúdo programático que você trabalha na disciplina, e como você o definiu?

R. O conteúdo foi feito como qualquer outra disciplina escolar, Geografia, História, Matemática, Português, começando sempre da base. Pois a base da humanidade é as religiões, não tem como fugir. Começamos nas grandes religiões politeístas, monoteístas, para que o aluno possa entender e compreenda a sua própria fé que confessa. Trabalhamos essas diversas religiões, com suas vertentes e de forma dinâmica, e muitas vezes faz uma pesquisa de determinada religião que mais o agrada, trazendo para a sala de aula onde é feito os debates em cima da pesquisa feita pelo aluno. Objetivo é que aluno sai do Ensino Fundamental sem dúvidas ou com menor possível com relação a religião, por isso é feito essas pesquisas.

9. Como você trabalha esse conteúdo?

R. Eu apresento com bastantes vídeos, pois os jovens têm bastante dificuldade com o abstrato, eles precisam do concreto, da imagem visual, e como estamos vivendo em uma sociedade do espetáculo, nada melhor usarmos isso, e uma das maneiras são vídeos para que eles possa ver as imagens, os cultos das diversas religiões. Alguns vídeos são propostos pelos próprios alunos. Porém, eu procuro sempre dar pause nos vídeos para que haja contextualização, mostrar, qual o papel daquela religião para aquele momento histórico e para cada um de nós.